

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EZEQUIEL MARTINS PAZ

CONFIGURAÇÕES DE OPORTUNIDADE DE CORRUPÇÃO: UM ESTUDO BASEADO  
EM DOCUMENTOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

CURITIBA

2020

EZEQUIEL MARTINS PAZ

CONFIGURAÇÕES DE OPORTUNIDADE DE CORRUPÇÃO: UM ESTUDO BASEADO  
EM DOCUMENTOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Doutor em Ciência  
Política, Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política, Departamento de Ciência  
Política, Setor de Ciências Humanas,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves  
Costa

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Paz, Ezequiel Martins

Configurações de oportunidade de corrupção: um estudo baseado em documentos da operação Lava Jato. / Ezequiel Martins Paz. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

1. Corrupção na política - Brasil. 2. Lavagem de dinheiro. 3. Investigação criminal. 4. Teoria dos conjuntos. I. Costa, Paulo Roberto Neves, 1960-. II. Título.

CDD – 364.1323



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -  
40001016061P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **EZEQUIEL MARTINS PAZ** intitulada: **CONFIGURAÇÕES DE OPORTUNIDADE DE CORRUPÇÃO: UM ESTUDO BASEADO EM DOCUMENTOS DA OPERAÇÃO LAVA-JATO**, sob orientação do Prof. Dr. PAULO ROBERTO NEVES COSTA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica  
29/12/2020 07:59:24.0  
PAULO ROBERTO NEVES COSTA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
30/12/2020 10:14:44.0  
LUCIANO DA ROS  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica  
16/01/2021 20:49:03.0  
LUCIANA FERNANDES VEIGA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica  
15/01/2021 16:02:24.0  
WELLINGTON NUNES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho a meu amado e falecido Pai Adão Martins Paz, o qual, ainda em tenra infância, ensinou-me que livros são os melhores amigos do homem, à minha querida mãe, Leny Rodrigues Paz, cuja audácia e irreverência me inspirou a não aceitar como dado aquilo que outros procuraram me impor como predestinado, à minha atual companheira, Karin Lia Thiel, em agradecimento por sua paciência e apoio, e principalmente aos meus amados filhos, Björn e Tabitha Martins Paz, como exemplo e esperança de que possam alcançar feitos ainda maiores que este.

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas das ações humanas, incluindo a conclusão desta tese, podem ser explicadas através de duas simples variáveis; vontade e oportunidade. Neste sentido, sou imensamente grato por ter conhecido o prezado Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa, ao qual sou extremamente grato não só por tê-lo tido como professor e orientador de mestrado e doutorado, mas também por poder conhecer ao longo destes anos, um pesquisador exemplar. Entretanto, se isto não bastasse, tive a oportunidade de conhecer também o “Paulo”, como pai de uma adorável família, o “Paulo”, tocador de baixo, o “Paulo”, colega de churrasco e cervejas, enfim, o “Paulo”, como exemplo de paciência, serenidade, polidez e lucidez acadêmica. Desta forma, sem querer querendo, o Prof. Paulo me orientou mesmo em silêncio e sem cobranças. Caso as leis que regem o universo não tivesse me concedido a oportunidade de pesquisar sob a orientação do “Paulo”, tenho certeza que esta tese não teria sequer sido iniciada. Espero que a qualidade e o seu rigor estejam à altura desta impecável orientação, mas caso assim não for, a responsabilidade é inteiramente minha.

Agradeço ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná por esta inestimável oportunidade e apoio recebido nestes quatro anos que se passaram.

Aos secretários e secretárias do Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política por seu incansável auxílio nas muitas dificuldades burocráticas.

Aos egrégios professores e professoras do Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política, por sua impecável diligência científica e didática.

Aos prezados professores Rodrigo Horochovski e Wellington Nunes por suas valorosas contribuições para a redação final desta tese.

As colegas, Silvana Zulmira Ferreira e Marta Pontes Campos, por seu inestimável auxílio na coleta de dados.

Finalmente, agradeço a todos aqueles aqui não foram citados, mas que de uma forma ou outra auxiliaram nesta longa empreitada.

*“Ainda que, o comportamento seja resultado da junção entre desejos e oportunidades, a variação nos comportamentos, ao longo do tempo, pode ser largamente explicada através das oportunidades”*. John Elster. 2007

## RESUMO

Esta tese, apresenta o resultado da pesquisa determinou a configuração das situações de oportunidade que convergiram, no espaço e no tempo, de modo a propiciar a ocorrência dos casos de corrupção revelados na operação Lava Jato. O objeto de análise da pesquisa foram as situações de oportunidade de corrupção, entendidas como, circunstâncias que propiciaram a convergência, no espaço e no tempo, do corruptor e seu alvo em uma relação simbiótica e específica. Esta relação tem maior probabilidade de ocorrer quando, determinada configuração de elementos de risco se fizer presente. A estrutura analítica da pesquisa foi desenhada com base, no modelo de corrupção, como fenômeno orgânico de duas dimensões, na Teoria das Oportunidades, e também, na Teoria dos Conjuntos Difusos. Os dados foram analisados através do método QCA (*Qualitative Comparative Analysis*), com especial atenção aos conjuntos difusos, e à Tabela Verdade. O resultado da pesquisa permite formular narrativas explicativas alternativas para relações que envolvem corrupção, executivos e políticos, como, por exemplo, os casos revelados na Lava Jato. O resultado da pesquisa mostra também que, de modo a se manifestar de forma empiricamente perceptível, a corrupção necessita de oportunidades, entendidas nesta tese como relações simbióticas e específicas, entre o corruptor e seu alvo. As oportunidades são propiciadas através da convergência no espaço e no tempo das seguintes configurações empiricamente relevantes: (*Exposição do alvo e Atratividade do alvo e Proximidade do alvo e Fragilidade do alvo*), ou (*Exposição do alvo e Proximidade do alvo e Atratividade do alvo*), ou ainda, (*Exposição do alvo e Proximidade do alvo e Fragilidade do alvo*). Esta tese contribui com a comunidade acadêmica através dos seguintes pontos; determinando, sistemática e metodologicamente, a configuração das situações de oportunidade que convergiram, no espaço e no tempo, de modo, a propiciar a ocorrência dos casos de corrupção revelados na operação Lava Jato; apresentando a estrutura analítica moldada sobre o modelo de Corrupção como Fenômeno Orgânico de Duas Dimensões, a Teoria das Oportunidades, e a Teoria dos Conjuntos difusos. A junção sistemática destas teorias analíticas, permite que os pesquisadores possam revisitar as relações sociais e políticas, a partir de uma nova perspectiva; a das oportunidades, pois, estuda-las significa, olhar e observar, de perto, os átomos das sociedades politicamente organizadas, afetando, ou influenciando, uns aos outros, de modo, a conceder movimento e forma ao corpo político, que, por sua vez, molda e transforma seus próprios átomos.

**PALAVRAS CHAVE:** Corrupção, Situações de Oportunidade, Teoria das Oportunidades, Teoria dos Conjuntos, Operação Lava Jato, Executivos.



## **ABSTRACT**

This thesis, presents the results of the research that determined the configuration of the opportunities that converged, in space and time, in order to propitiate the occurrence of corruption cases revealed at the Car Wash operation. The object of analysis of the research were the situations of opportunity of corruption, understood as circumstances that provided the convergence, in space and time, of the corruptor and his target, in a symbiotic and specific relationship. This relationship is more likely to occur when a certain configuration of risk elements is present. The analytical structure of the research was designed upon a model of corruption as an organic phenomenon of two dimensions, on the Theory of Opportunities, and on the Theory of Fuzzy Sets. The data were analyzed using QCA (Qualitative Comparative Analysis), with special attention to fuzzy sets and Truth Table. The result of the research allows to formulate alternative explanatory narratives for relationships involving corruption, executives and politicians, such as the cases revealed at the Car Wash operation. The result of the research also shows that, in order to manifest itself empirically perceptible, corruption needs opportunities, understood in this thesis as symbiotic and specific relations, between the corruptor and his target. The opportunities are provided through the convergence in space and time of the following empirically relevant configurations: (Target Exposure and Target Attractiveness and Target Proximity and Target Fragility), or (Target Exposure and Target Proximity and Target Attractiveness), or (Target Exposure and Target Proximity and Target Fragility). This thesis contributes to the academic community through the following points: determining, systematically and methodologically, the configuration of opportunity situations that converged, in space and time, in order to promote the occurrence of corruption cases revealed at the Car Wash operation. Presenting the analytical structure shaped upon the model of Corruption as an Organic Phenomenon of Two Dimensions, the Theory of Opportunities, and the Theory of Fuzzy Sets. The systematic combination of these analytical theories, allows researchers to revisit social and political relations, from a new perspective. The perspective of opportunity, whose study means, to look and observe, closely, the atoms of politically organized societies, affecting, or influencing, each other, in order to grant movement and form to the body politic, which, in turn, shapes and transforms its own atoms.

**KEY WORDS:** Corruption, Opportunity Situations, Theory of Opportunities, Theory of Fuzzy Sets, Car-Wash Operation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - MODELO RUBICÃO DAS FASES DE AÇÃO - SIMPLIFICADO .....	16
Figura 2 - CORRUPÇÃO COMO FENÔMENO ORGÂNICO DE DUAS DIMENSÕES .....	17
Figura 3 - AÇÕES PENAIIS E CHAVES - OPERAÇÃO LAVA JATO* .....	43
Figura 4 - CONJUNTO X NECESSÁRIO PARA CONJUNTO Y .....	60
Figura 5 - CONJUNTO X SUFICIENTE PARA CONJUNTO Y .....	61
Figura 6 - DIFERENTES GRAUS DE COBERTURA DO CONJUNTO X SOBRE Y .....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - LISTA DE CÓDIGOS .....	48
Tabela 2 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - VALORES ABSOLUTOS .....	51
Tabela 3 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - NORMALIZADA .....	52
Tabela 4 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - NORMALIZADA E GRAU DE OPORTUNIDADE .....	54
Tabela 5 - DESCRIÇÃO DA ESCALA DOS FUZZY SETS COM 6 VALORES .....	55
Tabela 6 - REGRA DE CALIBRAÇÃO FUZZY SETS .....	57
Tabela 7 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - NORMALIZADA E CALIBRADA .....	58
Tabela 8 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESA - CALIBRADA .....	58
Tabela 9 - CÁLCULO DE NECESSIDADE .....	62
Tabela 10 - CONSISTÊNCIA TEÓRICA DOS CONJUNTOS .....	63
Tabela 11 - COBERTURA TEÓRICA DOS SUBCONJUNTOS .....	65
Tabela 12 - CONFIGURAÇÕES LOGICAMENTE POSSÍVEIS DOS ELEMENTOS DE RISCO .....	67
Tabela 13 - TABELA VERDADE DOS ELEMENTOS DE RISCO - ADAPTADA PARA LEITURA .....	68
Tabela 14 - TABELA VERDADE COM VALORES EMPIRICAMENTE RELEVANTES .....	69

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1.0 – CORRUPÇÃO: UM FENÔMENO DE DUAS DIMENSÕES</b>	<b>9</b>
1.1 – DUAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS	9
1.2 – O MODELO ORGÂNICO DE DUAS DIMENSÕES	15
1.2.1- CORRUPÇÃO-PRÓPRIA	20
1.2.2- CORRUPÇÃO-MANIFESTA	22
1.2.3- CORRUPÇÃO-OPERACIONALIZADA	23
1.3 - O CONCEITO DE CORRUPÇÃO NA OPERAÇÃO LAVA JATO	25
<b>2.0 - A TEORIA DAS OPORTUNIDADES</b>	<b>32</b>
2.1- A TEORIA DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS	32
2.2- A TEORIA DO PADRÃO CRIMINAL	35
2.3- A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL (com ênfase criminal)	36
2.4- A TEORIA DAS OPORTUNIDADES NOS CASOS DE CORRUPÇÃO	37
<b>3- A CONFIGURAÇÃO DAS OPORTUNIDADES: construção dos conjuntos difusos</b>	<b>42</b>
3.1 - SOBRE A FONTE DE DADOS	42
3.2- DEPOIMENTOS, DELAÇÕES PREMIADAS E PROTOCOLOS HERMENÊUTICOS	44
3.3- DESVIO DE FINALIDADE	45
3.4- A CODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS	46
3.5- NORMALIZAÇÃO DOS DADOS NUMÉRICOS	51
3.6- CALIBRAÇÃO DOS CONJUNTOS DIFUSOS	54
<b>4- A CONFIGURAÇÃO DAS OPORTUNIDADES: análise dos dados</b>	<b>59</b>
4.1- SITUAÇÕES DE OPORTUNIDADE DE CORRUPÇÃO E COMPLEXIDADE CAUSAL	59
4.2- CONSISTÊNCIA TEÓRICA DOS CONJUNTOS	62
4.3- COBERTURA TEÓRICA DOS CONJUNTOS	63
4.4- A TABELA VERDADE DOS CONJUNTOS DIFUSOS	66
4.5- EXPLICANDO AS CONFIGURAÇÕES EMPIRICAMENTE RELEVANTES	72
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO 1 – CORPO DE DOCUMENTOS ANALISADOS – PARTE 1</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO 2 – CORPO DE DOCUMENTOS ANALISADOS – PARTE 2</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO 3 – CORPO DE DOCUMENTOS ANALISADOS – PARTE 3</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO 4 – EXEMPLOS DE CODIFICAÇÕES</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta, o resultado da pesquisa que, de forma, sistemática e metodológica, determinou, a configuração das situações de oportunidade que convergiram, no espaço e no tempo, de modo a propiciar, a ocorrência dos casos de corrupção revelados na operação Lava Jato. O objeto de estudo da pesquisa foram as situações de oportunidade de corrupção. A fonte de dados foi constituída por um conjunto de depoimentos e delações premiadas, oficialmente firmados, e documentados, na operação Lava Jato. Este conjunto de documentos, mostra o envolvimento de 6 empreiteiras, e seus respectivos executivos, em casos de corrupção. O termo, executivos, será empregado aqui, para denominar os diretores e empresários, das empresas envolvidas. Entretanto, cabe salientar, que a tese não trata de empresas, executivos, ou da Lava Jato, mas sim, das relações corruptas entre empresas e políticos.

A questão central, que esta tese respondeu, é: qual, a configuração, ou configurações, das situações de oportunidade, que, convergiram, no espaço e no tempo, de modo a propiciar a ocorrência dos casos de corrupção revelados na operação Lava Jato?

A pesquisa que deu origem a esta tese é comparativa e preponderantemente, qualitativa, encaixando-se, de modo geral, nas áreas de Ciência Política ou Sociologia Política e, em particular, no estudo da corrupção. Os estudos da corrupção se dividem, basicamente, em duas vertentes. A primeira, e talvez, mais influente (Hindess 2012, 1), é pautada por argumentos históricos e teórico-analíticos. Seu foco, concentra-se em compreender, como a corrupção tem sido, ou deveria ser, definida. A segunda, é pautada por argumentos empírico-analíticos com a intenção de determinar, entre outros fatores, as relações, e implicações da corrupção sobre os ambientes sociais, políticos ou econômicos. Os fundamentos, e argumentos, que nortearam a pesquisa, são preponderantemente empírico-analíticos, entretanto, ela adentrou também, o ambiente teórico-analítico, com objetivo de formular e propor um novo olhar sobre o fenômeno da corrupção. Esta incursão, ao ambiente teórico-analítico, não ocorreu como digressão, mas sim, por necessidade metodológica, visto que, a maneira como, o fenômeno é percebido e compreendido, atualmente, tanto por parte da população como da comunidade acadêmica, não é suficientemente acurado para acomodar a proposta analítica da tese. Além de transpor as fronteiras teóricas das atuais correntes de estudo da corrupção, a tese transpôs, também, os limites teóricos e formais, das disciplinas de Ciências Sociais e Políticas, ao conciliar, de forma, talvez, inédita, a Teoria das Oportunidades, oriunda da disciplina de Criminologia, com o estudo da corrupção.

Sobre as causas da corrupção, esta tese se isenta de fazer qualquer inferência, visto que, a literatura está tão repleta delas, ao ponto de insinuar, que sejam, de fato, conhecidas em seus pormenores. Entretanto, se as causas da corrupção fossem realmente conhecidas, porque, então ela continua a se manifestar, tão faceiramente, entre as sociedades politicamente organizadas? Seja qual for, a resposta a esta pergunta, em última instância ela irá demonstrar, o quão pouco se sabe sobre as causas do fenômeno. E ainda que se argumente, que uma possível deficiência no conhecimento das causas da corrupção, não tenha relação direta com as falhas no seu combate, pois estas ocorrem por falta de vontade política, cabe ainda questionar, se esta falta de vontade política não tem origem na própria corrupção.

Sobre os efeitos negativos deste fenômeno, entretanto, principalmente, no Brasil, não é necessário ser especialista para perceber, que, ainda em 2020, durante uma das maiores tragédias de saúde da história contemporânea (a pandemia do Covid-19), a corrupção continua a assolar, de forma impiedosa, a sociedade brasileira, seja, distorcendo a alocação de recursos públicos, a integridade dos jogos políticos, a legitimidade de governos e governantes, ou, as competições de mercado. Já em novembro de 2018, o Ministro Luís Roberto Barroso denunciava, em alto e bom som, em plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), as consequências maléficas e mortíferas da corrupção, que, infelizmente, se tornaram visíveis com a chegada da pandemia. Ele diz;

*“Corrupção mata. Mata na fila do SUS, na falta de leitos, na falta de medicamentos. Mata nas estradas que não têm manutenção adequada. A corrupção destrói vidas que não são educadas adequadamente, em razão da ausência de escolas, deficiências de estrutura e equipamentos. O fato de o corrupto não ver nos olhos as vítimas que provoca não o torna menos perigoso. A crença de que a corrupção não é um crime grave e violento, e de que os corruptos não são perigosos, nos trouxe até aqui, a esse quadro sombrio em que recessão, corrupção e criminalidade elevadíssima nos atrasam na história e nos retém como um país de renda média, que não consegue furar o cerco”* (Barroso 2018, 18–19).

Não cabe aqui analisar a pertinência de todas as expressões e conceitos empregados por sua excelência, pois, o que se pretende é destacar que, a corrupção, continua a assolar, de forma violenta e impiedosa, a sociedade brasileira. Entretanto, mais grave do que constatar esta violência, é perceber que, a insistência, e persistência, da corrupção em se manifestar, nos mais variados ambientes da sociedade brasileira, não ocorre por acaso. No Brasil, a corrupção insiste, e persiste, em se manifestar, pois, é cabalmente defendida e encontra abundantes

situações de oportunidade (adaptado de Barroso 2018, 21)<sup>1</sup>. Defendida ela é, em praticamente, todos os cantos e recantos brasileiros, seja, nas cortes da Justiça ou nos plenários políticos municipais, estaduais e federais. Os métodos utilizados em sua defesa, são inteligentes e eloquentes, e ainda não foram devidamente estudados. Entretanto, de antemão, é possível inferir que, estes métodos se apresentam à sociedade de forma sutilmente dissimulada, seja, em ardilosas articulações políticas, que, entre outras práticas, almejam abrandar leis anticorrupção, ou em jurisprudência, que, em nome do “justo” combate à corrupção, beneficiam indivíduos, já condenados em instâncias inferiores por corrupção, através de interpretações engenhosas da lei. Contra estes métodos, os cidadãos, que deles estão cientes, têm dificuldade para se contrapor, seja, de forma argumentativa ou como indivíduo. É óbvio que, em se tratando de uma prática tão repudiada nas sociedades contemporâneas, os defensores da corrupção não se apresentam, publicamente, como tais, e talvez, nem se vejam, desta forma. O que eles defendem, no entanto, com expressiva criatividade e habilidade, política e jurídica, é a continuidade das práticas corporativistas, fisiológicas ou nepotistas que, de longa data, vem impregnando a sociedade brasileira com situações de oportunidade de corrupção.

No sentido de necessidade, as situações de oportunidade estão para a corrupção assim como o oxigênio está para os seres humanos. Na ausência de oportunidades, a corrupção é “sufocada” e se torna incapaz de se manifestar. Nesta analogia encontra-se implícita, a hipótese que fundamentou todas as etapas da presente tese; *as situações de oportunidade são elementos necessários a manifestação da corrupção*. Conforme a terminologia do QCA (*Qualitative Comparative Analysis*), isto significa que, as oportunidades são condições necessárias, mas não suficientes, para a corrupção se manifestar. A manifestação é uma fase singular do modelo de corrupção que será apresentado no Capítulo 1. Entretanto, aqui, é suficiente salientar, que, na ausência de oportunidades, a corrupção perde seu principal meio de manifestação. Esta inferência não sugere, ou pressupõe, entretanto, que na ausência de oportunidades, a corrupção deixe de existir, pois, como será discutido mais adiante, é preciso diferenciar a corrupção em sua dimensão intangível (aquela que se instala na mente dos indivíduos), daquela, que se manifesta de forma empiricamente perceptível.

No Brasil, a literatura sobre as oportunidades de corrupção é praticamente inexistente, tanto na disciplina de Ciência Política, como de Sociologia Política; aquelas que, normalmente, incluem a corrupção em seu currículo. No âmbito internacional, a situação não é diferente. A

---

<sup>1</sup> A frase original do Ministro Luís Roberto Barroso diz o seguinte: “*Nós não somos atrasados por acaso. Somos atrasados porque o atraso é bem defendido*” (Barroso 2018, 21).

literatura que lá se encontra<sup>1</sup> nestas disciplinas, é escassa, e não aborda a corrupção de forma específica, pois, tende a confundir o fenômeno com crimes, em geral, ou de colarinho branco, cujas definições, não se enquadram no conceito aqui postulado (a diferença entre corrupção e crimes será tratada no Capítulo 1). Na disciplina de Criminologia, entretanto, as situações de oportunidade são largamente conhecidas e amplamente estudadas como narrativas explicativas (Beato, Peixoto, e Andrade 2004, 73). Foi, portanto, nesta literatura, que será apresentada no Capítulo 2, onde buscou-se o fundamento teórico que orientou grande parte da presente tese.

As razões para as oportunidades ainda não terem recebido a devida atenção nas Ciências Sociais e Políticas, principalmente, nos estudos da corrupção, ainda necessitam ser formuladas adequadamente. No entanto, de antemão, no que diz respeito à corrupção, é possível supor duas possíveis razões. Primeiro, por ter predominado nestas disciplinas, até poucos anos, a tendência de formular narrativas explicativas baseadas em macro variáveis sociais ou políticas. Neste contexto, procurou-se explicar a ocorrência da corrupção através, por exemplo, da modernidade (Huntington 2002a), desenvolvimento político (Joseph S. Nye 2002), diferentes categorias de governo (Tiihonen 2003), ou, como fizeram Lipset e Lenz (2000), através da religião predominante em determinada sociedade, concluindo que, países protestantes seriam menos corruptos do que países católicos. O viés ideológico que guiava as pesquisas de então, percebia o fenômeno da corrupção como problema de países subdesenvolvidos no âmbito político ou econômico. Entretanto, quando se observou, através de pequenos e grandes escândalos, como, por exemplo, o caso Siemens de 2006, que casos de corrupção também ocorriam em democracias desenvolvidas, como, por exemplo, a Alemanha, onde, na época, cerca da metade da população não professava nenhuma religião, e o restante estava dividido em proporções, quase iguais, entre católicos e protestantes (atualmente, aprox. 28% católicos e 26% protestantes)<sup>2</sup>, estes argumentos se tornaram mais raros e escassos.

A segunda, se dá talvez devido a ainda persistir nestas disciplinas o mesmo pressuposto teórico que havia e predominava na disciplina de Criminologia até o surgimento da Teoria das Oportunidades, a saber, priorizar narrativas explicativas com ênfase nas inclinações criminosas dos indivíduos. Sem desconsiderar a relevância e contribuição, teórica e empírica, destes pressupostos, é necessário observar que, nos estudos da corrupção, eles tendem a favorecer

---

<sup>1</sup> Os textos que mais se aproximam do tema aqui estudado são os seguintes: Benson, Michael L. & Simpson, Sally S. (2009). *White-Collar Crime: an opportunity perspective*. New York, Abingdon: Routledge; e Madensen, Tamara D. (2016). *Opportunities for White-Collar Crime* In Van Slyke et al *The Oxford Handbook of White-Collar Crime*. Oxford: Oxford University Press.

<sup>2</sup> Fonte: Bundeszentrale für Politische Bildung; <https://www.bpb.de/nachschlagen/zahlen-und-fakten/soziale-situation-in-deutschland/145148/religion> Acessado em, 24 de janeiro de 2021.



narrativas ou explicações tautológicas, ou seja, explica-se a corrupção na política partindo-se, preponderantemente, da ganância, ou inclinações corruptas, dos políticos, e no ambiente dos negócios, a partir da ganância, ou inclinações corruptas, dos empresários. Em suma, pouco se explica.

Ainda que relevantes para explicar as possíveis motivações e decisões racionais dos indivíduos, estudos sobre o efeito de forças socializantes sobre as inclinações criminosas não foram suficientes, até o momento, para explicar, de forma assertiva e adequada, as razões que levam indivíduos, de origem social diferente, a se comportem de forma semelhante diante de oportunidades de crime ou corrupção. Isto porque, indivíduos, oriundos de famílias fartas em recursos financeiros e intelectuais, tropeçam diante de oportunidades de crime ou corrupção, tanto quanto aqueles, oriundos de famílias quase que totalmente desprovidas de tais recursos. Portanto, por si só, as inclinações criminosas, ou corruptas, não são suficientes para explicar, de forma adequada, a ocorrência de casos criminosos ou corruptos. A bem dos fatos, pode-se afirmar que, de maneira isolada, nenhuma variável social é suficiente para determinar, assertivamente, qual indivíduo irá agir de forma criminoso, ou corrupto, em determinada situação (Felson e Clarke 1998). No entanto, pode-se afirmar, com alto grau de certeza, que nenhum indivíduo, ainda que possuído de forte inclinação criminoso, ou corrupto, irá realizar seus intentos sem a presença física de situações de oportunidade, sejam elas, engendradas pelas circunstâncias ou geradas artificialmente. Assim sendo, as oportunidades se qualificam como elemento comum à todas as ocorrências criminosas ou corruptas e, desta forma, tornam-se quase que predestinadas a participar de narrativas explicativas relevantes a este respeito, ainda que de forma isolada, elas também não expliquem tudo.

No modelo de corrupção proposto na presente tese (ver Figura 2, página 17), as oportunidades se mostram pertinentes em, basicamente, três momentos; durante a fase de deliberação (onde os indivíduos ponderam sobre a corrupção e possíveis oportunidades), antes da manifestação do fenômeno (onde ocorre a primeira busca, efetiva, por alvos), e antes da fase de operacionalização (onde ocorre a busca por meios de comutar os favores, bens ou serviços, negociados na manifestação). Estas três fases serão apresentadas em detalhe no Capítulo 1, entretanto, aqui, é importante salientar que, o foco central desta tese recai sobre as situações de oportunidade que convergem, no espaço e no tempo, antes da fase de manifestação da corrupção. Portanto, as situações de oportunidade que envolvem a fase de deliberação (interessantes, talvez a estudos sobre a escolha racional dos indivíduos, diante de oportunidades de corrupção) e a fase de operacionalização da corrupção (interessantes, com certeza, para investigações policiais) são analiticamente desconsideradas nesta tese.

Como já mencionado, as situações de oportunidade são consideradas necessárias à ocorrência da manifestação da corrupção. No modelo aqui proposto, esta manifestação ocorre, unicamente, através da relação simbiótica e específica entre no mínimo dois indivíduos, o corruptor, e o alvo, ou alvos. Esta relação é simbiótica devido à interdependência social dos atores. Ela é específica, pois ocorre de forma, unidirecional, ou seja, parte do corruptor em direção ao alvo, seja ele, agente público ou privado. Neste contexto, o corruptor é, o indivíduo, público ou privado, que toma a iniciativa de corromper o alvo, seja, oferecendo, prometendo, solicitando ou exigindo, direta ou indiretamente, vantagem indevida, em troca de favor, bem ou serviço, público ou privado, omitido ou praticado. O alvo é considerado como, o indivíduo, público ou privado, que se deixa corromper. Cabe aqui enfatizar, que, o conceito de corrupção aqui postulado, exige a ocorrência de uma interação social, baseada em livre e espontânea vontade, entre, no mínimo, dois indivíduos; o corruptor e seu alvo. Caso o alvo seja, de alguma forma, coagido a participar da relação corrupta, esta relação, deixa de corresponder ao conceito de corrupção, aqui postulado, pois trata-se de extorsão. Crimes cometidos por apenas um indivíduo, como, fraude ou sonegação de imposto, por exemplo, também não se enquadram no conceito de corrupção desta tese (esta diferença será tratada no Capítulo 1).

Portanto, na presente tese, as oportunidades de corrupção são entendidas como, circunstâncias, que propiciam a ocorrência de relações, simbióticas e específicas, entre o corruptor e seu alvo, ou alvos.

Por si só, as situações de oportunidades são neutras, ou seja, oportunas, ou favoráveis, tanto à concretização de intentos benéficos, como nocivos. Portanto, somente se pode falar de oportunidades de corrupção após a manifestação, empiricamente perceptível, do fenômeno. Esta característica das oportunidades, justifica a escolha dos documentados da Lava Jato como base de dados, visto que, apresentam casos completos, onde, comprovadamente, situações de oportunidade propiciaram a efetiva manifestação da corrupção. As oportunidades apresentam maior probabilidade de ocorrer, quando houver, convergência, no espaço e no tempo, de uma determinada configuração de elementos de riscos, os quais, serão apresentados no Capítulo 2. Aqui, é suficiente ressaltar, que, estes elementos, se apresentam aos indivíduos como fatores externos e objetivos, portanto, são passíveis de serem observados empiricamente. Determinar a configuração destes elementos de risco, é o objetivo central desta tese.

Com o intuito de alcançar este objetivo, a proposta analítica da tese foi desenhada em sintonia com o QCA (*Qualitative Comparative Analysis*) e a Teoria dos Conjuntos. Assim sendo, são desconsiderados aqui, os conceitos de variável independente e dependente, os quais, serão substituídos por, condições causais (*conditions*), resultados (*outcomes*), e conjuntos

difusos (*fuzzy sets*), cujas características, conforme Ragin (2008), não devem ser igualadas aos primeiros. Na presente tese, não se trabalha também com mensuração, ou correlação, entre variáveis, pois na metodologia do QCA, eles são substituídos por calibração, e relação, entre conjuntos difusos. Neste contexto, até mesmo o coeficiente de correlação entre variáveis, o “santo graal”, por assim dizer, nos modelos tradicionais de pesquisa, se torna, aqui, irrelevante. Para mais informações sobre estas diferenças, ver Ragin (2014, 2008).

A tese será apresentada em quatro capítulos. O primeiro, puramente teórico, apresenta as principais correntes de estudo e perspectivas sobre a corrupção, o modelo de corrupção como fenômeno orgânico de duas dimensões, e também, como o conceito foi empregado na Lava Jato. A compreensão do modelo apresentado neste capítulo, é requisito *sine qua non* para acompanhar os argumentos analíticos da tese, assim como, a correta alocação contextual das situações de oportunidades. O segundo, também teórico, apresenta, de forma resumida, a Teoria das Oportunidades e sua adaptação, aos casos de corrupção. No terceiro e quarto capítulo, apresenta-se o trabalho empírico, propriamente dito, sendo, que no terceiro, apresenta-se as principais características da fonte de dados, do QCA, e também, os rudimentos básicos da Teoria dos Conjuntos Difusos. Ainda neste capítulo, apresenta-se o processo de codificação dos documentos, assim como, o processo de normalização, e transformação, dos dados, em conjuntos difusos. No quarto capítulo, apresenta-se a análise dos conjuntos difusos através do QCA, com ênfase, especial, na Tabela Verdade. A tese é concluída com as considerações finais do autor.

O presente trabalho contribui com a comunidade acadêmica através de sua proposta analítica, metodológica, e também, com seu resultado. A proposta analítica e metodológica foi construída em acurada sintonia com a Teoria das Oportunidades, QCA, e Teoria dos Conjuntos Difusos. Sobre este tripé, é possível contemplar as difusas relações sociais e políticas a partir de um ângulo teórico e analítico alternativo; o das situações de oportunidade. As oportunidades são circunstâncias concretas e objetivas, portanto, podem ser abordadas empiricamente. Elas oferecem narrativas alternativas às relações sociais e políticas, e estão relacionadas com o comportamento dos indivíduos, visto que, na ausência de meios, ou recursos, estes lançam mão das oportunidades, conforme suas possibilidades, e nestas situações, os governantes e políticos, sabem, melhor que ninguém, que é mais fácil mudar as circunstâncias e oportunidades, do que a opinião das pessoas. Entretanto, as opiniões, também são influenciadas por oportunidades. Estudar as oportunidades significa, portanto, observar de perto como, as circunstâncias e as pessoas, afetam umas às outras, de modo a dar forma e movimento ao corpo político. As relações entre indivíduos e circunstâncias são complexas e difusas, e assim sendo, exigem

ferramentas pertinentes na análise de suas múltiplas configurações, e combinações. As ferramentas do QCA e a Teoria dos Conjuntos Difusos se mostraram a altura destas exigências. Por fim, o resultado do trabalho aponta que, as oportunidades de corrupção, assim como entendidas nesta tese, são propiciadas através da atratividade, fragilidade, e principalmente, exposição e proximidade, do alvo a seu corruptor. Na ausência destes elementos de risco, as oportunidades de corrupção se tornam improváveis. Espera-se que, a presente tese sirva de estímulo e inspiração a outras, no sentido que mostrem, ou demonstrem, a importância das oportunidades, e seus elementos de risco, nas demais relações sociais e políticas.

## 1.0 – CORRUPÇÃO: UM FENÔMENO DE DUAS DIMENSÕES

O objetivo deste capítulo é apresentar o modelo de corrupção como fenômeno orgânico de duas dimensões. Em caráter de prolegômenos, o capítulo apresenta as perspectivas históricas que, em paralelo e de forma independente, influenciam, desde a antiguidade, os discursos, conceitos e definições, da corrupção. O modelo representa as diferentes dimensões e fases que compõem e caracterizam a este complexo fenômeno. Com base no modelo é possível unificar, de forma teórica e conceitual, as perspectivas mencionadas. Na proposta analítica da presente tese, o modelo permite compreender e identificar, os pontos de interação entre as situações de oportunidades e as diferentes fases da corrupção bidimensional.

### 1.1 – DUAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

A corrupção é um termo com muitos significados e cada um deles, depende do contexto, social e político, onde é empregado (Brown 2006, 57). Assim sendo, observa-se na literatura, o emprego de diferentes denominações ao fenômeno, como, por exemplo, corrupção política, privada, passiva, ativa, sistêmica, burocrática, pequena ou grande corrupção, desvio de conduta, abuso de poder, comportamento busca-renda<sup>3</sup> (*rent-seeking*), ou ainda, degradação moral do corpo político<sup>4</sup>, entre outros.

Diante deste enxame de corrupção, há um certo consenso entre os pesquisadores de que, por si só (*für sich allein*), nenhuma destas denominações mostrou-se suficiente para incorporar, todos os aspectos éticos, morais, políticos e jurídicos que envolvem o fenômeno. Os aspectos éticos e morais, neste caso, dizem respeito aos valores e costumes, cultivados e reforçados, nas sociedades politicamente organizadas. Os aspectos políticos e jurídicos, dizem respeito aos processos ou ordenanças democráticas, que, determinam, quais condutas ou comportamentos, devem ser tipificados ou qualificados, como corrupção. Definições baseadas em aspectos jurídicos, procuram formular enunciados, relativamente, precisos e operacionais, visando aplicação em processos jurídicos ou investigativos, entre outros. Já as definições

---

<sup>33</sup> Existem outras traduções para o termo (*rent-seeking*) como, por exemplo, “maximizador de lucro” ou “caça lucro”, no entanto, postula-se que, a opção aqui adotada oferece maior proximidade com a expressão original que, literalmente, significa “em busca de renda” ou “em busca de aluguel”. Agradecimentos ao Prof. Luciano da Ros por suas pertinentes observações a este respeito.

<sup>4</sup> Para uma discussão detalhada sobre o conceito de corpo político (*body politic*) ver Kantorowicz, Ernst H., 1997; *The Kings Two Bodies: A Study in Medieval Political Theology*; Princeton University Press, Princeton NJ; cap.V) e também Rollo-Koster, Joëlle; 2010, *Body Politic* in Bevir, Mark, (Ed.); *Encyclopedia of Political Theory*, SAGE, Thousand Oaks, California.

baseadas em aspectos políticos, éticos ou moral, apresentam enunciados relativamente mais abertos e permeáveis às interpretações, como se verá, mais adiante.

Conflitos práticos, entre os aspectos ético, moral, político ou jurídico da corrupção, se tornam evidentes, por exemplo, em casos onde, diante de indefinições processuais (ainda que geradas ou possibilitadas através de manipulação, ou definições inconsistentes), as cortes tendem a favorecer indivíduos, condenados por corrupção em instâncias inferiores, com base no princípio “*in dubio pro reo*” (na dúvida a favor do réu). Em muitos destes casos, os vereditos se distanciam indelevelmente dos anseios éticos e morais da população em geral, ainda que, interpretados e proferidos conforme os códigos penais vigentes.

A dificuldade que estes aspectos apresentam para serem incorporados em uma definição única e universalmente aceita, se dá, basicamente, devido à ambiguidade semântica que eles podem suscitar nos diferentes contextos sociais, políticos, históricos, ou geográficos, onde são observados. Desta forma, atos ou comportamentos, considerados legítimos e aceitáveis nos tempos em que predominava uma só fê, uma lei e um rei, podem ser considerados ética e juridicamente ilegítimos, inaceitáveis, ou corruptos, no contexto do século XXI, como, por exemplo, a prática do nepotismo. Esta ambiguidade semântica se reflete também, em atos e comportamentos que ocorrem em regiões diferentes, ainda que pertençam ao mesmo período histórico, como, por exemplo, o caso do “caixa dois”, caso venha a ser legitimado no Brasil.

A ambiguidade que envolve a corrupção, existe desde Aristóteles, como demonstram Buchan e Hill (2014), no livro *An Intellectual History of Political Corruption*. No decorrer dos séculos, esta ambiguidade solidificou-se, por assim dizer, em duas grandes correntes de compreensão da corrupção; a corrente que percebe, e define, o fenômeno como degeneração ética e moral do corpo político, defendida por pensadores como, Aristóteles, Maquiavel, Euben (1989) e Dobel (1978), entre outros; e a corrente que percebe, e define, o fenômeno como fato típico e ilícito, defendida na era contemporânea, por autores como, Joseph Nye (1967), Samuel Huntington (2002b), e Friedrich (2002), entre outros. A expressão “fato típico e ilícito” é uma versão simplificada do conceito analítico bipartido da teoria do crime<sup>5</sup> (Masson 2017, p 204). Esta expressão incorpora a ideia de que, um ato só pode ser considerado criminoso quando for previamente tipificado, ou qualificado, como tal, nos códigos de leis.

A corrente que percebe a corrupção como, degeneração ética e moral do corpo político, concentra sua atenção sobre a sociedade em sua totalidade, e a baseada no fato típico e ilícito,

---

<sup>5</sup> Conforme Masson, o conceito de crime envolve questões complexas, e uma versão cientificamente elaborada do conceito deveria englobar os aspectos materiais, legais e analíticos do delito (Masson 2017, p.197), entretanto, para os fins aqui pretendidos, a versão simplificada se mostra suficiente.

sobre a ação e comportamento dos indivíduos. A partir destas correntes surgiram diferentes perspectivas e definições, com predominância da última sobre a primeira. Nas linhas que seguem, apresenta-se algumas das perspectivas baseadas no fato típico e ilícito que, nos últimos anos, receberam maior destaque na literatura.

Dentre as perspectivas baseadas no fato típico e ilícito, a mais conhecida e empregada é, provavelmente, aquela que formula seus princípios normativos da corrupção sobre as ações dos agentes públicos (*Public Office-Centred Corruption*). A definição que representa, de forma clássica, por assim dizer, esta perspectiva, foi formulada por Joseph S. Nye (1967), segundo a qual, a corrupção é “*um comportamento que se desvia das obrigações formais de uma função pública em prol de interesses privados (familiares, pessoais ou do círculo de interesse), pecuniários ou ganho de status; ou que viola as normas contra o exercício de certas categorias de influência privada*” (Nye 1967, 417). No Brasil esta perspectiva é incorporada na ideia de “corrupção passiva”, conforme o Art. 317 do Código Penal brasileiro, que, a define da seguinte maneira: “*Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem*”. Ambas as definições dizem respeito única e tão-somente aos atos dos agentes públicos, sendo que a brasileira, especifica nominalmente, os comportamentos que devem ser considerados desviantes, a saber, “*solicitar ou receber, vantagem indevida*”. Neste sentido, a definição brasileira é normativamente ainda mais restrigente do que a formulada por Nye.

Já, a perspectiva centrada na ação de agentes privados, formula seus princípios normativos sobre a ação destes indivíduos, mesmo que ela seja em resposta à iniciativa corrupta do agente público, que, então, estaria cometendo corrupção passiva. No âmbito internacional, esta perspectiva não se destaca na literatura, mas no Brasil, ela incorpora a ideia de “corrupção ativa”, conforme Art. 333 do Código Penal brasileiro, que a define nos seguintes termos: “*Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício*”. Cabe observar, que a corrupção ativa pode ocorrer juntamente com a corrupção passiva, caso, a oferta de vantagem indevida (feita por agente privado), for aceite, ou, a solicitação, proferida por agente público, for concedida. Esta diferenciação entre os atos corruptos dos agentes públicos e privados, permite (e talvez seja esta a intenção dos legisladores) diferenciar também, a punição que cada um deles deva merecer, dependendo das circunstâncias.

Outra perspectiva com destaque na literatura, é aquela que formula seus princípios normativos de corrupção com base no interesse público (*public interest-centred corruption*).

Esta perspectiva entende a corrupção como, ato de lesar a integridade do interesse público. Ela apresenta serias dificuldades e, assim sendo, vem perdendo espaço na literatura. Sua primeira dificuldade é não especificar o significado de “interesse público”. Além disto, ela permite qualificar como corrupção, qualquer ato, ainda que legal ou legítimo, que por ventura cause danos ao interesse público. Neste caso, a perspectiva tende a confundir incompetência, ou incapacidade, com corrupção. De modo inverso, ela permite qualificar como, legal e legítimo, atos corruptos que por ventura sejam benéficos ao interesse público (Gardiner 2002), ou seja, ela aceita, tacitamente, o “rouba, mas faz”.

A perspectiva que percebe a corrupção como “*sobreposição dos interesses privados sobre o bem comum*” (Filgueiras 2007), empregada, entre outros, por Maquiavel em sua obra *Discorsi* (Maquiavel 1984), pode ser considerada uma versão mais sofisticada daquela baseada no interesse público. Entretanto, esta desconsidera que também as categorias bem-comum, bem-público, bem-privado, e interesse privado, necessitam ser devidamente tipificadas antes que se possa falar de corrupção como, sobreposição de uma sobre outra. E mesmo que fosse possível tipificar, ou delimitar, adequadamente, estas categorias, seria difícil abstrair, através de normas ou leis, os interesses, por exemplo, do presidente Jair Messias Bolsonaro, daqueles do Jair Messias Bolsonaro, pai, marido, torcedor e agente privado (adaptado de Bratsis 2003, 27). Além disso, como observa Bratsis (2003), a separação entre o público e o privado não faz diferença entre algo bom e ruim. Por si só, o interesse privado não é ruim, ou indevido, como demonstra Weber, na obra *O Espírito Capitalista e a Ética Protestante*. Portanto, a corrupção como sobreposição dos interesses privados sobre o bem comum, só pode ocorrer quando aquilo que é considerado público, ou bem comum, está devidamente tipificado no mesmo código de leis que qualifica o privado como privado, e a corrupção como tal. Esta dependência dos códigos de leis, propicia que, aquilo que ontem era considerado corrupção, ou sobreposição do privado sobre o público, pode ter hoje uma diferente conotação, caso haja alteração no código de lei. Ou seja, a corrupção deixa de ser um fenômeno, para se tornar fantoche das leis.

A perspectiva centrada na mentalidade *rent-seeking* (*market-centred corruption*) tem inspiração econômica, portanto, como não poderia deixar de ser, enfatiza esta categoria de danos no ambiente social, político e de mercado. Esta perspectiva entende a corrupção como a ação de agentes públicos que buscam renda indevida através da exploração de seus cargos. Grande parte dos estudos que tratam da relação entre corrupção e economia, são patrocinados por instituições financeiras internacionais, como, por exemplo a *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), ou o *World Bank*, com o qual, Susan Rose-Ackermann, uma das figuras mais expoentes nesta perspectiva, trabalhou em parceria (Hindess



2012, 1). Ainda que esta perspectiva tenha contribuído, de forma expressiva, aos estudos da corrupção, principalmente, através dos textos de Rose-Ackermann (1978, 1996; 1999; 2008), ela confunde o motivo (busca por renda indevida) com os meios, (a corrupção), portanto, como observa Philp (1997, 443), não deveria ser considerada uma perspectiva da corrupção, e sim, uma maneira de analisá-la com base em rudimentos econômicos. Entretanto, ela ainda recebe demasiada atenção na literatura.

Outra perspectiva, baseada no fato típico e ilícito, é a que formula seus princípios normativos com base no abuso de poder (*misuse of public power*). De forma sutil, ela procura se desvencilhar das limitações, normativas e de escopo, que caracterizam as demais deste grupo. Com este objetivo, ela introduziu o termo “abuso” à sua definição de corrupção. Ao expandir demasiadamente o seu escopo, esta perspectiva dificultou sua operacionalização, pois, muitos, são os significados da palavra abuso, a saber, uso ilegítimo, excessivo, imoderado, inapropriado ou inadequado do cargo, ou poder, público ou político. O termo foi incorporado na definição de corrupção da organização não-governamental, Transparência Internacional, com as seguintes palavras: “*corruption is the abuse of entrusted power for private gain*” (Transparency International 2009, 14).

De modo geral, a dificuldade inerente a todas as perspectivas, baseados no fato típico e ilícito, no sentido de alcançarem validade e aceitação, universal, diz respeito às suas limitações de escopo (focadas preponderantemente nos agentes públicos) e normativas, pois, se chocam com os particularismos jurídicos que predominam nas diferentes sociedades politicamente organizadas, visto que, cada sociedade cria seu código de leis, e cada código define a corrupção, de maneira diferente. Além disto, estas perspectivas desconsideram que nas sociedades contemporâneas, existem, e surgem, a cada momento, novos atos e comportamentos que ainda não foram tipificados ou qualificados como corrupção em códigos de lei, mas, não conforme a opinião da população. Neste contexto, cabe mencionar que, muitas das ações consideradas articulações políticas, o conhecido “toma lá, dá cá”, podem envolver práticas que, se aproximam, ou representam, de fato, práticas corruptas, ainda que assim, não sejam qualificadas nos códigos de leis. Deste modo, as perspectivas baseadas no fato típico e ilícito se mostram deficientes, ou ineficientes, para detectar a manifestações da corrupção nos processos democráticos, que juridicamente, são considerados legítimos, como, por exemplo, na manipulação de leis que, em última instância, tipificam e qualificam atos ou comportamentos, como, corrupção. Quando a corrupção obtém êxito em se infiltrar ou interferir nos processos democráticos, ela institucionaliza a si mesma, e nestas circunstâncias, até mesmo as definições baseadas no fato típico e ilícito, se tornam a ela, subordinadas.

A corrente que percebe a corrupção como degeneração ética e moral do corpo político (*body politic*), ou doença do corpo político (*disease of the body politic*) (Euben 1989, 222), também apresenta dificuldades para ser aceita universalmente. O termo corpo político, neste caso, associa, metaforicamente, o corpo humano às sociedades politicamente organizadas. Esta associação está intimamente ligada à antiga fábula de Esopo (620-564 a. C.), *Os Membros e o Corpo* (2012), entretanto, nos diversos períodos históricos do pensamento político ocidental, como observam Rollo-Koster (2010, 133–37) e Bobbio (1993, 277), o termo já recebeu diferentes interpretações. Tacitamente, entretanto, o termo invoca a ideia de relação das partes (indivíduos ou governantes) com o todo (Euben 1978, 110), que, em última instância, representa mais do que a soma das partes (Bobbio, Matteucci, e Pasquino 1993, 277). Portanto, na presente tese, o termo será entendido como, o conjunto de indivíduos que compõem uma sociedade politicamente organizada, incluindo todos os cidadãos e seus governantes.

Nesta corrente, o comportamento indevido, desviante, ou corrupto, dos indivíduos não é visto como a corrupção, propriamente dita, mas sim, como, sintomas patológicos de sua ação, no corpo político. Portanto, postular que a corrupção seja única e tão-somente o comportamento indevido de indivíduos, ou governantes, como fazem as perspectivas baseadas no fato típico e ilícito, significa negligenciar que, estes atores, pertencem e são moldados por uma associação política maior do que eles mesmos. Quando esta associação política se torna ética e moralmente degenerada, corrompem-se também, as relações harmônicas entre os membros e desvanecem as virtudes cívicas, que as sustentam. Nestas condições, como observa Dobel (1978), tornam-se predominantes as relações atomizadas, individualistas, competitivas e calculistas, que, em última instância, buscam preservar o que já possuem, ou, obter ainda mais, se encontrarem as devidas oportunidades.

Do ponto de vista teórico, a perspectiva baseada na degeneração ética e moral do corpo político, se encontra mais próxima das disciplinas de Ciências Sociais e Políticas do que as perspectivas baseadas no fato típico e ilícito, visto que, trata de relações de poder, interesses e preferências, entre as partes, em si mesmas, ou entre as partes e seus governantes. No entanto, a despeito desta proximidade teórica, esta perspectiva é desconsiderada e perdeu espaço nestas disciplinas. Isto talvez, porque do ponto de vista metodológico, e operacional, ou seja, da abordagem empírica, esta perspectiva oferece serias dificuldades. A mais evidente, seja, talvez, a dificuldade de se estabelecer uma linha normativa entre aquilo que as sociedades consideram ético e íntegro, com o que elas denotam como, corrupção.

Portanto, com base no apresentado, é possível concluir que, de forma isolada, tanto a corrente baseada no fato típico e ilícito, como, a baseada na degeneração ética e moral do corpo

político, apresentam dificuldades em suas definições de corrupção, visto que, carecem de aceitação universal, e não incorporam, todos os aspectos, éticos, morais, políticos e jurídicos, do fenômeno. Neste contexto, o modelo que será apresentado a seguir, sugere, de forma visual e conceptual, que, as correntes aqui apresentadas, não são antagônicas, e não representam apenas, diferentes perspectivas do fenômeno; elas são, de fato, diferentes dimensões da corrupção.

## 1.2 – O MODELO ORGÂNICO DE DUAS DIMENSÕES

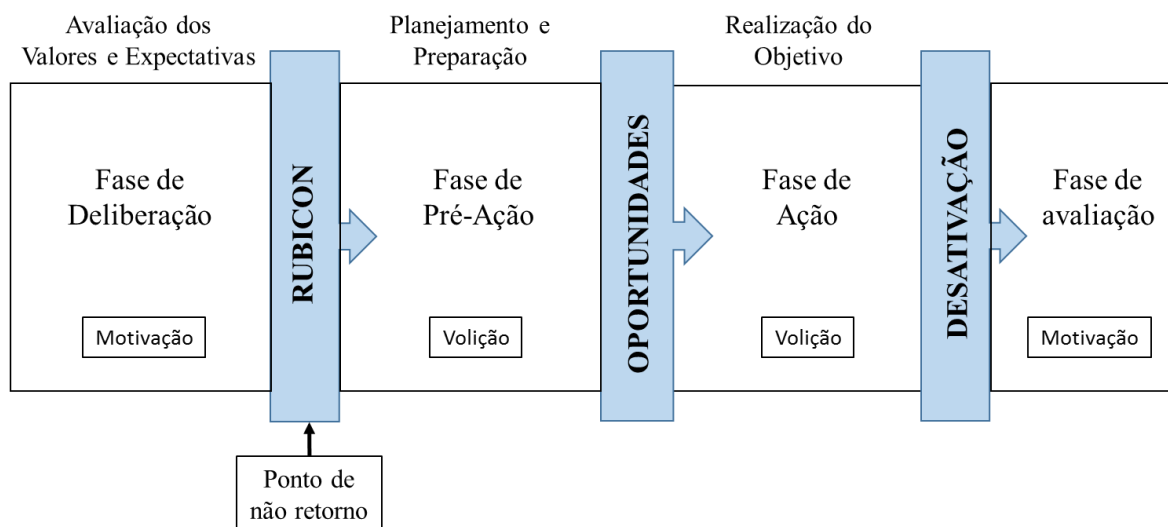
A ideia de corrupção como fenômeno multidimensional foi inspirada em um breve texto, em Alemão (Alemann 2003), e Inglês (Alemann 2004), do Cientista Político Ulrich von Alemann, que, no entanto, não oferece maiores informações sobre, a natureza ou característica destas possíveis dimensões, visto que trata, preponderantemente, das diferentes concepções de corrupção e suas dificuldades, teóricas e práticas. Isto significa que, o modelo apresentado a seguir, é inédito, e não há, até o momento, proposta semelhante na literatura da corrupção. O seu formato atual é resultado de vários anos, de pesquisas e discussões sobre a essência e natureza da corrupção. O argumento tácito, por de trás do modelo, parte do princípio de que, assim como não é possível definir o ser humano apenas com base em sua manifestação corpórea, no espaço e no tempo, também não é possível definir o fenômeno da corrupção apenas com base em suas manifestações empiricamente perceptíveis.

Em suma, o modelo representa, e apresenta, a corrupção como um fenômeno orgânico de duas dimensões. Nele é possível incorporar, teórica e conceitualmente, todos os aspectos éticos, morais, políticos e jurídicos que, em conjunto, dão forma e complexidade ao fenômeno. A junção de todos estes aspectos em um só modelo, abre novas perspectivas e horizontes aos estudos e análises da corrupção. A compreensão deste modelo é *sine qua non* para compreender a proposta analítica da presente tese, e também, a relevância das situações de oportunidade em seu contexto. Entretanto, o modelo não apresenta uma nova definição de corrupção, mas sim, um modelo que permite perceber o fenômeno, de forma diferenciada. Ele não interfere, ou prejudica, o conceito de corrupção empregado na operação Lava Lato, nem a análise de seus casos.

O modelo de corrupção apresentado, e empregado, na presente tese, é uma adaptação do Modelo Rubicão das Fases de Ação (*The Rubicon Model of Action Phases*) (Figura 1),

idealizado por, Heiz Heckhausen (1989, 212; 1987, 180)<sup>6</sup>, e adaptado por, Tanja Rabl (2008, 95), cujo livro, que trata da corrupção privada, serviu de apoio e inspiração para consolidar a ideia e o modelo de duas dimensões. O modelo Rubicão de Heckhausen foi construído com base em teorias motivacionais da Psicologia (que não serão aqui tratadas), e representa, de forma simplificada, diferentes fases de ação que, o indivíduo perfaz até realizar um determinado objetivo (*Zielintention, Absicht*). Ele é constituído, basicamente, por quatro fases de ação; 1- fase de deliberação (onde atua a motivação), 2- fase de pré-ação (volição), 3- fase de ação (volição), 4- fase de avaliação (motivação). O Modelo Rubicão parte do pressuposto que, a fim de alcançar determinado objetivo, o indivíduo necessita primeiro, ultrapassar, ou superar, seu rubicão psicológico (o ponto sem retorno), o qual, separa a fase de deliberação (fase 1) da de pré-ação (fase 2). A força motivacional necessária a ultrapassar, ou superar, o Rubicão, depende dos valores e expectativas que o indivíduo atribui ao objetivo (Gollwitzer 1987, 180). A passagem da fase de pré-ação (fase 2) à de ação (fase 3), depende não somente da força volitiva do indivíduo (forjada por valores e expectativas atribuídas ao objetivo), mas também, da conveniência de situações de oportunidade (*Günstigkeit einer vorliegenden Gelegenheit*) (Gollwitzer 1987, *ibid.*). Após alcançar seu objetivo, o indivíduo desativa a ação, e passa a fase de avaliação do que foi feito e alcançado.

Figura 1 - MODELO RUBICÃO DAS FASES DE AÇÃO - SIMPLIFICADO

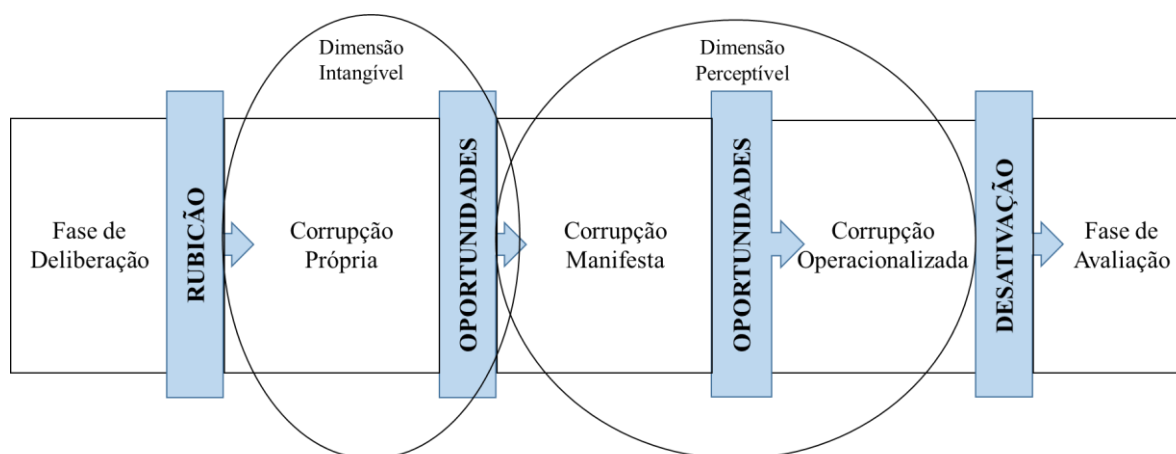


(Adaptado de Rabl, 2008, p. 95, apud Heckhausen, 1989, p. 212)

<sup>6</sup> Heckhausen faz referência a Peter Max Gollwitzer (Gollwitzer 1987) que, por sua vez, refere-se a palestra de Heckhausen no 35º congresso da Deutsche Gesellschaft für Psychologie (DGfP) em Heidelberg, 1986.

Em semelhança ao modelo Rubicão das Fases de Ação, o modelo da corrupção como fenômeno orgânico de duas dimensões (Figura 2) apresenta cinco fases distintas e cronológicas que perfazem a transação corrupta. Estas fases são aqui denominadas da seguinte forma: 1- fase de deliberação; 2- corrupção-própria; 3- corrupção-manifesta; 4- corrupção-operacionalizada; 5- fase de avaliação. Destas cinco fases somente três constituem de fato o fenômeno da corrupção (as fases identificadas por círculos alongados); corrupção própria, corrupção manifesta, e corrupção operacionalizada. Na continuação apresenta-se a descrição de cada uma destas fases.

Figura 2 - CORRUPÇÃO COMO FENÔMENO ORGÂNICO DE DUAS DIMENSÕES



(Adaptado de Rabl, 2008, p. 95, apud Heckhausen, 1989, p. 212)

### 1.2.1- FASE DE DELIBERAÇÃO

A fase de deliberação diz respeito ao ato de decidir, em favor da corrupção, como meio de alcançar determinado objetivo (favor, bem ou serviço, público ou privado, omitido ou praticado). A fase apresenta estreita relação com a corrente que percebe a corrupção, como, degeneração ética e moral do corpo político, pois, tacitamente, trata da influência da sociedade sobre a decisão dos indivíduos, a favor, ou contra a corrupção. Ela se relaciona também, com as estratégias de racionalização que serão tratadas mais adiante. Nesta fase, o indivíduo pondera sobre as expectativas e o valor, material ou simbólico, do objeto almejado, mas também, sobre a corrupção como meio de o alcançar. Quanto maiores as expectativas, ou valor, atribuído ao objeto almejado, maior também a motivação para o alcançar. Entretanto, nesta fase, a corrupção

é percebida, a princípio, somente como, uma opção entre outras. Porém, na medida em que o desejo e a motivação, por um determinado objeto, ou objetivo, aumentam em intensidade, intensifica-se também, a procura pelos melhores meios de o alcançar. Os melhores meios, neste caso, são aqueles que exigem, menor esforço, tempo, custo, e risco, ou seja, aqueles que oferecem a melhor relação, custo benefício.

Quando a relação, custo e benefício, aponta, que, a corrupção é a opção mais atraente, os indivíduos se confrontam com uma espécie de dissonância cognitiva (*cognitive dissonance*) (Elster 2007, 135), entre os valores éticos e morais, da sociedade a qual pertencem, e os possíveis benefícios da corrupção. Com o objetivo de abrandar, ou transpor, esta dissonância, indivíduos recorrem a estratégias de racionalização, as quais, envolvem aspectos, racionais, culturais, sociais, políticos e econômicos, que, não serão tratados, na presente tese. Aqui, é suficiente mencionar, que, as estratégias auxiliam os indivíduos a justificar, suas decisões, em favor da corrupção, sem retirar de si mesmos, a aura ética e moral (Anand, Ashforth, e Mahendra 2004; Ashforth e Anand 2003; Rabl 2008, 85). Ou seja, estratégias de racionalização permitem que indivíduos transgridam, normas, ou leis, sem formar uma imagem negativa, ou corrupta, de si mesmos (Coleman 1998 apud; Rabl 2008, 85). Elas são dispositivos linguísticos, ou cognitivos, que auxiliam os indivíduos a, minimizar, a força moral da lei, e neutralizar, a culpa de sua participação em atos corruptos (Sykes e Matza 2018, 21).

Entretanto, é importante frisar, que, a ideia de racionalização empregada na presente tese, se diferencia, indelevelmente, daquela empregada pelos autores citados no parágrafo anterior. Aqui, a estratégia de racionalização será entendida como, ato que antecede o processo de decisão, em favor da corrupção; nos autores citados, a racionalização ocorre após as práticas corruptas, ou em função delas. Aqui, a racionalização será entendida como, ferramenta que auxilia indivíduos a decidirem-se, em favor da corrupção; na perspectiva dos autores citados, ela serve a justificar a corrupção praticada<sup>7</sup>. Entretanto, aos intentos da tese é importante salientar que, as estratégias de racionalização não surgem do acaso, ou *ex nihilo* aos indivíduos; elas são culturalmente apreendidas, e socialmente reforçadas (Coleman 1998, 193), visto que, os indivíduos não desejam abandonar os valores da sociedade, a qual pertencem (Rabl 2008, 85 apud; Sykes e Matza 1957). Quanto menor, os índices de corrupção ou degeneração, ética e moral, da sociedade, menor também, a probabilidade de indivíduos aceitarem estratégias de racionalização, em favor da corrupção. Entretanto, quando a sociedade já se encontra em estágio avançado de corrupção, ou degeneração, ética e moral, as estratégias de racionalização

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre as estratégias de racionalização ver, John Elster (2007, 135).

se tornam, amplamente disseminadas e empregadas, inclusive, para justificar a mudança de leis em favor de corruptores e corrompidos. Quando as estratégias de racionalização alcançam força persuasiva suficiente para transformar, desejo e motivação, em força de volição, o indivíduo é impelido a cruzar o seu Rubicão psicológico (Heckhausen, Gollwitzer, e Weinert 1987, 175), e incorporar, a corrupção-própria, como maneira de pensar, agir, e decidir, em determinadas situações. Neste contexto, Sykes e Matza (1957, 2018), apresentam cinco categorias básicas de estratégias de racionalização, as quais, não devem ser consideradas, como, exaustivas.

- 1- Negação de responsabilidade; “o que faço, é unicamente para o bem da empresa, ou partido”.
- 2- Negação de danos; “o que faço, não prejudica o orçamento público, ou da empresa”.
- 3- Negação de vítimas; “o que faço, não prejudica ninguém, pessoalmente”.
- 4- Condenação dos condenadores; “em determinados momentos, a polícia, políticos e sociedade, também se comportam de forma semelhante”.
- 5- Apelo a lealdade maiores; “a minha intenção era, o bem do partido, ou da empresa”.

A guisa de exemplo, apresenta-se a seguir, o extrato de um depoimento da Lava Jato, onde, é possível perceber a estratégia de racionalização, no sentido de, justificar a corrupção praticada. O texto é uma transcrição original.

“Juiz Federal: - E como o senhor encarava essa situação, porque é uma doação eleitoral, uma doação ao partido, pelo menos, a compreensão que se tem, é que é uma coisa espontânea, voluntária, e isso, no fundo era um compromisso, como é que o senhor explica isto? ”

“Interrogado: - Olhe, com toda a sinceridade, senhor juiz, primeiro, nós, se compararmos todas as contribuições feitas nesse período de 2008 para cá, e eu respondo pelas de 2010 para cá, elas foram feitas dentro do raciocínio de que, eram bônus eleitoral, não que fosse, que era um bônus eleitoral, que era uma coisa legal, nós não víamos isso, eu não tinha, vamos dizer, a percepção de que eu estaria cometendo um delito, em relação a isso. A verdade é que, ele foi pressionado, nós fomos pressionados, eu, pessoalmente, fui pressionado, para aceitar aquele entendimento, em 2008, porém, a contribuição, era uma contribuição que se enquadrava dentro de um processo legal formal, formal legal, agora, sem dúvida, a decisão, originária daquela contribuição, vinha de alguma coisa que, não era correta, mas nós não tínhamos essa percepção, hoje

completamente, a gente entende, que não era correto, porque senão, não teríamos feito, porque a vontade nossa era não fazer, [...]”

### 1.2.1- CORRUPÇÃO-PRÓPRIA

A corrupção-própria (ver Figura 2, círculo esquerdo) pode ser definida como, estado cognitivo que, distorce os cálculos éticos e morais em relação, aos demais membros do corpo político ou ao corpo político, em sua totalidade. A corrupção-própria é assim denominada, pois, através das estratégias de racionalização, ela torna-se parte da racionalidade dos indivíduos, ou seja, é capturada por seu intelecto como maneira de pensar, decidir e agir. Ao distorcer os cálculos, éticos e moral, a corrupção-própria propicia que, indivíduos imponham, ou sobreponham, seus interesses, e preferências, individuais, sobre os interesses e o bem-estar, do corpo político, em sua totalidade. Observe-se, entretanto, que não se faz diferença aqui entre público e privado, e sim, entre indivíduos e o corpo político, em sua totalidade.

A corrupção-própria, diferencia-se daquela, que se apresenta como opção, na fase de deliberação, através da realidade, que ela representa, ao indivíduo que a incorpora. Isto porque, após ser incorporada, a corrupção-própria passa a construir, por assim dizer, uma realidade paralela, e singular, na mente do indivíduo. Esta realidade, leva o indivíduo a perceber seus atos e comportamentos, de forma distorcida, ou adulterada, ou seja, legítimos e aceitáveis, ainda que, corruptos ou antiéticos, conforme as leis e costumes da sociedade, a qual pertence (Coleman 1998 apud; Rabl 2008, 85). Entretanto, visto que, o indivíduo não deseja abandonar os valores, éticos e morais, da sociedade, a qual pertence (Rabl 2008, 85 apud; Sykes e Matza 1957), a realidade que é construída em sua mente, faz com que ele perceba a corrupção, como, aquilo que os outros fazem, os adversários, os que não compartilham seus interesses, que não são parceiros políticos, comerciais ou de pôquer (Barroso 2018, 21).

Além de distorcer a relação do indivíduo com as demais partes do corpo político, e com o corpo político, em sua totalidade, a corrupção-própria leva o indivíduo a não ver os demais membros, como, iguais (perante a lei), e sim, como de natureza distinta, inferior, ou passível de exploração, quando conveniente. Iguais, são considerados somente os membros da família, amigos, parceiros políticos, comerciais, ou de jogatina. Aos olhos deste indivíduo, o corpo político se torna importante, somente enquanto, lhe provê oportunidades necessárias a alcançar, através de vantagens indevidas, os seus objetivos. Quando a corrupção-própria torna-se disseminada em várias partes do corpo político, o desenvolvimento deste corpo ocorre de forma distorcida, deformada, defeituosa, e feia, tanto na esfera social, como política, pois, cada parte,



pretende ser, maior, ou importante, que o corpo, em sua totalidade (Euben 1989). Eis então, que surge o Leviatã.

Ao construir uma realidade paralela, e real, ao indivíduo que a incorpora, a corrupção-própria se torna capaz, também, de lhe aguçar os sentidos, de modo a perceber situações de oportunidade, em circunstâncias, onde, outros observam apenas, trivialidades. Na ausência de oportunidades, a corrupção existe somente em estado cognitivo e, desta forma, é incapaz de continuar seu fluxo orgânico, em direção a manifestação. O lapso de tempo entre o processo de incorporação da corrupção-própria, e a manifestação do fenômeno, na dimensão perceptível, está diretamente relacionado com as oportunidades. Dependendo das circunstâncias, este lapso de tempo pode significar, minutos, horas, dias ou meses. Em relações simples, e ordinárias, como, por exemplo, a relação corrupta entre o agente de trânsito e o cidadão, o lapso de tempo entre a ação da corrupção-própria (justificar o comportamento), e a manifestação da corrupção (a efetiva, oferta, ou solicitação, de vantagem indevida), pode significar, segundos ou minutos (o suficiente, para que o indivíduo possa olhar ao seu redor e constatar, que não está sendo observado). Em licitações públicas, que envolvem altos valores, empresários, e políticos, é possível que, o lapso de tempo entre a ação da corrupção-própria, e a corrupção-manifesta, signifique semanas ou meses, dependendo da complexidade das negociações, ou da quantidade de envolvidos.

Entretanto, seja qual for, o lapso de tempo entre a ação da corrupção-própria, e a corrupção-manifesta, fato é, que, o fluxo orgânico, da primeira em direção a segunda, só é passível de ocorrer através de situações de oportunidade, que, na presente tese, não são entendidas como eventos, ou acontecimentos (licitações, reuniões, pandemias, etc.), mas sim, como, circunstâncias que propiciam, a convergência, no espaço e no tempo, do corruptor e seu alvo, em uma relação, simbiótica e específica (mais, a este respeito, no Capítulo 2).

A corrupção-própria pertence à dimensão intangível da corrupção, e sua presença, ou existência, pode ser atestada somente após sua, efetiva, transmutação à condição de corrupção-manifesta, ou seja, sua manifestação empiricamente perceptível (ver Figura 2, círculo direito). Assim sendo, a presença, ou existência, da corrupção-própria, é atestada por inferência retrospectiva, isto é, sempre que a corrupção-manifesta for observada, pode-se inferir, também, a necessária presença da corrupção-própria. A corrupção-manifesta permite inferir sobre a presença da corrupção-própria, e esta última, permite explicar, mas não prever, a ocorrência da corrupção-manifesta (Elster 2007, 36). A difícil tarefa de determinar a presença, ou existência, da corrupção-própria, a *priori*, ou seja, antes de se observar a corrupção-manifesta, não cabe às disciplinas de Ciências Sociais ou Políticas, mas sim, talvez, à Psicologia.

### 1.2.2- CORRUPÇÃO-MANIFESTA

A corrupção-manifesta representa e apresenta a corrupção em sua forma empiricamente perceptível. Evita-la deveria ser o foco de todas as operações anticorrupção. A manifestação da corrupção pode se dar de diversas maneiras, no entanto, ordinariamente, ela ocorre através de expressões orais, ou gestuais, que, em última instância convergem no ato de prometer, oferecer, solicitar ou exigir, direta ou indiretamente, vantagem indevida, em troca de favor, bem ou serviço, público ou privado, omitido ou praticado. A vantagem indevida é entendida aqui como, a sobreposição do interesse individual, sobre o interesse, ou bem-estar, do corpo político, em sua totalidade.

Em certos aspectos, a corrupção-manifesta corresponde ao que está lavrado nos códigos 317 (corrupção passiva – atos praticados por servidores públicos), e 333 (corrupção ativa – atos praticados por agentes privados), do Código Penal brasileiro, onde, o simples ato de solicitar, exigir (Código 317), oferecer, ou prometer (Código 333), vantagem indevida, já se caracteriza como, corrupção. No entanto, o Código Penal brasileiro, se limita a tratar somente das relações entre agentes públicos e privados, desconsiderando, quase totalmente, a corrupção que ocorre no ambiente privado ou empresarial,<sup>8</sup> como, por exemplo, na relação entre fornecedores e compradores.

No caso, talvez, mais emblemático, da Lava Jato, o de Marcelo Odebrecht (2017), é possível observar, como, de forma silenciosa e durante uma reunião, a corrupção se manifesta através de um bilhete, escrito à mão, no qual, o então Ministro, Guido Mantega, solicita a quantia de 50 milhões de reais, para, suposto, financiamento de campanha política. Com base no modelo, e na ideia de corrupção-manifesta, postulada na presente tese, é irrelevante se, o valor solicitado, foi, de fato, pago, ou não - entretanto, Marcelo Odebrecht confirma que foi (Odebrecht 2017, 43) -, pois, o que importa, aos intentos da presente tese, é que, no instante que, o bilhete foi apresentado, a corrupção se materializou de forma empiricamente perceptível, permitindo desta forma, inferir sobre a presença, e influência, da corrupção-própria na decisão e ação, daquele que, redigiu o bilhete (o corruptor). Portanto, o bilhete, com a solicitação de vantagem indevida, se tornou a, efetiva, manifestação da corrupção, a qual, permite inferir sobre a presença ou influência da corrupção-própria que, por sua vez, possibilita explicar, mas não prever, a ocorrência da corrupção-manifesta (Elster 2007, 36). Entretanto, apesar de

---

<sup>8</sup> A lei anticorrupção – Lei Nº 12.846 de 2013 – também trata somente da relação entre empresas e administração pública.

pertencer à dimensão perceptível (ver Figura 2, círculo direito), a corrupção-manifesta permanece oculta aos olhos e ouvidos do público até que, seus detalhes, sejam revelados através de ação policial, das mídias de massa, ou das partes envolvidas.

Cabe ainda observar que, a manifestação da corrupção, não ocorre sem a presença física de situações de oportunidade. No caso mencionado, a reunião, como, evento e acontecimento, não é vista, nos termos desta tese, como situação de oportunidade de corrupção, mas sim, como gatilho que torna, a situação de oportunidade, possível. Conforme o conceito postulado nesta tese, a situação de oportunidade ocorre, no momento que, o corruptor (o autor do bilhete) converge, no espaço e tempo, com seu alvo (Marcelo Odebrecht), em uma relação simbiótica (de interdependência), e específica (a ação parte do corruptor em direção ao alvo). O objetivo central desta tese consiste em determinar a configuração destas circunstâncias.

Sobre a corrupção-manifesta, cabe ainda observar, que, sua manifestação precede a fase de operacionalização, aquela, onde, ocorre a efetiva comutação das vantagens indevidas. Esta observação é válida mesmo que a comutação ocorra antes do favor, bem ou serviço, almejado por determinado corruptor, seja negociado, visto que, neste caso, a própria vantagem indevida se caracteriza, como, manifestação da corrupção. Nos casos revelados na Lava Jato, várias empresas pagavam propina (a comutação) sem que, o favor, bem ou serviço, desejado, tivesse sido explicitamente determinado ou negociado, mas sim, com o objetivo, e esperança, implícita, de não serem prejudicadas, ou desconsideradas, em futuras negociações, ou, com o propósito de cultivar boas relações.

### 1.2.3- CORRUPÇÃO-OPERACIONALIZADA

A corrupção-operacionalizada engloba todos os processos da efetiva consumação ou comutação, das vantagens indevidas, negociadas na fase de manifestação. Esta fase da corrupção é uma consequência orgânica de sua manifestação. Após manifesta, a corrupção irá procurar, quase sempre com sucesso, todos os meios possíveis para se operacionalizar. Portanto, a fase de operacionalização da corrupção não deveria ser o foco central de ações anticorrupção, pois, sendo ela a última fase do fenômeno, atua-se de forma tardia. Das três fases que compõem o fenômeno da corrupção bidimensional, esta é, talvez, a fase menos relevante aos Cientistas Sociais e Políticos, e mais importante para investigações policiais. Sua ocorrência, também necessita de situações de oportunidade, que, no entanto, se diferenciam daquelas que atuam na manifestação da corrupção. Enquanto na manifestação trata-se da relação simbiótica e específica entre o corruptor e seu alvo, aqui, trata-se de meios, materiais

ou tecnológicos, que dificultem observar, o caráter corrupto da comutação de vantagens indevidas. Os meios mais utilizados nos casos revelados na Lava Jato foram: pagamento em espécie, caixa dois, doação a partidos, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, compra de bens, obras de arte ou imóveis, pagamento no exterior, a terceiros, ou por serviços não executados, entre outros. Conforme depoimento de executivos, a maior dificuldade na fase de operacionalização, ocorria no momento da aquisição, pagamento, e contabilização de grandes volumes de dinheiro, em espécie. A empresa Odebrecht contornou este problema criando o setor de Operações Estruturadas, que, segundo seu ex Presidente, Marcelo Odebrecht (2017, 4) tratava, exclusivamente, do pagamento de vantagens indevidas, dentro e fora do Brasil.

Em ambientes diferentes, como, por exemplo, na relação corrupta entre somente atores políticos, os meios empregados na operacionalização podem variar conforme as circunstâncias. O nepotismo cruzado de segundo, ou terceiro, grau, por exemplo, é uma forma, tipicamente política, de operacionalizar a corrupção. A corrupção-operacionalizada é uma das principais fontes de evidência, tanto para operações policiais, como na elaboração de peças jurídicas, que, em última instância possibilitam, acusar, ou condenar, envolvidos. As evidências da corrupção-operacionalizada, servem também, para mensurar, de forma objetiva, mas indireta, os possíveis prejuízos materiais, ou econômicos, da corrupção-própria e manifesta. Os prejuízos sociais e políticos, apresentam maior dificuldade para serem mensurados objetivamente. Neste contexto, considera-se um equívoco igualar a mensuração da corrupção-operacionalizada, que, oferece certo grau de objetividade, com a percepção da corrupção-própria ou manifesta. Por ser tratar de uma relação sigilosa e secreta, raramente se conhece a total dimensão da corrupção que se manifesta, dia após dia, nos diferentes ambientes de uma determinada sociedade. Devido a sua atuação na dimensão intangível, não é provável que, se possa conhecer, com as tecnologias atuais, o exato grau de corrupção-própria que, já foi, ou está, incorporado nos indivíduos de uma determinada sociedade. Portanto, todo e qualquer índice de percepção da corrupção, deve ser tomado com cuidado, pois em uma sociedade já afetada por corrupção, a própria percepção dos indivíduos pode estar distorcida, através de sua convivência diária com o fenômeno, que, talvez, já se tornou “natural”. A introdução de percepções exógenas, não resolve o problema, em definitivo, pois, podem estar influenciadas, ou moldadas, por vieses ideológicos ou culturais, e, até o momento, nenhuma cultura foi apontada, ou determinada, como padrão, a fim de mensurar, a corrupção através de percepção. Nos interesses da presente tese, as evidências da corrupção-operacionalizada foram importantes para determinar, os casos da Lava Jato, como fonte de dados.

### 1.3 - O CONCEITO DE CORRUPÇÃO NA OPERAÇÃO LAVA JATO

As observações aqui efetuadas sobre o conceito de corrupção na Lava Jato, não estão fundamentadas em uma análise sistemática de conteúdo, mas sim, nos depoimentos e delações premiadas coletados na operação Lava Jato, no livro do Procurador, Deltan Dallagnol, e nas informações disponibilizadas no site da operação, na Internet<sup>9</sup>, segundo o qual, a operação é, a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro, da história do Brasil. Desta forma, tornou-se amplamente conhecida entre a população em geral, e no ambiente acadêmico, portanto, em nome da parcimônia, será aqui brevemente apresentada.

A operação iniciou suas atividades em março de 2014 na Justiça Federal de Curitiba sob a coordenação do Procurador, Deltan Dallagnol e o Juiz, Sergio Moro. As primeiras investigações se deram através de suspeita de atividades criminosas por parte de quatro doleiros. Elas ocorreram em postos de combustíveis e lavagem de automóveis, daí o nome Lava Jato. Estas primeiras investigações foram exitosas e, no seu decorrer, apontaram a participação de diretores da Petrobras em atividades ilícitas. Ao aprofundar e expandir as investigações, os investigadores descobriram que alguns diretores da Petrobras exigiam o pagamento sistemático de propina em troca de contratos com a empresa. As propinas eram divididas entre determinados diretores, políticos e partidos. Em setembro de 2014, Paulo Roberto Costa, um destes diretores, foi preso por corrupção e firmou acordo de delação premiada com a Justiça Federal de Curitiba. As informações fornecidas neste acordo revelaram a participação criminosa de várias empresas privadas, nacionais e estrangeiras, bem como, o envolvimento de vários servidores públicos, parlamentares e empresários.

O número de denúncias, ações penais, acordos de colaboração premiada, de leniência, e valores, recuperados na Lava Jato são notáveis e talvez, sem igual na história brasileira. Entretanto, ainda que apoiada por cerca de 80% da população brasileira (Cersosimo e Patitunda 2018), a operação deparou-se já desde cedo com forte espírito de corpo e resistência por parte de Parlamentares e Magistrados. Já em 2016, o Procurador Deltan Dallagnol temia que a operação estivesse em eminência de ser finalizada (Brandt e Macedo 2016). Em novembro de 2020, na redação desta tese, a operação Lava Jato ainda subsiste, entretanto, significativamente desfigurada no que diz respeito a sua equipe original, e sob “fogo amigo” da própria Procuradoria Geral da União (a qual, está subordinada), assim como, de integrantes da Suprema Corte brasileira (Cavalcanti et al. 2019). O seu final ainda é incerto, mas por razões que serão

---

<sup>9</sup> <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato> (acessado em, 12 de novembro 2020).

elencadas mais adiante, pode-se inferir que o seu fim seja semelhante ao de sua *sibling* Italiana, a operação Mão Limpas (*Mani Pulite*)<sup>10</sup>.

No que diz respeito ao conceito de corrupção empregado na Lava Jato, cabe observar que, a operação foi pensada, elaborada, e operacionalizada, em ambiente jurídico-policial, sob direta coordenação de Procuradores e Magistrados. Este ambiente se reflete na linguagem da operação, e, assim sendo, os atos corruptos são enquadrados nas categorias de corrupção ativa ou passiva, dependendo da qualificação dos réus, e as operações, são deflagradas - surgem ou irrompem, repentinamente (Houaiss 2008, 238) -, ao invés de iniciadas. Esta linguagem jurídico-policial permite inferir, com certo grau de certeza, que, a concepção de corrupção preponderante na operação, também é jurídica e fundamentada na corrente que percebe o fenômeno como, fato típico e ilícito, ou seja, o ato previamente tipificado como corrupção no Código Penal brasileiro. Esta tipificação ocorre literalmente em três ocasiões: Artigo 317, que trata da corrupção passiva; Artigo 333, que trata da corrupção ativa; e Artigo 337-B, que trata da corrupção ativa em transação comercial internacional.

A corrupção passiva é definida no Código Penal brasileiro da seguinte maneira: “*Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem*” (Código Penal Brasileiro 1940, Art. 317). O conteúdo deste artigo aplica-se única e exclusivamente aos atos de agentes públicos, entendidos aqui como aqueles que, conforme o Art. 2 da Lei Nº 8.429 (Lei de Improbidade Administrativa 1992), atuam, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer forma de investidura, ou vínculo, em nome do Estado.

A corrupção ativa é definida como o ato de “*Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício*” (Código Penal Brasileiro 1940, Art. 333). Este artigo diz respeito a atos praticados por agentes privados contra a administração pública, ou seja, atos praticados por cidadãos que não pertencem à classe dos agentes, servidores ou funcionários públicos. Com base no enunciado deste artigo, é possível vislumbrar a dificuldade que definições baseadas no fato típico e ilícito precisam enfrentar, para manterem-se atualizadas, pois, o artigo aqui tratado diz respeito somente ao que é oferecido ao “*funcionário público*”, o qual, a partir de 1988, é definido como servidor público (Constituição Federal 1988). Além disso, é importante observar, que, o Código Penal brasileiro não define as vantagens indevidas, que, deste modo, encontram-se abertas a interpretações.

---

<sup>10</sup> Para mais informações sobre a operação Mãos Limpas, ver (Vannucci 2009).

A definição de corrupção ativa em transação comercial internacional é a seguinte: *“Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determina-lo a praticar, ou omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional”* (Código Penal Brasileiro 1940, Art. 337-B).

Estes três artigos podem ser considerados como os pilares sobre os quais a operação Lava Jato fundamenta o seu conceito operacional de corrupção, o fato típico e ilícito. Este conceito é considerado operacional, pois, é com base nele que os processos jurídicos se tornam possíveis. Na ausência de, ao menos uma suspeita, da ocorrência de corrupção, como fato típico e ilícito, torna-se difícil dar início a um processo jurídico.

A perspectiva baseada no fato típico e ilícito, tende a explicar a manifestação da corrupção como consequência da má índole dos indivíduos, os quais, na concepção da Lava Jato, se concentram na classe política e empresarial. Ao apontar a má índole dos indivíduos, como causa da manifestação da corrupção, ou seja, o conjunto de traços e qualidades inerentes ao caráter dos indivíduos (Houaiss 2008), esta perspectiva exime, de forma tácita, a sociedade, como, corpo político, de sua responsabilidade moral e democrática, concentrando toda a indignação desta última, sobre os políticos e empresários. Ao focar nos indivíduos, a Lava Jato postula, de forma tácita, que, a severa punição deles, seria o melhor, e mais efetivo, meio de reduzir os altos índices de corrupção. No entanto, por razões, talvez, de dependência da opinião popular, este não é o discurso explícito e preponderante, da operação. No discurso explícito, ela postula que a causa da corrupção, no Brasil, seja a impunidade. Entretanto, este discurso não apresenta coerência lógica, o que, provavelmente, os responsáveis por esta operação saibam, pois, conforme a lógica analítica, o efeito não pode preceder a causa, e no que diz respeito a corrupção, quando se diz, que, há impunidade no Brasil, pressupõe-se que, muitos casos de corrupção (as causas), não foram, devidamente, punidos; logo, conclui-se, que há aqui muita impunidade (o efeito). A impunidade é, portanto, a falta de ação, da justiça brasileira, sobre os muitos casos de corrupção já ocorridos, e não a causa deles. Em um país hipotético, onde não há ocorrência de corrupção, não é possível falar de impunidade, pois, sem a ocorrência do fenômeno, não é possível prever se ele seria, ou não, devidamente punido. Este raciocínio lógico, não contesta, nem enfraquece, a afirmação que, a impunidade é um excelente incentivo à ocorrência de oportunidades de corrupção (no sentido postulado nesta tese), no entanto, é um equívoco considera-la como causa do fenômeno. A impunidade, tem a ver com a falta de ação da justiça, e a corrupção, com a falta de ação do corpo político.

Ainda assim, no conceito da operação Lava Jato, a corrupção tem rostos e nomes, os quais, necessitam ser, severamente punidos, afim de que a sociedade possa readquirir sua plena saúde social, política e econômica. Esta posição não deve ser menosprezada em um país onde, as mídias de massa, não cessam de revelar, escândalos de corrupção, e a porcentagem de corruptos nas prisões, não chega a 1% (Ministério da Justiça e Segurança Pública - Departamento Penitenciário Nacional 2017). Entretanto, mesmo com esta caça, incessante, aos indivíduos, desde 2014, não é possível dizer que, os índices de corrupção tenham melhorado no Brasil, portanto, os resultados efetivos, da operação Lava Jato, se mostram deveras fugazes. Ainda assim, cabe salientar que, o tratamento a ela dado, pelas autoridades brasileiras, inclusive a justiça, é simplesmente, vergonhoso.

Cabe ainda mencionar que, a perspectiva que percebe a corrupção como fato típico e ilícito se fez presente também, nos interrogatórios, depoimentos e acordos de delação premiada, coletados na Lava Jato. No processo de geração destes documentos, o interesse primordial dos investigadores era, desvendar fatos afim de comprovar ilícitos, ou seja, revelar a ocorrência de comutação de vantagens indevidas (corrupção-operacionalizada), seus responsáveis, os possíveis trâmites e caminhos empregados nestas comutações, assim como, os operadores, receptores e responsáveis por tais operações ou movimentação de bens. No processo de geração destes documentos, ganharam preponderância as interrogações que, revelassem nomes, datas, locais, valores e categorias de transações indevidas, razão pela qual, como será tratado no Capítulo 3, estes documentos são tratados com a devida precaução, ou ainda, como desvio de finalidade, visto que, lá, foram gerados com o objetivo de acusar, ou condenar, supostos envolvidos, e aqui, são analisados com o objetivo de determinar, configurações de oportunidade que propiciaram os casos de corrupção lá revelados.

Com base nos, também expressivos, mas fugazes, resultados da operação Mãos Limpas na Itália, que em vários aspectos serviu de inspiração à operação brasileira, é possível inferir que a perspectiva de corrupção empregada na Lava Jato deixe algumas “sequelas” na sociedade brasileira. Isto porque, com base nesta perspectiva, a Lava Jato insinua, ainda que tacitamente, que, a corrupção é consequência, quase exclusiva, da má índole da classe política e empresarial. Esta insinuação, ainda que velada, desestimula a necessária autorreflexão dos cidadãos a fim de percebam, o quanto, eles mesmos, estão sujeitos a incorporar a corrupção-própria, através de estratégias de racionalização, e permitir que ela se manifeste na presença de oportunidades atrativas. Além disto, é importante observar que, ao focar preponderantemente na classe política e empresarial, a Lava Jato suscita a expectativa que, dificilmente poderá ser alcançada na sociedade brasileira, sem profundas mudanças sociais, políticas e culturais, a saber, que seria



possível diminuir os índices de corrupção, tão-somente, através de ações jurídicas ou policiais, punindo, ou encarcerando, indivíduos das classes mencionadas. Neste sentido, a Lava Jato aparenta desconsiderar que, em futuro bem próximo, outros empresários e políticos, irão assumir as mesmas posições de poder, das quais, os corruptos do presente, foram destituídos, e caso não ocorram mudanças radicais na sociedade, aquela que ensina e reforça a racionalização da corrupção, é de se esperar que, o comportamento e a maneira de pensar, daqueles indivíduos do futuro, não se diferencie, significativamente, daqueles do presente. Entretanto, o mais grave é reconhecer que, muitos dos futuros governantes, irão ser eleitos através do voto de cidadãos que, no presente, não foram instigados a refletir sobre sua própria responsabilidade moral e democrática, com respeito à corrupção.

A decisão da Lava Jato em basear sua perspectiva operacional sobre o fato típico e ilícito, é consequência direta do protagonismo de Magistrados e Procuradores no tratamento de um problema que, tem origem social e política, portanto, deveria ser tratado por atores destas categorias. Isto porque, o foco exacerbado em leis, como meio de combater a corrupção, eleva a perspectiva do fato típico e ilícito, a um patamar legalista, e como observa Posner (2009, xii), a perspectiva legalista *“perde a visão da função social das leis e, as, vê, como um fim, em si mesmas. Desta forma, os problemas morais e políticos, são vistos como categorias jurídicas, e busca-se o auxílio de advogados e juízes, ao invés de políticos, para resolvê-los”* (Posner 2009, xii)

Como já mencionado, a operação Mãos Limpas da Itália serviu de inspiração à operação brasileira. Iniciada em 1992, e finalizada em 1994, esta operação representou um momento histórico no combate à corrupção italiana. Ela produziu, em curto tempo, números e resultados, nunca antes vistos nas sociedades modernas. Entretanto, logo após seu término, a corrupção voltou a ganhar espaço na Itália, e permitiu, através do voto irrefletido dos cidadãos, a ascensão do magnata, e empresário, Sílvio Berlusconi, ao cargo de Ministro Presidente. Sobre o legado controverso da operação Mãos Limpas, o Cientista Político, Alberto Vannucci, um dos maiores estudiosos da operação, observa o seguinte:

“A Mãos Limpas pode ser considerada uma conquista incrível em curto prazo, mas um fracasso a longo prazo. Em termos gerais, inquéritos judiciais, mesmo quando bem-sucedidos, podem colocar na cadeia alguns políticos, burocratas e empresários corruptos, mas não conseguem acabar com as causas enraizadas da corrupção. [...]. Mas provavelmente a lição mais importante é que uma investigação não pode, por si só, resolver um problema tão grande de corrupção. A solução não pode ser colocar todos os políticos e empresários corruptos na cadeia – até porque não haveria espaço suficiente nas prisões”. (Bandeira e BBC Brasil 2016)

Dentre as várias semelhanças, que aproximam a operação Lava Jato e a Mãos Limpas, pode-se citar, por exemplo, o protagonismo dos Magistrados e Procuradores, o amplo recurso das delações premiadas, foco nos políticos e empresários, e o vazamento de informações à imprensa. Entretanto, a semelhança mais relevante, aos interesses deste capítulo, diz respeito a maneira como ambas empregaram o conceito de corrupção. O conceito operacional de corrupção da Lava Jato, ou seja, aquele empregado nas ações jurídicas, é semelhante ao empregado na operação Mãos Limpas, a saber, corrupção como fato típico e ilícito, aquilo que é determinado no código penal de cada país. Ao fundamentarem suas perspectivas de corrupção sobre os respectivos códigos penais, ambas as operações procuraram assegurar a imparcialidade e o devido andamento dos processos jurídicos, ou prevenir que fossem anulados por instâncias superiores.

Entretanto, em paralelo, quando se dirigiam à imprensa ou a população em geral, ambas operações adotaram um conceito mais abrangente, popular e depreciativo, de corrupção; a corrupção como, doença ou câncer, que afeta as sociedades contemporâneas. Entretanto, nesta concepção, o câncer ou a doença, não representa a degeneração ética e moral do corpo político, como postulado em uma das perspectivas apresentadas, mas sim, um mal que afeta indivíduos de má índole. Assim sendo, quando integrantes destas operações se dirigiam à imprensa ou à população, o termo corrupção recebia a denotação pejorativa, enquanto nos processos jurídicos, era tratada tecnicamente, conforme os códigos de leis. Ou seja, diante da população, a corrupção era apresentada na forma de comportamento imoral e antiético, ou câncer, que corrói as entranhas da sociedade e a mantém enferma. Por outro lado, nos processos, a corrupção era apresentada, como, passiva ou ativa. A estratégia de falar a linguagem jurídica e do povo, em simultâneo, não foi empregada por acaso, mas sim, com o objetivo de proteger e estender, a vida destas operações. Em suas considerações sobre a operação Mãos Limpas, o ex. Juiz, Sérgio Moro, explica a função desta estratégia, na operação Mãos Limpas, com as seguintes palavras:

“Os responsáveis pela operação Mani Pulite ainda fizeram largo uso da imprensa. [...] os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva. [...] Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado”. (Moro 2004, 59)

Ainda que possa ter cativado o apoio, temporário, da população às operações, fato é, no entanto, que este duplo emprego do conceito de corrupção, não assegurou a continuidade da

operação Mãos Limpas na Itália, e é incerto, se irá assegurar a continuidade da Lava Jato no Brasil, pois, como observou, William Hazlitt (1902, 362), “*nada é mais injusto e inconstante que a opinião pública*”.

Neste capítulo apresentou-se, o modelo de corrupção como fenômeno orgânico de duas dimensões e uma breve exposição do conceito de corrupção empregado na operação Lava Jato. O modelo representa as diferentes dimensões e fases que compõem o fenômeno da corrupção. Com ele, é possível unificar, de forma teórica e conceitual, duas perspectivas históricas que, ainda hoje, influenciam a formulação de definições e conceitos sobre a corrupção, a saber, a perspectiva que percebe a corrupção como fato típico e ilícito, e a que percebe o fenômeno como, degeneração ética e moral do corpo político. O modelo permite compreender também, a relação das situações de oportunidades com as diferentes fases da corrupção bidimensional. Estes fundamentos, servem de base a compreensão do restante da tese.

O capítulo apresentou também, algumas breves observações sobre o conceito de corrupção empregado na Lava Jato, o qual, se caracteriza por duplicidade. De um lado ele é operacional e, de outro, popular. Nos processos jurídicos, ele é baseado no fato típico e ilícito, e à imprensa ou público, ele é apresentado como comportamento imoral e antiético, ou câncer, que afeta a sociedade. A primeira perspectiva, afetou, com certo grau de certeza, os documentos empregados como fonte de dados desta tese, a segunda, pode afetar os resultados efetivos, e a continuidade, da própria operação.

O próximo capítulo apresenta a teoria das oportunidades e sua possível aplicação no estudo da corrupção.

## 2.0 - A TEORIA DAS OPORTUNIDADES

Este capítulo apresenta, de forma, sucinta e parcimoniosa, a Teoria das Oportunidades, cujos autores, preferem chamar de abordagem (*approach*), pois, é constituída de três outras, que, segundo eles, ainda não alcançaram o status de teoria, completa e formal (Felson e Clarke 1998, 4). Entretanto, na literatura, elas são conhecidas e tratadas, como, teorias, e assim, serão aqui denominadas. As teorias que constituem a Teoria das Oportunidades são: A Teoria das Atividades Rotineiras (*Routine Activity Theory*); a Teoria do Padrão Criminal (*Crime Pattern Theory*); e, a Teoria da Escolha Racional, com ênfase criminal (*Rational Choice Theory*).

O objetivo central da Teoria das Oportunidades é compreender a ocorrência de crimes, ou delitos, a partir do ambiente ecológico (*environment*) que, os envolve. Seu foco direciona-se, portanto, aos aspectos ecológicos e não, às inclinações, ou predisposições, criminosas do agressor. Nestas teorias, o ambiente ecológico é conceitualizado de forma ampla, no espaço e no tempo (Andresen, Brantingham, e Kinney 2016, 6), incluindo, por exemplo, horário, período, do dia ou semana, estação do ano, arquitetura ou infraestrutura do local, peculiaridades da cidade, região ou país, assim como, estruturas sociais, políticas e econômicas que envolvem a cena do crime. A teoria pressupõe que, os indivíduos (vítimas ou agressores) se adaptam ao ambiente ecológico, e o comportamento criminoso é, somente uma, das diferentes formas de resposta, ou adaptação, a este meio ambiente (Andresen, Brantingham, e Kinney 2016, 7).

O capítulo está dividido em quatro partes. Nas três primeiras, apresenta-se, de forma breve e sucinta, as teorias que constituem a Teoria das Oportunidades, e na quarta, apresenta-se a adaptação desta Teoria aos casos de corrupção.

### 2.1- A TEORIA DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS

A Teoria das Atividades Rotineiras foi apresentada no texto, *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach*, por Lawrence E. Cohen e Marcus Felson (1979). O intuito dos autores, era compreender, os elevados índices de crimes predatórios de contato direto (*direct-contact predatory violations*), que ocorriam nos Estados Unidos (Cohen e Felson, 1979, p. 589), visto que, na época, quase trinta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorria em vários países ao redor do planeta, um aumento expressivo do bem-estar social. Este período marcante, foi chamado, por alguns estudiosos, como, a época de ouro do capitalismo

(Webber e Rigby 1996, apud Adresen et al 2016, 16). Entretanto, este aumento do bem-estar social não trouxe consigo, como esperado, a redução nos índices de criminalidade, e sim, efeito contrário. Cientes desta situação, os autores se propuseram a estudar suas causas. Os resultados culminaram com a publicação da Teoria das Atividades Rotineiras, a qual, recebeu pronto reconhecimento e popularidade, na disciplina de Criminologia, onde, atualmente, é elencada entre as principais teorias clássicas (Andresen, Brantingham, e Kinney 2016).

O objetivo central desta teoria é compreender os crimes e delitos, a partir de situações de oportunidades geradas, ou proporcionadas, por atividades rotineiras das vítimas. Ou seja, nesta teoria, as narrativas explicativas se deslocam, do agressor às atividades rotineiras das vítimas, e as possíveis situações de oportunidades, que delas possam surgir. O pressuposto fundamental desta teoria, postula, que, oportunidades fáceis (*easy*), ou tentadoras (*tempting*) induzem os indivíduos à prática criminosa (Felson e Clarke 1998, 2). Na época de sua primeira publicação, a teoria chamou atenção, pois, o interesse hegemônico nos estudos criminológicos convergia sobre as inclinações, ou predisposições, criminosas dos agressores. No entanto, como observam, Felson e Clarke (1998, 1), as explicações baseadas em inclinações criminosas, produziram imagens enviesadas (*lopsided*) dos casos criminosos, visto que, muitos indivíduos, de famílias humildes ou problemáticas, nunca haviam cometido crimes violentos, enquanto, outros, de famílias bem situadas, ou abastadas, se tornaram ativos criminosos. Neste sentido, os autores postulam, que, nenhuma causa singular, é suficiente para garantir, ou determinar, a ocorrência de crime (Felson e Clarke 1998, *ibid.*), entretanto, continuam os autores, com base em pesquisas empíricas, é possível afirmar, que, nenhum crime é passível de ocorrer sem a presença física, de situações de oportunidades (Felson e Clarke, 1998, *ibid.*). Estas situações se dão quando há convergência, no espaço e no tempo, de três elementos mínimos necessários; agressor motivado, alvo disponível, e ausência de guardião (Cohen e Felson 1979, 590), sendo que, conforme os autores, a ausência de qualquer um deles, já é suficiente para prevenir a ocorrência de crimes ou delitos.

O agressor motivado é definido por Cohen e Felson (1979, *ibid.*) como “*agressor com inclinações e habilidades criminais para executar suas inclinações*”. Esta escassa definição do agressor se dá, talvez, devido à ênfase nas atividades rotineiras e não nas inclinações criminosas do agressor, ainda que, esta última, não seja totalmente desconsiderada. Neste sentido, é importante salientar que, as narrativas explicativas baseadas em situações de oportunidade, fundamentam-se em motivos, e não, nas possíveis motivações dos agressores, visto que, estes conceitos oferecem explicações distintas. Motivos, tendem a propiciar explicações ao ato criminoso imediato, como, por exemplo, roubar uma carteira a fim de obter dinheiro. Já a

motivação, tende a propiciar explicações a aquilo que se encontra por detrás, do motivo, como, por exemplo, o emprego de dinheiro roubado para suprir dependência química, ou a simples ganância. Portanto, a expressão, agressor motivado, tende a caracterizar, nesta teoria, o indivíduo que possui motivos imediatos suficientes para cometer o ato criminoso.

O alvo é definido por, Cohen e Felson, como, toda ou qualquer, pessoa, objeto, ou patrimônio, que demonstre, valor tangível, ou intangível, ao agressor e, com ele, mantenha convergência, no espaço e no tempo (Cohen e Felson 1979; Felson e Clarke 1998). Os autores optarem em empregar a expressão, alvo (*target*), no lugar de vítima, de modo a isentar a teoria de vieses éticos. O valor do alvo depende, tanto da percepção e expectativas do agressor, como também, das propriedades do próprio alvo, como, por exemplo, visibilidade e exposição (veículos, relógios de pulso, correntes de pescoço, por exemplo), acessibilidade e inércia (tamanho, peso, facilidade de acesso e transporte), valor de mercado ou simbólico, ou ainda, quando se trata de seres humanos, status social, poder aquisitivo, influência econômica ou política, etc.

As atividades rotineiras são definidas nesta teoria como “*qualquer atividade recorrente e prevalente, com capacidade de suprir as necessidades básicas de uma população, ou indivíduo, sejam quais forem, suas origens biológicas ou culturais*” (Cohen e Felson 1979, 593). Nas sociedades contemporâneas, estas atividades envolvem a interação simbiótica entre indivíduos funcionalmente distintos, que convergem, necessariamente, no espaço e no tempo. Elas estão ligadas ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico, das sociedades politicamente organizadas. Quanto maior o poder aquisitivo de uma determinada sociedade, maior também, a quantidade de pessoas e bens de consumo, em circulação, seja, a caminho do trabalho, em *shoppings*, restaurantes, cinemas, entre outros. O fluxo de pessoas e bens de consumo, nada mais é, que, a necessária interação simbiótica, entre indivíduos (Cohen e Felson 1979).

O guardião é definido como, aquele indivíduo, que está profissionalmente capacitado a zelar ou manter a ordem e segurança dos cidadãos, mas também, como, toda e qualquer pessoa, ou artefato, cuja presença, possa inibir a ação criminosa do agressor (Felson e Clarke 1998, 4). Portanto, nesta teoria, a presença do guardião, é considerada, como elemento de prevenção, e sua ausência, como situação de oportunidade. A capacidade do agressor motivado de perceber estas situações está intrinsecamente ligada aos seus desejos, motivos e convicções (Elster 1999, 20). Neste sentido, o agressor motivado pode perceber situações de oportunidade, onde, outros percebem apenas, trivialidades (aqueles que já foram assaltados no trânsito, certamente, irão concordar com esta afirmação).

Fundamentados em seus achados, os autores desta teoria postulam, que, pressupondo que as demais variáveis, sociais, econômicas e políticas, continuem sem alteração, é possível explicar os índices de criminalidade, com base na transformação das atividades rotineiras, ao longo do tempo, sejam elas, moldadas por avanços sociais ou tecnológicos, como, por exemplo, a migração do trabalho feminino fora do lar, o surgimento do transporte público, a invenção de telefones celulares, ou através da transformação do próprio espaço físico, como, por exemplo, a criação de cinemas, *shoppings*, ou passarelas, etc. (Cohen e Felson 1979, 590). Estes avanços, ou transformações, sociais, tecnológicos e geográficos, tendem a afetar o comportamento e as atividades rotineiras dos indivíduos, e, em consequência, as oportunidades de crime.

O exemplo mais recente, de transformação das atividades rotineiras, foi gerado através da invenção dos telefones celulares, cuja sofisticação, acompanha as necessidades, tanto, de mobilidade, como, de interatividade, dos indivíduos contemporâneos. Esta mobilidade, tanto, de aparelhos valiosos, como, de indivíduos, tende a gerar situações de oportunidade à crimes ou delitos. Entretanto, isto não significa que, sociedades com maior poder aquisitivo, oferecem também, maior quantidade de situações de oportunidade, pois, como observam, Andresen et al. (2016, 16), não é o poder aquisitivo que gera os crimes, mas sim, a maneira como ele afeta as atividades rotineiras das pessoas. Ou seja, em uma sociedade onde grande parte da população é portadora de celulares valiosos, ou luxuosos, a necessidade ou o prazer da ostentação, talvez não seja o mesmo de países, onde, tais aparelhos, são a exceção. A ostentação gera exposição, e a exposição, gera situações de oportunidade.

## 2.2- A TEORIA DO PADRÃO CRIMINAL

A Teoria do Padrão Criminal foi apresentada no texto “*Notes on the Geometry of Crime*” de, Brantingham e Brantingham (2016b). O objetivo desta teoria é compreender como, as pessoas e objetos relacionam-se, no espaço e no tempo, de modo a gerar situações de oportunidade ao crime. Esta teoria está baseada em três conceitos principais: nós (*nodes*), no sentido de entrelaçamento entre duas ou mais linhas, caminhos (*paths*), e bordas (*edges*) (Brantingham e Brantingham 2016a). O termo nós (*nodes*) é frequentemente empregado no transporte público para se referir às intersecções, ou destinos, aos quais, ou dos quais, os indivíduos se locomovem (Felson e Clarke 1998, 6). Determinados pontos de intersecção, baldeação, ou destino, tendem a gerar situações de oportunidade, como, por exemplo, estações de metrô, ou trem, destinos turísticos, ou comerciais, entre outros. O termo, caminhos (*paths*), diz respeito aos trajetos (a pé, transporte público, ou veículo privado) que os indivíduos

utilizam para fins de locomoção (Felson e Clarke, 1998, *ibid.*). Os diferentes trajetos cotidianos estão intrinsicamente ligados a locais onde pessoas se tornam vítimas de criminosos. O conceito de bordas (*edges*), faz referência aos limites, ou fronteiras, entre as áreas, onde, pessoas vivem, trabalham, fazem compras, ou procuram entretenimento (Felson e Clarke, 1998, *ibid.*), e conforme Felson e Clarke (1998, *ibid.*), é nestas áreas que, determinados crimes apresentam maior probabilidade de ocorrer, pois, propiciam a convergência de diferentes grupos sociais, que, normalmente, não se conhecem.

A argumentação central desta teoria, parte do pressuposto, que, todo indivíduo almeja alcançar seus objetivos através do menor tempo, custo, e esforço, possível. Deste modo, é de se esperar, que, o agressor irá procurar por vítimas em locais próximos de sua residência, ou que ofereçam o menor esforço e resistência possível. Procurar por vítimas em lugares distantes, ou desconhecidos, envolve tempo, dinheiro, esforço, e risco, caso seja necessário, adentrar o espaço de um agressor concorrente. Com o intuito de evitar o maior número destes aspectos, o agressor observa, atentamente e dentro de certos limites geográficos, próximos, conhecidos e familiares, as atividades rotineiras de seus alvos, de modo a determinar, os elementos temporais (horários), modais (maneiras como as rotinas são executadas), e de trajeto (as vias e caminhos utilizados), que oferecem as melhores situações de oportunidade a execução de seus intentos. Esta teoria pretende compreender também, como se dá a distribuição, geográfica e temporal, dos diferentes crimes, em uma dada sociedade. Ela complementa, por assim dizer, a Teoria das Atividades Rotineiras, ao inferir, que, certas atividades rotineiras, em determinados espaços, horários, ou regiões, oferecem maior risco à ocorrência de crime, pois propiciam a ausência do guardião.

### 2.3- A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL (com ênfase criminal)

A teoria da Escolha Racional, com ênfase em casos criminais, foi apresentada no texto “*Modeling Offenders’ Decision: A Framework for Research and Policy*”, por Clarke e Cornish (2016). Ela é, por assim dizer, uma adequação da teoria econômica aos casos criminosos. Seu pressuposto central postula que, todo os crime, com exceção daqueles praticados por doentes mentais, é um ato proposital e deliberado, com objetivo de beneficiar seu autor, o agressor (Felson e Clarke 1998, 7). Assim sendo, a teoria pretende compreender, como o agressor, efetua suas decisões diante de situações, ou motivos, particulares, ou influenciado por ambientes de oportunidades (Felson e Clarke 1998, *ibid.*). Ou seja, ela pretende compreender o grau de racionalidade empregada por determinado agressor, em sua tomada de decisão, assim como, a



capacidade dele, em avaliar, os possíveis riscos e benefícios de cada crime, em particular (Andresen, Brantingham, e Kinney 2016, 22–25; Felson e Clarke 1998, 7).

Entre os pressupostos desta teoria, encontra-se a ideia, de que, diante de oportunidades de crimes, o agressor pratica uma racionalidade limitada, pois, ainda que leve a feito certas avaliações, elas não se caracterizam por desejo de resultados ótimos, como postulado na Teoria da Escolha Racional econômica, mas sim, meramente satisfatórios (Felson e Clarke 1998, 7). O ponto de convergência desta teoria com aquela, das atividades rotineiras, encontra-se nas situações de oportunidade, pois, quando, aos olhos do agressor, o motivo ou valor do alvo, não excedem os supostos custos e riscos da ação criminosa, a ação se torna contingente, e sua ocorrência, depende, quase que unicamente, das situações de oportunidade, ou seja, da ausência do guardião. Entretanto, se o motivo ou o valor do alvo, excederem significativamente os supostos custos e riscos da ação criminosa, é provável, que, nem mesmo a presença do guardião, seja suficiente para inibir a ação do agressor.

As teorias aqui apresentadas, se complementam de forma harmônica, e assim fazendo, dão corpo à Teoria das Oportunidades, pois, na presença do agressor motivado e ausência do guardião, as atividades rotineiras tendem a gerar situações de oportunidade ao crime. Ao se concretizarem, os crimes se caracterizam por padrões, que, em última instância, mostram a relação destes crimes com o ambiente ecológico e temporal. Em ambientes, ou momentos, de ausência do guardião, o agressor toma decisões racionalmente limitadas, considerando apenas, o ímpeto dos motivos, e os riscos e benefícios de sua ação. No próximo capítulo apresenta-se a adaptação desta teoria aos casos de corrupção.

## 2.4- A TEORIA DAS OPORTUNIDADES NOS CASOS DE CORRUPÇÃO

O foco da Teoria das Oportunidades está direcionado aos crimes predatórios de contato direto (*direct-contact predatory violations*) (Cohen e Felson 1979, 589), os quais, são definidos pelos autores, como, “*atos ilegais, nos quais, um indivíduo, de forma definitiva e intencional, se apropria, ou causa dano à pessoa ou propriedade, de outro*”<sup>11</sup> (Cohen e Felson 1979, *ibid.*). Esta definição deixa claro que, nestes crimes, ocorre o emprego de força ou violência na relação entre agressor e sua vítima. A força e a violência são elementos, que não pertencem, ou caracterizam, as relações corruptas. Na relação entre o corruptor e seu alvo, não há, e não pode haver, o emprego de força ou violência, pois, os envolvidos se associam por livre e espontânea,

---

<sup>11</sup> “*Illegal acts in which someone definitely and intentionally takes or damages the person or property of another*” (Cohen e Felson 1979, 589).

vontade. Nos casos de corrupção, a provável vítima, não se encontra na pessoa do alvo, mas sim, para além dele. Ela não necessita, também, convergir, no espaço e no tempo, com o corruptor, portanto, caso se pretenda, como é o caso aqui, empregar a Teoria das Oportunidades em casos de corrupção, determinadas adequações, teóricas e terminológicas, se fazem necessárias.

A primeira adequação diz respeito ao termo, *agressor*, pois, assim como empregado na criminologia, ele oferece dificuldades aos casos de corrupção, visto que, nestas relações, o corruptor não se apodera de forma violenta, do seu objetivo (favor, bem ou serviço, público ou privado, omitido ou praticado), e não usa de força ou violência para coagir um possível alvo a participar na relação corrupta. Ao invés disso, nos casos de corrupção, os indivíduos interagem através de uma relação de protocooperação, onde, um se beneficia do outro, sem que este sofra danos significativos (mais sobre protocooperação no Capítulo 4). Caso o corruptor use de força ou violência para coagir o alvo, a participar na relação corrupta, esta relação não pode mais ser chamada de corrupção, pois, trata-se de extorsão.

Portanto, nos casos de corrupção, o termo, *corruptor*, assume o lugar de agressor. O corruptor encontra-se em constante procura por indivíduos que se deixem corromper. Na ausência deste indivíduo específico, a corrupção perde um de seus meios de manifestação, pois, a manifestação da corrupção, conforme postulado nesta tese, é uma relação social entre, no mínimo, dois indivíduos. Crimes que não apresentam a presença do agente a ser corrompido, como, por exemplo, fraude, ou sonegação de impostos, não se enquadram no conceito de corrupção, aqui postulado. O agente a ser corrompido, que, nos casos de corrupção, não é a vítima, é chamado, nesta tese, *alvo*, referindo-se, ao indivíduo, público ou privado, que o corruptor almeja corromper. Nas relações entre empresários e políticos (o foco da tese), ambos podem assumir, em momentos distintos, tanto a posição ativa como passiva nas relações corruptas, portanto, ambos podem assumir a posição de *corruptor* ou o *alvo*, em momentos, ou circunstâncias, distintas.

O objeto almejado por determinado agressor, ou seja, o bem, ou pessoa, do qual ele deseja se apossar, também necessita sofrer adequações aos casos de corrupção. Na Teoria das Oportunidades, este objeto necessita convergir, no espaço e no tempo, com o agressor, ou seja, precisa encontrar-se, relativamente próximo, ou em contato visual, com ele. Nos casos de corrupção, é possível que o objeto desejado por determinado corruptor, se encontre em uma esfera temporal, ou geográfica, para além da presença do alvo, ou da própria relação corrupta, entretanto, o alvo deve, necessariamente, possuir, sobre este objeto, determinada competência, ou influência (caso contrário, não seria selecionado como tal). Em certos casos da Lava Jato, o

objeto desejado por corruptores, os executivos, encontrava-se, no futuro próximo, como, por exemplo, a possível manutenção, ou aquisição, de contratos com a Petrobras. Em outros casos, o objeto desejado constituía, simplesmente, na boa relação institucional e pessoal com determinados governantes ou partidos políticos.

Neste contexto, é interessante observar, que, o corruptor não se apodera de forma direta do objeto que deseja, mas sim, através da atuação do alvo. Portanto, o objeto desejado por determinado corruptor, encontra-se no âmbito daquilo que o alvo pode fazer, ou influenciar, em favor deste, seja, no presente, ou no futuro. Portanto, a relação corrupta não representa um fim, mas sim, um meio, para o alcançar (Alatas 1999, XIII). Além disto, as relações corruptas se diferenciam dos crimes predatórios, pois, não exigem proximidade, contato físico, ou visual, entre o corruptor, e o objeto desejado.

O conceito de oportunidade, além de ser o mais importante, é também o mais complexo, portanto, requer especial atenção, e adequação. Na Teoria das Oportunidades, estas situações se caracterizam por simples ausência do guardião. A figura do guardião, no sentido de pessoa, ou objeto, capaz de coibir a ação do agressor, oferece dificuldades aos casos de corrupção, pois, nestes, toda a problemática desenrola-se em torno da relação corrupta, e não do objeto desejado por determinado corruptor. Ou seja, na Teoria das Oportunidades, o foco da proteção recai sobre objetos ou pessoas, entretanto, nos casos de corrupção, o foco da proteção, ou ações de prevenção, deveria recair sobre a relação específica entre o corruptor e um possível alvo, e não sobre, os favores, bens ou serviços, almejados. Estes elementos se tornam representativos e relevantes na fase de operacionalização da corrupção, entretanto, para ser efetiva, toda ação de prevenção deve focar nos momentos e ações que antecedem a manifestação do fenômeno, visto que, a operacionalização, nada mais é do que a consequência orgânica da manifestação. Nos casos da Lava Jato, por exemplo, o objeto desejado por executivos e empresários (considerados aqui, corruptores) eram os contratos milionários da Petrobrás, os quais, estavam supostamente protegidos por normas, diretrizes, hierarquias e burocracias, que, em última instância, se mostraram inconfiáveis e inaptas, diante da corrupção, que se manifestou, assim como sempre faz, nas relações entre indivíduos, empresários e diretores.

Partindo do pressuposto de que, a corrupção, quase sempre, se manifesta na sociedade sob o manto da probidade, torna-se compreensível que, o emprego de guardiões (humanos, tecnológicos, preventivos ou repressivos), no monitoramento destas relações, nem sempre é tolerado ou desejado pelos envolvidos. Além disso, é difícil determinar o exato momento em que relações sociais íntegras, se transformam em corruptas, pois, como observa Bardhan (1997, 1321), nem toda manifestação corrupta é ilegal, e nem toda transação ilegal é corrupta. Um

agente público, por exemplo, pode receber vantagem indevida a fim de executar exatamente aquilo, que pertence à sua função, e espera-se, que ele o faça (agilizar processos, por exemplo), como, também, para executar, aquilo que não pertence à sua função, portanto, não se espera que ele o faça (agilizar ou atrasar processos indevidamente, por exemplo). Em ambos os casos, é difícil conceber a presença do guardião, no sentido preventivo ou repressivo, como postulado na teoria das Atividades Rotineiras. Assim sendo, nos casos de corrupção, é necessário adotar um conceito diferente de oportunidades.

Em seu sentido original, as oportunidades são elementos neutros, que se apresentam, como, opção objetiva, oportuna, ou favorável, à realização de determinados intentos (Elster 1999, 2007; Houaiss 2008). Sendo a corrupção, um tipo especial de relação social (simbiótica, específica, e com objetivo de alcançar vantagem indevida), as circunstâncias oportunas, ou favoráveis, à sua ocorrência, se dão, quando, o corruptor converge com seu alvo, no espaço e no tempo, em um tipo específico de relação. Assim sendo, oportunidades de corrupção são entendidas, na presente tese, como, circunstâncias, onde, o corruptor converge com seu alvo, no espaço e no tempo, em uma relação simbiótica e específica. Com base nos fundamentos da Teoria das Oportunidades (Cohen e Felson 1979, 591; Cohen, Kluegel, e Land 1981), postula-se nesta tese, que, as oportunidades de corrupção apresentam maior probabilidade de ocorrer, quando, houver convergência, no espaço e no tempo, de determinada configuração dos seguintes elementos de risco; 1- exposição do alvo, 2- atratividade do alvo, 3- proximidade do alvo, e 4- fragilidade do alvo. Estes elementos serão apresentados a seguir, entretanto, cabe observar que, não se trata aqui, de risco à ocorrência de corrupção, mas sim, oportunidades de corrupção.

1- *Exposição do Alvo*; diz respeito à frequência, ou tempo, que o alvo se expõe ao corruptor, seja, pessoalmente, ou através de outros meios. A exposição do alvo ao corruptor é consequência da função social, profissional, ou política, destes indivíduos, portanto, não deve ser entendida, como, ato de ostentação. Caso o alvo seja agente público ou político, a exposição ocorre quase que, necessariamente, seja, devido ao contato com o público, ou, a necessidade de articulação política e angariar votos, no caso de políticos. No caso de executivos, a exposição não ocorre tanto por necessidade, mas sim, pragmatismo estratégico, no sentido de expandir a rede de relação profissional, empresarial ou política.

2- *Atratividade do Alvo*; diz respeito àquilo que o alvo pode fazer, ou influenciar, em favor do corruptor. Ou seja, o valor simbólico que ele suscita ao corruptor. Caso o alvo seja agente público, a atratividade pode encontrar-se na influência, ou poder discricionário, que ele detém. No que diz respeito aos políticos, a atratividade se encontra no poder, influência, ou

habilidade política que demonstram possuir. No caso de executivos, a atratividade se encontra, na grande maioria das vezes, no poder econômico e na influência que demonstram possuir.

3- *Proximidade do Alvo* = diz respeito às relações sociais, entre o corruptor e o alvo, ou seja, as circunstâncias, onde estes atores convergem no espaço e no tempo. A relação corrupta, assim como, qualquer relação social, requer dos envolvidos, um determinado grau de confiança (Alemann 2007), portanto, a proximidade do alvo com seu corruptor, neste caso, implica também, em uma determinada relação de confiança. Portanto, quanto maior proximidade e confiança houver entre corruptor e seu alvo, maior também, a probabilidade de oportunidades de corrupção. Quanto maior intimidade houver entre estes atores, menor as probabilidades de se revelar estas oportunidades e também a corrupção. Sem a presença de proximidade, e um certo grau de confiança, se torna difícil ao corruptor, abordar seu alvo

4- *Fragilidade do Alvo*; diz respeito à fragilidade, ainda que aparente, que o alvo suscita aos olhos do corruptor. Trata-se aqui das ações, reações, condições, ou situações, que possam tornar o alvo, frágil, ou vulnerável, ainda que somente na aparência, aos olhos do corruptor. Quanto, mais frágil, ou vulnerável, o alvo se mostrar ao corruptor, mais confortável sente-se este último, para abordar o primeiro. Ao solicitar doações de campanha aos executivos, o político mostra-se, ao menos, financeiramente, frágil ou vulnerável, aos olhos daqueles. Ao solicitar influência política, o executivo mostra-se, politicamente frágil ou vulnerável, aos olhos dos políticos. Em ambos os casos, a fragilidade do alvo favorece a ação do corruptor. O fundamento teórico por trás deste elemento, encontra-se, talvez, no ditado africano, que diz: “A mão que recebe está sempre por baixo da que doa” (Landes 2000, 12).

A abordagem empírica apresentada nos próximos capítulos, parte do pressuposto de que, a convergência destes elementos, ou determinada configuração deles, no espaço e no tempo, oferece maior probabilidade à ocorrência de situações de oportunidade de corrupção. Entretanto, não se postula aqui, como fazem, Felson e Clarke (1998), que, as oportunidades sejam causa da corrupção (crime, no caso de Felson e Clarke), mas sim, elementos necessários, ainda que não suficientes, para propiciar a ocorrência do fenômeno.

A Teoria das Oportunidades e o modelo de Corrupção como Fenômeno Orgânico de Duas Dimensões fazem parte do tripé teórico e analítico, sobre os quais, fundamenta-se a presente tese, sendo, o terceiro composto por QCA e a Teoria dos Conjuntos Difusos, os quais, serão apresentados no próximo capítulo.

### 3- A CONFIGURAÇÃO DAS OPORTUNIDADES: construção dos conjuntos difusos

Este capítulo apresenta os procedimentos empregados no acesso aos documentos que constituem a base de dados da tese, como, também, o método empregado na transformação das informações empiricamente relevantes, destes documentos, em dados numéricos e conjuntos difusos, que serão analisados no capítulo seguinte.

O capítulo está dividido em seis partes; nas três primeiras, são apresentados, os procedimentos e dificuldades encontradas no acesso aos documentos da Lava Jato, assim como, suas principais características. Ainda nesta parte, as empresas e executivos, que foram selecionados para compor a base de dados, são elencados. Na quarta parte, apresenta-se resumidamente, os principais tópicos da Teoria dos Conjuntos Difusos e QCA (*Qualitative Comparative Analysis*). Nas duas partes finais, apresenta-se o processo de codificação dos documentos, a normalização dos dados numéricos (oriundos da codificação) e, finalmente, a transformação dos dados numéricos em conjuntos difusos, calibrados.

#### 3.1 - SOBRE A FONTE DE DADOS

A fonte de dados selecionada é composta por um conjunto de textos, áudios, e vídeos, oriundos de depoimentos, e acordos de delação premiada, oficialmente coletados na operação Lava Jato. O acesso aos documentos<sup>12</sup> se deu através de árdua pesquisa nos arquivos da Justiça Federal do Paraná, os quais, podem ser acessados no seguinte endereço da Internet; <https://www.jfpr.jus.br/>. Na Figura 3 apresenta-se o número das ações penais, de cada empresa, como também, a chave de acesso aos respectivos arquivos, no endereço citado.

---

<sup>12</sup> Nesta tarefa contamos com os esforços e perícia da prezada colega Silvana Zulmira Ferreira, a qual tem nossos profundos agradecimentos.

Figura 3 - AÇÕES PENAIS E CHAVES - OPERAÇÃO LAVA JATO\*

ID	AÇÃO PENAL	CHAVE
ANDRADE GUTIERREZ	5036518-76.2015.4.04.7000	654946343615
CAMARGO CORRÊA	5083258-29.2014.404.7000	248371556614
ENGEVIX	5083351-89.2014.404.7000	624881216014
OAS	5083376-05.2014.404.7000	330733364414
ODEBRECHT	5036528-23.2015.404.7000	528408672115
UTC	5027422-37.2015.4.04.7000	282578470315
PARA ACESSAR AS AÇÕES:		
1- <a href="https://www.jfpr.jus.br/">https://www.jfpr.jus.br/</a>		
2- Acessar "CONSULTA PROCESSUAL"		
3- Inserir número da ação penal		
4- Abre-se uma nova janela - Inserir número da ação penal e chave		
5- Abre-se o Processo Eletrônico da JFPR com todo o andamento do processo		
*Colaboração de: Silvana Zulmira Ferreira		FONTE: O AUTOR 2020

No total, seis empreiteiras foram analisadas nesta tese. Elas foram selecionadas devido a seu papel de destaque e influência, dentro do assim chamado “Clube VIP” das empreiteiras (Neto 2014, 3). O “Clube VIP” era, por assim dizer, a célula central do “Clube das Empreiteiras”, que, dependendo das circunstâncias, era composto por um grupo de 9 a 16 empresas. Nas reuniões deste “Clube”, que ocorriam conforme a necessidade, eram realizados os acertos e acordos sobre o preço, ganhadores e acobertadores (empresas que enviavam propostas inviáveis), nas futuras licitações da Petrobras. Os 18 executivos, cujos depoimentos e delações premiadas foram analisados nesta tese, participavam de forma direta, nestas reuniões, ou tinham como, subordinados, os executivos que lá participavam. Entretanto, todos os executivos selecionados, ocupavam posições de liderança nas suas respectivas empresas (Diretores ou Presidentes). Além de sua relevância no “clube VIP”, outro fator que pesou na seleção das empresas, diz respeito a dificuldade de acesso aos documentos, visto que alguns, não estavam disponíveis ao acesso, na época. No entanto, ainda que a seleção não seja ideal, ela serviu aos intentos da tese. As empresas e executivos selecionados, são os seguintes:

Empresa	Executivos
Andrade Gutierrez	Antônio Pedro Campello de Souza Dias, Elton Negrão de Azevedo Junior, Otávio Marques de Azevedo, Rogério Nora de Sá.
Camargo Correa	Dalton dos Santos Avancini, Eduardo Hermelino Leite, João Ricardo Auler.
Engevix	Gerson de Melo Almada

OAS	Agenor Franklin Medeiros, José Aldemário Pinheiro Filho (Leo Pinheiro – Diretamente envolvido no caso do Triplex)
Odebrecht	Alexandrino de Alencar, Benedicto Barbosa da Silva Junior, Carlos José Fadigas de Souza Filho, Claudio Melo Filho, Emílio Alves Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, Márcio Faria da Silva.
UTC	Ricardo Ribeiro Pessoa (um dos organizadores do “Clube das Empreiteiras”).

Por se tratar de um grupo empresarial específico, não é possível inferir que, os achados desta tese possam ser aplicados, de forma genérica, a outros grupos empresariais. Cabe salientar ainda, que, o foco desta tese recai sobre as oportunidades de corrupção, e não sobre o padrão de ação de executivos ou empresários, tema tratado extensivamente nos trabalhos de Costa (2000, 2007a, 2007b; 2008; 2012).

Durante o decorrer da pesquisa, foram analisados mais de 1760 páginas de documentos e 24 horas de áudio e vídeo. A seleção dos casos (cada empresa é considerada um caso) e documentos específicos da Lava Jato, se deu por duas razões: primeiro, por ser notório que, os casos que deram origem aos documentos foram investigados e julgados sob a mesma perspectiva de corrupção, o fato típico e ilícito. Mesmo que dúvidas possam, como de fato, foram levantadas sobre certos aspectos dos julgamentos, como, por exemplo, a validade ou pertinência de certas provas, fato é, no entanto, que no que diz respeito ao conceito jurídico de corrupção, houve certa coerência durante o decorrer do processo. A segunda razão, diz respeito à abrangência dos documentos, os quais, se estendem desde o período das oportunidades de corrupção até a fase de operacionalização do fenômeno.

Cabe salientar ainda, que, a fonte de dados apresenta o ponto de vista dos executivos acusados de envolvimento em transações corruptas, sobre os políticos, portanto, o teor da tese é estritamente unidirecional, isto é, observa a percepção e ação dos executivos, considerados aqui como corruptores, em direção aos políticos, os alvos. A fim de realizar uma análise em direção contrária, ou seja, partindo dos políticos em direção aos executivos, seria necessário acessar outra fonte de dados.

### 3.2- DEPOIMENTOS, DELAÇÕES PREMIADAS E PROTOCOLOS HERMENÊUTICOS

Os depoimentos e delações empregados nesta tese, na forma de textos, áudios e vídeos, são considerados como, protocolos hermenêuticos, que representam, ou reapresentam, as



estruturas sociais e políticas vivida por seus autores. O fundamento, sobre o qual, é possível interpretar os protocolos desta maneira, chama-se, em Alemão, *Regelgeleitetheit sozialen Handels* (Wernet 2000, 13), o que, em Português, significa, Regra de Orientação dos Comportamentos Sociais (tradução do autor). O conceito de *Regelgeleitetheit* parte do princípio que, todo comportamento, ou prática social, ocorre em um ambiente de regras que criam possibilidades e oportunidades (Wernet 2000, *ibid.*). Aos indivíduos, não há como fugir a estas regras, desconsiderá-las, e muitos menos, abandonar o ambiente onde elas atuam.

Desta forma, os protocolos são considerados aqui como, manifestação racional da realidade, social e política, vivida por executivos, acusados de envolvimento em transações corruptas. Esta manifestação é racional, pois, almeja resultados, a liberdade dos acusados, visto que, alguns dos protocolos foram articulados na prisão, ou após os casos terem recebido ampla divulgação nas mídias de massa. Deve-se observar também, que, os protocolos foram redigidos sob direta orientação de advogados, portanto, não são fruto de espontaneidade. A racionalidade destes protocolos se torna, de certa forma, evidente, através do modo sistêmico e similar, como os depoimentos foram apresentados nos muitos interrogatórios e audiências. A racionalidade dos protocolos disciplinou os acusados a não dizerem tudo que poderia ser dito, ou informar somente o necessário a obter as almejadas vantagens jurídicas. Ou seja, nenhum dos protocolos aqui analisados conta toda a verdade sobre os casos revelados e suas oportunidades. Entretanto, ainda que construídos de forma racional e conveniente, estes documentos permitem vislumbrar as regras que atuaram, direta ou indiretamente, na construção da realidade, social e política, vivida por seus autores.

Cabe ainda observar que, devido a terem sido coletados em diferentes locais e momentos, e redigidos por diferentes investigadores, cada um com sua própria prática interrogativa, os protocolos não apresentam o mesmo formato ou tamanho, sendo alguns constituídos de apenas uma ou duas páginas, e outros, por duzentas (depoimento de Marcelo Odebrecht, por exemplo).

### 3.3- DESVIO DE FINALIDADE

Além da racionalidade dos protocolos, é importante enfatizar que, os interrogatórios que lhes deram origem, não foram elaborados com o fim de atender necessidades acadêmicas, como esta, e sim, os interesses dos investigadores. Para estes, os depoimentos e delações premiadas servem de meio, ou ferramenta para adquirir, ou coletar provas e evidências, que posam acusar ou condenar os envolvidos. Desta forma, o crucial, a estes profissionais, era a

competente aquisição de informações sobre, identidades, datas, endereços, valores e *modus operandi*, das relações corruptas, que, em última instância, permitissem construir peças jurídicas pertinentes.

A presente tese, por outro lado, é motivada por interesses críticos e analíticos, que buscam conhecer um determinado aspecto das relações corruptas; as situações de oportunidade que propiciam sua ocorrência. Assim sendo, o olhar que esta tese lança sobre os protocolos, não é com o objetivo de buscar culpados ou responsáveis, mas sim, elementos que evidenciem a configuração das situações de oportunidade de corrupção. Deste modo, comete-se aqui, por assim dizer, um desvio, racional e propositado, de finalidade.

### 3.4- A CODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O processo de codificação aqui empregado tem o objetivo de transformar informações em dados numéricos. Codificar significa, neste sentido, o processo de identificar nos protocolos a ocorrência de palavras, frases, ou fragmentos de texto, que contenham informações analíticas relevantes à questão central da tese. As partes, ou fragmentos, identificados, são indexados a diferentes códigos de categoria analítica, que, nesta tese, foram definidos em três etapas. Na primeira, efetuou-se, com base na Teoria das Oportunidades e na literatura da corrupção, a seleção aleatória de 48 categorias, com suposto potencial analítico para contribuir aos intentos da tese. Na segunda, efetuou-se a “leitura flutuante” (Bardin 2011, 68) dos protocolos com o intuito de verificar, quais destas categorias, de fato, lá, se encontravam. A terceira, e última etapa, reduziu o número de categorias analíticas a 20 códigos, que serão apresentados mais adiante (ver Tabela 1). Estes códigos foram subordinados aos elementos de risco, também chamados de condições causais. A codificação dos protocolos se deu através do software Atlas.ti Windows, versão 8.4.

Nas metodologias tradicionais de Ciências Sociais e Políticas, as categorias analíticas seriam, provavelmente, denominadas como, variáveis independentes (possíveis causas), cuja função, consiste em explicar as possíveis, e esperadas, variações da variável dependente (o efeito). Entretanto, a ferramenta QCA, com a qual, esta tese está intimamente relacionada, não utiliza tal terminologia. Portanto, aqui, as categorias analíticas são entendidas como membros do conjunto das condições causais (os elementos de risco), as quais, convergindo no espaço e no tempo, sob determinada configuração, propiciam a ocorrência de situações de oportunidade de corrupção. Assim sendo, a tese, não procura determinar a correlação entre variáveis independentes e dependentes, mas sim, a relação entre diferentes conjuntos, a saber, o conjunto

dos elementos de risco, e o das situações de oportunidade, sendo este último, denominado como, resultado (*outcome*), conforme o QCA. Cabe salientar que, a correlação das variáveis independentes com as dependentes é simétrica, enquanto a relação entre conjuntos é assimétrica (Ragin 2008, 15), portanto, a questão aqui não é unicamente terminológica, mas também, metodológica.

A Teoria dos Conjuntos, como já mencionado, é um dos pilares que fundamentam esta tese, e, assim sendo, é importante não confundi-la com tabulação cruzada de variáveis (*cross-tabulation*) de escala nominal (Ragin 2008, 2). A diferença entre elas, é sutil, mas, significativa. Variáveis de escala nominal suportam ser rotuladas, como, por exemplo, “grau de democracia”, no entanto, na Teoria dos Conjuntos não suportam esta rotulação, pois, não agrupa casos com base em graus de associação (Ragin 2014, xxiv). O termo “países democráticos”, por outro lado, agrupa membros com diferentes graus de associação, ou democratização (2014, *ibid.*), portanto, pode ser rótulo de conjunto. Assimilar esta diferença é importante para compreender o emprego dos conjuntos difusos na continuação do trabalho.

Tabela 1 - LISTA DE CÓDIGOS

<b>Project: Ezequiel-LavaJato</b>	
Report created by Ezequiel on 30/11/2019	
Code Report – Grouped by: Code Groups	
(20) codes	
<b>1-ExposiçãoDoAlvo</b>	
Active: 2 Codes:	
○ 1.01-ExposAlvo-MandatoPolítico	
○ 1.02-ExposAlvo-Candidatura	
<b>2-AtratividadeDoAlvo</b>	
Active: 4 Codes:	
● 2.01-AtratAlvo-ExpectativaContrapartida	
● 2.02-AtratAlvo-InfluenciaPolítica	
● 2.03-AtratAlvo-InteresseMútuo	
● 2.04-AtratAlvo-PotencialPolítico	
<b>3-ProximidadeDoAlvo</b>	
Active: 10 Codes:	
● 3.01-ProxAlvo-Almoços	
● 3.02-ProxAlvo-ClubeDasEmpreiteiras	
● 3.03-ProxAlvo-Contatos	
● 3.04-ProxAlvo-Encontros	
● 3.05-ProxAlvo-Jantares	
● 3.06-ProxAlvo-Parentescos	
● 3.07-ProxAlvo-RelaçãoDeIntimidade	
● 3.08-ProxAlvo-RelaçãoDeProximidade	
● 3.09-ProxAlvo-Reuniões	
● 3.10-ProxAlvo-Viagens	
<b>4-FragilidadeDoAlvo</b>	
Active: 4 Codes:	
● 4.01-FragilAlvo-SolicitFinanciamentoPolítico (oficial ou caixa 2)	
● 4.02-FragilAlvo-AceitarFinanciamentoPolítico (oficial ou caixa 2)	
● 4.03-FragilAlvo-SolicitarVantagenIndevida	
● 4.04-FragilAlvo-SolicitarContrapartida	
Gerado com o software Atlas.ti versão 8.4	
FONTE: O AUTOR 2020	

Nas linhas que se seguem, as condições causais e seus respectivos códigos analíticos são apresentados.

- A condição causal *Exposição do Alvo* é formada por 2 códigos analíticos; *mandato político*, e *candidatura*. O objetivo desta condição é identificar se (não, quanto), o alvo (Políticos) estava, de fato, visível, ou exposto ao corruptor (Executivos). Para tanto, procurou-se observar se o alvo já era portador de mandato político, ou pleiteava tal posição através de candidatura. Em caso positivo, o candidato foi arrolado como político. O fundamento teórico desta condição causal pressupõe que, tanto os portadores de mandato, como, os candidatos, apresentam necessidade de exposição, seja à população, como eleitores, ou aos executivos, com objetivo de angariar doações. Visto que esta tese não pretende quantificar a exposição do alvo, surge aqui, uma possível questão a ser tratada em futuras pesquisas, a saber; como a frequência, ou intensidade, da exposição do alvo afeta a ação do corruptor?

- A condição *Atratividade do Alvo* é formada por 4 códigos analíticos com o objetivo de identificar se (não, quanto), o alvo demonstrava alguma das seguintes opções, consideradas atrativas ao corruptor; 1- *expectativa de contrapartida*, 2- *influência política*, 3- *interesse mútuo*, e 4- *potencial político*. O fundamento teórico aqui, parte do pressuposto de que, aos olhos de executivos (corruptos ou não), o maior atrativo em alvos políticos está na *influência política*. Quanto maior o grau de influência política do alvo, maior também, sua atratividade aos olhos do corruptor. Políticos com reconhecida influência, e experiência, são significativamente mais atraentes ao corruptor do que seus colegas de primeiro mandato, ou candidatos. Entretanto, caso o candidato apresente elevado *potencial político*, a curto, médio, ou longo prazo, é possível que ele também seja considerado como atrativo por determinado corruptor. O *interesse mútuo* se torna relevante ao corruptor quando houver proximidade entre ele, e seu alvo. O interesse mútuo pode representar uma simples roda de pôquer, ou interesses partidários. No que diz respeito a *expectativa de contrapartida*, a atratividade do alvo depende dos objetivos, interesses, e anseios do corruptor. Caso os objetivos, ou interesses, do corruptor sejam de curto prazo, é provável que ele mire em alvos que já se mostraram aptos a fornecer a contrapartida desejada. Entretanto, caso os objetivos, ou interesses, do corruptor sejam de longo prazo, ou até, transcendam mandatos, a contrapartida imediata se torna menos atrativa.

- A condição *Proximidade do Alvo* é formada por 10 códigos analíticos, os quais, têm o objetivo de evidenciar a relação de proximidade entre o corruptor e seu alvo. Os códigos utilizados são: 1- *almoços*, 2- *clube das empreiteiras*, 3- *contatos*, 4- *encontros*, 5- *jantares*, 6- *parentesco*, 7- *relação de intimidade*, 8- *relação de proximidade* (profissional), 9- *reuniões*,

10- *viagens*. Nenhum destes códigos tinha a intenção de mensurar o grau de proximidade entre o corruptor e seu alvo, ou, o efeito desta proximidade sobre as situações de oportunidade de corrupção. O objetivo deles era identificar a simples presença, ou ausência, de proximidade social, funcional, ou profissional, entre o corruptor e seu alvo. No processo de codificação, foram indexados somente as expressões semânticas na primeira pessoa do singular, ou plural, como, por exemplo, “eu me encontrei com o presidente várias vezes”, “nós estivemos em várias reuniões, juntos”, “eu tinha uma amizade íntima com o ministro”, etc. Com base na regra da primeira pessoa do singular, ou plural, foram descartadas as expressões indiretas, que poderiam oferecer ambiguidade, como, por exemplo, “meu pai disse que ele era íntimo do presidente”, etc.

- A condição *Fragilidade do Alvo* é composta por 4 códigos analíticos, os quais, procuram indicar possíveis ações ou reações do alvo com potencial de torna-lo frágil, ou vulnerável, ainda que só na aparência, aos olhos do corruptor. Os códigos desta condição causal são: 1- *solicitar financiamento político* (oficial ou caixa dois), 2- *aceitar financiamento político* (oferecido ou solicitado, oficial ou caixa 2), 3- *solicitar vantagem indevida* (mesmo sem contrapartida aparente), 4- *solicitar contrapartida* (em troca de ação política). O fundamento teórico destes códigos analíticos parte do pressuposto que, em uma relação qualquer, encontra-se, ou coloca-se, em situação de fragilidade, ou vulnerabilidade, aquele que solicita, ou aceita, contribuição de qualquer espécie, ou montante. Nestas codificações, a regra da primeira pessoa singular, ou plural, também foi aplicada, portanto, somente expressões semânticas deste tipo foram consideradas, como, por exemplo, “o ministro me solicitou doação de campanha”, ou “nós doamos ao candidato Y a soma de X reais”, etc.

O resultado da codificação foi classificado por empresas e condições causais (os elementos de risco), visto que, a tese não tem a intenção de determinar a configuração das oportunidades de corrupção para cada executivo, em separado. O resultado da codificação pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - VALORES ABSOLUTOS

ID	Exposição do Alvo	Atratividade do Alvo	Proximidade do Alvo	Fragilidade do Alvo	Total
<b>Andrade Gutierrez</b> Xdcs = 14	3	7	6	6	22
<b>CamargoCorrea</b> Xdcs = 22	1	2	2	2	7
<b>Engevix</b> Xdcs = 1	1	0	2	2	5
<b>OAS</b> Xdcs = 6	7	7	10	3	27
<b>Odebrecht</b> Xdcs = 68	107	108	276	228	719
<b>UTC</b> Xdcs = 23	9	8	7	10	34
Xdcs = Quantidade de documentos analisados por empresa					
FONTE: O AUTOR 2020					

### 3.5- NORMALIZAÇÃO DOS DADOS NUMÉRICOS

Em seu estado bruto, o conjunto de dados numéricos resultante da codificação, ainda não permitia a análise comparativa entre as empresas, pois, não considerava a diferença na quantidade de protocolos, e executivos, selecionados por empresas. O número de executivos selecionados teve efeito direto na quantidade de protocolos arrolados a cada empresa. A quantidade de protocolos afetou diretamente no resultado da quantidade de codificações por empresas. Assim sendo, empresas com menor quantidade de protocolos, apresentaram também menores probabilidades de receberem codificações, como mostram os resultados na Tabela 2.

Entretanto, não é pertinente inferir que, de forma geral, a quantidade de executivos selecionados por empresa seja a representação do envolvimento dela, em casos de corrupção, visto que, da empresa UTC, somente 1 executivo foi selecionado, que, no entanto, acumulou 23 protocolos e 34 codificações (o segundo maior total da Tabela 2). Este executivo chama-se Ricardo Ribeiro Pessoa, o então presidente da ABEMI (Associação Brasileira de Engenharia Industrial), e peça central no “Clube das Empreiteiras” (Pessoa 2015, 6).

Portanto, com o objetivo de possibilitar uma análise comparativa entre as empresas, os dados numéricos, resultantes da codificação, foram submetidos a um determinado cálculo de normalização. Cabe observar, entretanto, que a literatura especializada apresenta inúmeras fórmulas e processos, de normalização de dados, como, por exemplo, normalização por

redimensionamento da escala decimal, normalização min-max, normalização por Z-score, entre outros. Entretanto, nenhum deles se mostrou adequado aos intentos e necessidades desta tese. A referência teórica mais próxima da normalização aqui almejada foi encontrada no manual do *software* de análise qualitativa, Atlas.ti (Frieze 2019, 167), o qual, foi empregado na codificação dos protocolos. Com base neste referencial teórico, entende-se por normalização, o processo de reescalonar os dados com base em um determinado valor padrão. Nesta tese, isto significou reescalonar o resultado das codificações com base nos resultados da empresa com maior número absoluto de protocolos analisados; a empresa Odebrecht. Ou seja, os resultados numéricos da empresa Odebrecht foram tomados como valor padrão a fim de reescalonar o resultado das demais. A fórmula para o cálculo de normalização é a seguinte:

$$X_{nor} = X * X_{dcsmax} / X_{dcs}$$

$X_{nor}$  = valor normalizado

$X$  = valor a ser normalizado

$X_{dcsmax}$  = número absoluto de documentos da Odebrecht

$X_{dcs}$  = número de documentos da empresa a qual  $X$  pertence

Cabe ainda mencionar que, o conteúdo dos protocolos, ou seja, número de páginas e tempo de duração das mídias, não foi considerado no cálculo de normalização, pois, além de adicionar complexidade à análise, era incerto se iria proporcionar ganhos reais ao resultado da tese. A Tabela 3 apresenta os dados normalizados.

Tabela 3 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - NORMALIZADA

ID	Exposição do Alvo	Atratividade do Alvo	Proximidade do Alvo	Fragilidade do Alvo	Total
Andrade Gutierrez $X_{dcs} = 14$	14,6	34,0	29,1	29,1	106,8
CamargoCorrea $X_{dcs} = 22$	3,1	6,2	6,2	6,2	21,7
Engevix $X_{dcs} = 1$	68,0	0,0	136,0	136,0	340,0
OAS $X_{dcs} = 6$	79,3	79,3	113,3	34,0	305,9
Odebrecht $X_{dcs} = 68$	107,0	108,0	276,0	228,0	719,0
UTC $X_{dcs} = 23$	26,6	23,7	20,7	29,6	100,6
$X_{dcs}$ = Quantidade de documentos analisados por empresa					

FONTE: O AUTOR 2020



Após o processo de normalização foi necessário, por questões metodológicas, adicionar o conjunto *Grau Proporcional de Oportunidade* à tabela normalizada (ver Tabela 4, primeira coluna à direita). Este conjunto equivale ao resultado (*outcome*) no QCA, e representa a proporção teórica que cada empresa se expôs às situações de oportunidade de corrupção. A fórmula para calcular o Grau Proporcional de Oportunidade é a seguinte:

$$\text{Grau Proporcional de Oportunidade} = X_t * 100 / X_{tdb}$$

$X_t$  = valor a ser calculado

$X_{tdb}$  = valor total de codificações da empresa Odebrecht

Metodologicamente, a adição deste conjunto se fez necessária a fim de propiciar o cálculo entre o conjunto dos elementos de risco e o resultado, mas também, a construção da Tabela Verdade. Teoricamente, este conjunto parte do pressuposto que, as empresas aqui analisadas não foram expostas de maneira igual às oportunidades de corrupção, ainda que, notadamente, todas tenham se envolvido em relações corruptas. Assim sendo, tomando, mais uma vez, a empresa Odebrecht como referência analítica, ou seja, atribuindo a ela, hipoteticamente, o maior grau de exposição às situações de oportunidade (os dados corroboram esta hipótese), o valor de 719,0 codificações, atribuídos à Odebrecht, passa a representar 100% de exposição às situações de oportunidade.

Portanto, o conjunto *Grau Proporcional de Oportunidade* passa a apresentar o grau percentual de exposição das empresas às situações de oportunidade de corrupção. É importante salientar ainda, que este conjunto *não* representa o grau de participação das empresas nas transações corruptas, e sim, o grau teórico de exposição às situações de oportunidade. Para fins de detalhamento, mantêm-se ainda, na Tabela 4, a coluna Total (de codificações), entretanto, nas próximas, esta coluna será excluída.

Tabela 4 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - NORMALIZADA E GRAU DE OPORTUNIDADE

ID	Exposição do Alvo Normalizada	Atratividade do Alvo Normalizada	Proximidade do Alvo Normalizada	Fragilidade do Alvo Normalizada	Total	Grau Proporcional de Oportunidade
<b>Andrade Gutierrez</b> Xdcs = 14	14,6	34,0	29,1	29,1	106,8	14,9
<b>CamargoCorrea</b> Xdcs = 22	3,1	6,2	6,2	6,2	21,7	3,0
<b>Engevix</b> Xdcs = 1	68,0	0,0	136,0	136,0	340,0	47,3
<b>OAS</b> Xdcs = 6	79,3	79,3	113,3	34,0	305,9	42,5
<b>Odebrecht</b> Xdcs = 68	107,0	108,0	276,0	228,0	719,0	100,0
<b>UTC</b> Xdcs = 23	26,6	23,7	20,7	29,6	100,6	14,0
Xdcs = Quantidade de documentos analisados por empresa						
FONTE: O AUTOR 2020						

### 3.6- CALIBRAÇÃO DOS CONJUNTOS DIFUSOS

O processo de calibração visa transformar os resultados normalizados em conjuntos difusos. Conforme Ragin (2008, 72), este processo é uma prática necessária e rotineira nas disciplinas de Química, Astronomia e Física, por exemplo. O objetivo principal deste processo é ajustar dados a padrões reconhecidamente, confiáveis e interpretáveis (Byrne 2002, Cap. 6; 2008, 72). Na Química, por exemplo, a prática de aferir e calibrar, balanças de precisão antes da execução de qualquer medição, é comum. No processo de aferição, o operador confere e registra a exatidão da balança com base em padrões oficiais (pesos de 100g, 50g, 10g, etc.). Já, no processo de calibração, o operador ajusta, caso necessário, a medição da balança conforme a aferição. Ou seja, na medição do padrão oficial de 10g, a balança deve apontar este valor em sua escala, caso contrário, ela precisa ser calibrada.

Outro exemplo interessante de calibração, pode ser observado nas ciências naturais, onde, nos últimos 300 anos, foram inventadas 8 escalas de temperatura (Hilger e Toth 2016). A escala Celsius, por exemplo, como observa Ragin (2008, 73), foi propositalmente calibrada para indicar a relação física entre, a temperatura e o volume da água em dois pontos singulares e significativos; o ponto de congelamento 0°C, e o ponto de evaporação 100°C. Cabe aqui mencionar, a título de informação, que, na escala original do Astrônomo e Matemático, Anders Celsius, da Suécia, estes valores se encontravam invertidos, ou seja, a marca de 100°C apontava o congelamento, e a marca de 0°C a evaporação da água (Hilger e Toth 2016, 64).

Medições não calibradas da temperatura, como observa Ragin (2008, 72), são capazes de informar que determinado objeto apresenta temperatura mais elevada do que outro, ou, da média de vários outros, no entanto, esta informação não traz a conhecimento se este objeto está frio ou quente. Portanto, conforme Ragin (2008, *ibid.*), os dados calibrados são superiores aos não calibrados.

A calibração dos dados no QCA, ou em métodos baseados na Teoria dos Conjuntos, é entendida como, processo de atribuir aos dados um determinado grau de associação a conjuntos com base em informações empíricas externas (Ragin 2008, 85; Schneider e Wagemann 2012, 32). Nesta tese, os dados foram calibrados com base em 3 informações externas; 1- o resultado das codificações normalizadas, 2- o pressuposto de que, as empresas foram expostas a diferentes graus de oportunidade de corrupção, 3- o pressuposto de que, devido à sua pujança e vasta área de atuação, a empresa Odebrecht foi exposta ao maior grau de oportunidades de corrupção, dentre as empresas aqui analisadas.

Com base nestas informações, os dados normalizados foram adequados a uma escala de conjuntos difusos com 6 valores (*six-value Fuzzy Set*), conforme Ragin (2008, 31), (ver Tabela 5).

Tabela 5 - DESCRIÇÃO DA ESCALA DOS *FUZZY SETS* COM 6 VALORES

VALOR FUZZY SET	DESCRIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
1	Totalmente dentro do conjunto
0,8	Preponderantemente, mas não totalmente dentro do conjunto
0,6	Mais dentro do que fora do conjunto
0,4	Mais fora do que dentro do conjunto
0,2	Preponderantemente, mas não totalmente fora do conjunto
0 (zero)	Totalmente fora do conjunto
Adaptado de Ragin 2008, p. 31	

Nota: todo o processo de calibração aqui apresentado, pode ser realizado manualmente, ou, com auxílio do *software* fsQCA 3.0, autoria de Prof. Charles C. Ragin, e disponível, no seguinte endereço da internet: <http://www.socsci.uci.edu/~cragin/fsQCA/software.shtml>.

O processo manual de transformação dos dados normalizados em valores difusos foi realizado na seguinte sequência: 1- definir o limite de associação total ao conjunto das oportunidades de corrupção; 2- definir o limite mínimo de associação ao conjunto, 3- distribuir sistematicamente os dados na escala de 6 valores dos conjuntos difusos.

1- Definir o limite de associação total ao conjunto; este limite corresponde ao valor, a partir do qual, considera-se que os membros possuem associação total a determinado conjunto. Tomando mais uma vez, os valores da empresa Odebrecht como referência, detectou-se o maior valor absoluto a ela atribuído nos dados codificados. Este valor corresponde a 276,0 (ver Tabela 4). Este valor foi utilizado para calcular o limite (*threshold*) de associação total ao conjunto das oportunidades de corrupção (associação total = valor difuso 1). Ragin (2008, 88, nota de rodapé) recomenda um valor difuso a partir de 0,95 para este limite. Portanto, com base no cálculo ( $L_{min} = 0,95 * 276,0$ ) este valor foi determinado como 262,2. Este valor situa a empresa Odebrecht nos limites de associação total ao conjunto das oportunidades de corrupção, ou seja, ela adentra, hipoteticamente, o grau máximo de participação nas oportunidades de corrupção.

2- Definir o limite mínimo de associação ao conjunto; este limite corresponde ao valor, a partir do qual, considera-se que os membros deixam de pertencer ao conjunto. A fim de determinar este valor, procurou-se identificar nos dados, o menor valor absoluto codificado, excluindo os zeros (Ragin 2008, 88, nota de rodapé). Na Tabela 4 este valor corresponde ao valor 3,1. Este valor está suficientemente acima do valor difuso 0,05, recomendado por Ragin (2008, 88, nota de rodapé) a este limite. Após definidos os limites de associação e desassociação total ao conjunto, inicia-se a etapa mais crítica do processo de calibração, a saber, identificar a divisão matemática, teórica, e metodológica, mais adequada a acomodar os dados na escala de 6 valores dos conjuntos difusos das oportunidades de corrupção. A respeito desta etapa, Ragin observa o seguinte:

“[...] researchers must use substantive and theoretical knowledge to calibrate membership in fuzzy sets. Calibration of degree of membership in sets should be purposeful and thoughtful, never mechanical” (Ragin 2008, 32).

O resultado da adequação dos dados gerou a seguinte escala de valores difusos: - 0,3 - 33,0 - 66,0 - 132,0 - 264,0 - (ver Tabela 6). Nesta adequação, o novo valor difuso do limite de associação total ao conjunto tornou-se 264,0. Este limite, ainda considera a empresa Odebrecht com associação total ao conjunto das oportunidades de corrupção. O valor que foi calculado anteriormente para este limite, cumpriu sua função de orientar a melhor adequação dos dados à escala de seis valores dos conjuntos difusos.

Tabela 6 - REGRA DE CALIBRAÇÃO FUZZY SETS

264,0 Codificações = Fuzzy Set 1,0
132,0 Codificações = Fuzzy Set 0,8
66,0 Codificações = Fuzzy Set 0,6
33,0 Codificações = Fuzzy Set 0,4
0,3 Codificações = Fuzzy Set 0,2
Fuzzy Set 0
FONTE: O AUTOR 2020

O resultado da calibração pode ser visto na Tabela 7 e Tabela 8, sendo que, na primeira, apresenta-se, a título de informação, os valores difusos calibrados ao lado das codificações normalizadas, e na segunda, somente os valores difusos calibrados. Nos dados da Tabela 8, é importante observar que, três empresas apresentam valores inferiores ao limite médio de (0,5) no *Grau Proporcional de Oportunidade*, a saber, Andrade Gutierrez (0,4), Camargo Corrêa (0,2) e UTC (0,4). Isto significa que, a empresa Camargo Corrêa está, preponderantemente, mas, não totalmente, fora do conjunto das oportunidades de corrupção, e as empresas Andrade Gutierrez e UTC estão, mais fora do que dentro, do conjunto das oportunidades de corrupção. Com base nestes resultados coube ao pesquisador decidir como os dados destas três empresas deveriam ser tratadas no continuar da tese, ou seja, se deveriam ser tratadas como casos empiricamente relevantes, ou *remainders*, isto é, logicamente possíveis, mas sem relevância empírica. Por razões teóricas e fundamentadas no conhecimento dos casos, optou-se em manter estas empresas nas análises seguintes. Esta decisão foi tomada, também, com base nos enunciados da escala fuzzy set, pois, ainda que se encontrem, preponderantemente, mais fora

do que dentro, do conjunto das oportunidades de corrupção, não é apropriado imputar a elas ausência total neste conjunto, caso contrário, não estariam no rol das empresas investigadas na operação Lava Jato.

Tabela 7 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESAS - NORMALIZADA E CALIBRADA

ID	Exposição do Alvo		Atratividade do Alvo		Proximidade do Alvo		Fragilidade do Alvo		Grau Proporcional de Oportunidade	
	Norm. - Calibr.		Norm. - Calibr.		Norm. - Calibr.		Norm. - Calibr.		Norm. - Calibr.	
Andrade Gutierrez	14,6	0,2	34,0	0,4	29,1	0,2	29,1	0,2	14,9	0,4
CamargoCorrea	3,1	0,2	6,2	0,2	6,2	0,2	6,2	0,2	3,0	0,2
Engevix	68,0	0,6	0,0	0,0	136,0	0,8	136,0	0,8	47,3	0,8
OAS	79,3	0,6	79,3	0,6	113,3	0,6	34,0	0,4	42,5	0,8
Odebrecht	107,0	0,6	108,0	0,6	276,0	1,0	228,0	0,8	100,0	1,0
UTC	26,6	0,2	23,7	0,2	20,7	0,2	29,6	0,2	14,0	0,4
Observação: Para fins de calibração os valores percentuais do conjunto Grau Proporcional de Oportunidade foram tomados como absolutos.										
FONTE: O AUTOR 2020										

Tabela 8 - CODIFICAÇÕES POR EMPRESA - CALIBRADA

ID	Exposição do Alvo Calibrada	Atratividade do Alvo Calibrada	Proximidade do Alvo Calibrada	Fragilidade do Alvo Calibrada	Grau Proporcional de Oportunidade Calibrada
Andrade Gutierrez	0,2	0,4	0,2	0,2	0,4
CamargoCorrea	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Engevix	0,6	0,0	0,8	0,8	0,8
OAS	0,6	0,6	0,6	0,4	0,8
Odebrecht	0,6	0,6	1,0	0,8	1,0
UTC	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4
Observação: Para fins de calibração os valores percentuais do conjunto Grau Proporcional de Oportunidade foram tomados como absolutos.					
FONTE: O AUTOR 2020					

Finalizado o processo de calibração, os conjuntos difusos encontram-se prontos para serem analisados com as ferramentas do QCA. Este processo será apresentado no próximo capítulo.

#### 4- A CONFIGURAÇÃO DAS OPORTUNIDADES: análise dos dados

O objetivo deste capítulo é determinar, com base nos conjuntos difusos construídos no capítulo anterior, a configuração das situações de oportunidade que convergiram no espaço e no tempo de modo a propiciar os casos de corrupção revelados na Lava Jato.

Cabe aqui reforçar que, nesta tese, situações de oportunidade de corrupção são entendidas, como, circunstâncias, onde, o corruptor converge com seu alvo, no espaço e no tempo, em uma relação simbiótica e específica. Situações de oportunidade têm maiores probabilidades de ocorrer quando determinada configuração dos seguintes elementos de risco se fizer presente: atratividade, exposição, proximidade e fragilidade do alvo. A presente análise procura determinar estas configurações. O foco desta análise concentra-se sobre a relação causal entre dois conjuntos distintos; o conjunto dos elementos de risco e o das situações de oportunidade. A análise foi efetuada com base nos princípios da Teoria das Oportunidades, Teoria dos Conjuntos Difusos, e QCA. O capítulo está dividido em cinco partes; na primeira apresenta-se a complexidade causal na relação entre conjuntos, na segunda, a consistência teórica destes conjuntos; na terceira, a cobertura teórica, e na quarta, a Tabela Verdade dos conjuntos difusos. Na última, apresenta-se uma possível explicação para as configurações empiricamente relevantes observadas.

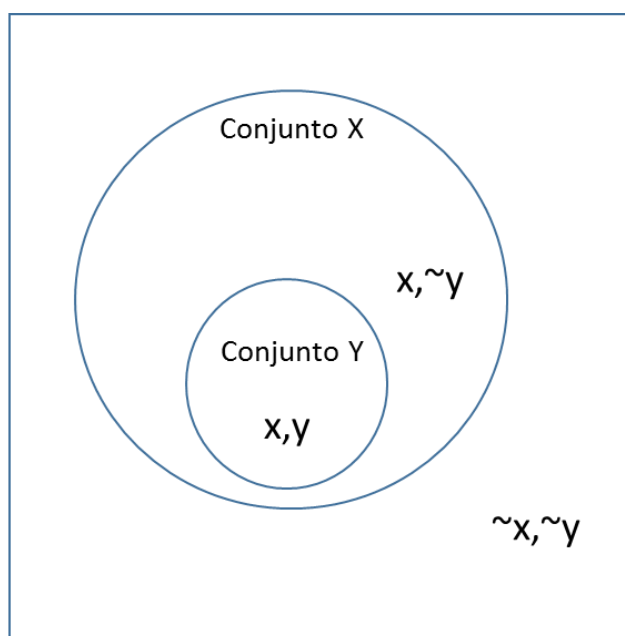
##### 4.1- SITUAÇÕES DE OPORTUNIDADE DE CORRUPÇÃO E COMPLEXIDADE CAUSAL

A análise da configuração das situações de oportunidade de corrupção trata da relação causal entre conjuntos difusos e a relação entre conjuntos difusos envolve complexidade. Ragin (2008, 23) define a complexidade causal, como, *“uma situação, na qual, o efeito pode ser desencadeado por diferentes combinações de condições causais, isto é, por diferentes receitas (recipes)”*. A ideia central neste conceito parte do princípio que as condições causais não atuam de forma isolada sobre o efeito, mas sim, de forma conjunta e em relação umas às outras. A Tabela Verdade, que será construída mais adiante, é considerada o elemento chave para analisar a complexidade causal aqui tratada (Ragin, 2008, *ibid.*). Entretanto, antes da construção desta tabela, é necessário determinar, matematicamente, as características específicas das relações causais, sendo a primeira delas o cálculo de necessidade.

O cálculo de necessidade, que na prática, é uma avaliação comparativa dos valores difusos, permite conhecer se, o conjunto das condições causais (os elementos de risco) é necessário, ou suficiente, à ocorrência das situações de oportunidade. Nesta tese, postula-se que os elementos de risco são suficientes para que situações de oportunidade possam ocorrer. Este cálculo visa afirmar, ou negar, esta inferência.

O fundamento teórico do cálculo de necessidade é simples, como todos os outros cálculos apresentados nesta tese. O conjunto das condições causais seria considerado necessário à ocorrência de situações de oportunidade de corrupção (o resultado) se, os seus valores difusos fossem *iguais*, ou *maiores*, que seus correspondentes valores, no resultado. Isto porque, sempre que houver a ocorrência de X (condições causais), também deve haver a ocorrência de Y (situações de oportunidade de corrupção), visto que Y está totalmente inserido em X. Em outras palavras, o conjunto X é necessário à ocorrência de Y, pois na ausência de X, o conjunto Y não pode ocorrer. Em um diagrama estilo Venn, a relação de necessidade pode ser representada com dois círculos, sendo que o maior, representa o elemento necessário, e o menor, que necessita estar totalmente inserido no primeiro, representa o resultado (ver Figura 4).

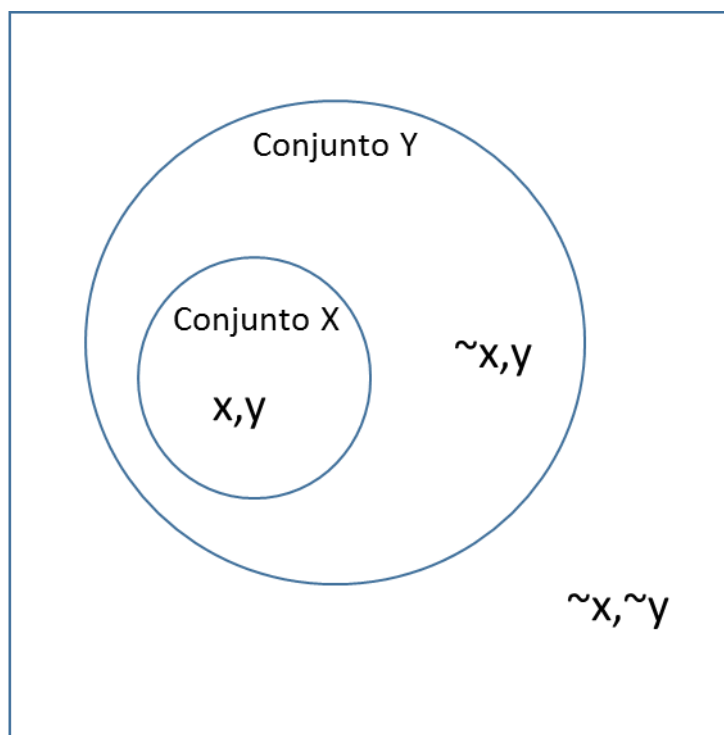
Figura 4 - CONJUNTO X NECESSÁRIO AO CONJUNTO Y



Adaptado de Schneider & Wagemann 2012, p. 72



Figura 5 - CONJUNTO X SUFICIENTE AO CONJUNTO Y



Adaptado de Schneider & Wagemann 2012, p. 60

Entretanto, como pode ser observado na Tabela 8, todos os valores difusos individuais das condições causais são iguais, ou menores, que seus correspondentes valores no resultado (conjunto *Grau Proporcional de Oportunidade*), portanto, não representam uma relação de necessidade, mas sim, de suficiência (Ragin 2008, 46). Ou seja, o conjunto das condições causais (os elementos de risco) é apenas uma, das muitas possibilidades, para que as oportunidades de corrupção possam ocorrer, e deste modo, conforme Ragin (2008, 44), deve constituir um subconjunto do resultado. Assim sendo, na sua representação gráfica, o elemento suficiente se torna o círculo menor, e o resultado, o maior (ver Figura 5).

O cálculo de necessidade efetuado no *software* fsQCA, é ainda mais apurado, pois avalia a relação simultânea de todas as condições causais com o resultado. Nos dados da Tabela 8, o resultado do fsQCA para o cálculo de necessidade é apresentado na Tabela 9, onde, a consistência representa em que grau, as condições causais são subconjuntos do resultado, e a cobertura, a sua relevância ou importância (Ragin 2008, *ibid.*).

Tabela 9 - CÁLCULO DE NECESSIDADE

	CONSISTÊNCIA	COBERTURA
EXPOSIÇÃO DO ALVO	0.666667	1.000.000
ATRATIVIDADE DO ALVO	0.555556	1.000.000
PROXIMIDADE DO ALVO	0.833333	1.000.000
FRAGILIDADE DO ALVO	0.722222	1.000.000
Based on: fsQCA 3.1b Windows, 2017.		FONTE: O AUTOR 2020

#### 4.2- CONSISTÊNCIA TEÓRICA DOS CONJUNTOS

Como apresentado no cálculo de necessidade, as condições causais são suficientes à ocorrência de situações de oportunidade. Isto significa que, as condições causais estão inseridas de forma parcial no conjunto das oportunidades, ou em outras palavras, que o conjunto dos elementos de risco é, de fato, subconjunto das situações de oportunidade de corrupção (*Grau Proporcional de Oportunidade*).

A fim de determinar matematicamente a relação dos subconjuntos com o super-conjunto emprega-se o cálculo da *consistência teórica dos conjuntos* (*set-theoretic consistency*) (Ragin 2006, 2008; Schneider e Wagemann 2012). Este cálculo indica o grau de consistência na relação dos subconjuntos com o super-conjunto, e o quanto ela se aproxima de uma relação perfeita, representada no valor 1,0 (Ragin 2008, 48). Uma relação de subconjunto é considerada consistente quando, os valores difusos dos subconjuntos são menores, ou iguais, aos seus respectivos valores no super-conjunto (semelhante ao cálculo de necessidade). Isto significa que, os valores difusos individuais dos elementos de risco devem ser menores ou iguais aos seus respectivos valores no super-conjunto (leitura das linhas nas tabelas).

O cálculo da *consistência teórica dos conjuntos* difusos é relativamente simples. A soma dos valores difusos *consistentes* de uma determinada condição causal (aqueles menores ou iguais a seus respectivos valores no resultado), é dividida por a soma de todos os outros valores desta mesma condição causal. Se todos os valores difusos de uma condição causal forem consistentes, o resultado do cálculo da consistência teórica dos conjuntos será 1,0. Como pode ser observado na Tabela 10, todos os valores difusos dos elementos de risco *são* menores ou iguais a seus respectivos valores no resultado, portanto, *consistentes*. Assim sendo, o resultado do cálculo da consistência teórica dos conjuntos é 1 (última linha da Tabela 10),

determinando assim, matematicamente, que as condições causais são, de fato, *subconjuntos consistentes* das situações de oportunidade de corrupção. Caso houvessem valores difusos inconsistentes nos subconjuntos, a seguinte fórmula deveria ser utilizada (Ragin 2008, 52):

$$(X_i \leq Y_i) = \frac{\sum [\min(X_i, Y_i)]}{\sum X_i}$$

Min = indica a seleção do menor valor de Xi e Yi

Xi = valor difuso na combinação causal

Yi = valor difuso do resultado

Tabela 10 - CONSISTÊNCIA TEÓRICA DOS CONJUNTOS

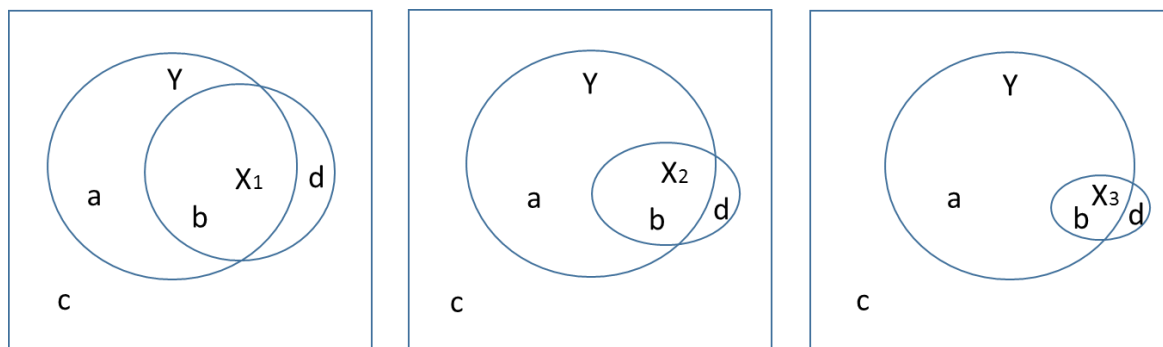
ID	Exposicao do Alvo	Atratividade do Alvo	Proximidade do Alvo	Fragilidade do Alvo	Grau Proporcional de Oportunidade
AndradeGutierrez	0,2	0,4	0,2	0,2	0,4
CamargoCorrea	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Engevix	0,6	0,0	0,8	0,8	0,8
OAS	0,6	0,6	0,6	0,4	0,8
Odebrecht	0,6	0,6	1,0	0,8	1,0
UTC	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4
Total	2,4	2,0	3,0	2,6	
Consistência Teórica	1	1	1	1	

FONTE: O AUTOR 2020

#### 4.3- COBERTURA TEÓRICA DOS CONJUNTOS

O cálculo da *cobertura teórica dos conjuntos* (*set-theoretic coverage*) indica a relevância empírica de um subconjunto no super-conjunto, ou seja, o grau de contribuição das condições causais sobre a ocorrência do resultado (Ragin 2008, 55). A fim de proporcionar melhor compreensão desta ideia, a Figura 6 apresenta três diagramas, de estilo Venn, onde, exemplos hipotéticos de cobertura dos subconjuntos X1, X2, e X3, sobre o super-conjunto Y, são apresentados. Nestes diagramas, a cobertura teórica é representada através da área b (ver Figura 6).

Figura 6 - DIFERENTES GRAUS DE COBERTURA DO CONJUNTO X SOBRE Y



Adaptado de Schneider & Wagemann 2012, p. 130

Para obter o valor da cobertura teórica dos subconjuntos, ou seja, seu impacto empírico no super-conjunto (situações de oportunidades), divide-se a soma dos valores difusos dos subconjuntos por o total dos valores difusos do super-conjunto. Nos termos desta tese, isto significa, dividir, a soma dos valores difusos das condições causais (linhas) por o total dos valores difusos do resultado. Conforme Ragin (Ragin 2008, 57), a fórmula para o cálculo da cobertura teórica é a seguinte:

$$(X_i \leq Y_i) = \frac{\sum \min(X_i, Y_i)}{\sum(Y_i)}$$

Min = indica a seleção do menor valor de  $X_i$  e  $Y_i$

$X_i$  = valor difuso na combinação causal

$Y_i$  = valor difuso do resultado

O resultado do cálculo da cobertura teórica dos conjuntos pode ser observado na última linha da Tabela 11. Os valores resultantes deste cálculo (semelhantes aos da consistência no cálculo de necessidade) representam, teoricamente, a importância empírica de cada condição causal no resultado (Ragin, 2008, p. 55). Condições causais que cobrem pequenas áreas no resultado (valores abaixo do limite intermediário 0,5) não devem ser consideradas tão empiricamente relevantes, quanto aquelas cuja cobertura se aproxima do valor máximo de 1,0. O maior valor de cobertura teórica observado nos dados encontra-se no conjunto “*Proximidade*

do Alvo” (0,83), seguido de “Fragilidade do Alvo” (0,72), “Exposição do Alvo” (0,66), e finalmente, “Atratividade do Alvo” (0,55). Na Tabela 11, todos os valores de cobertura teórica dos conjuntos estão acima do valor intermediário 0,5, portanto, estes subconjuntos estão mais dentro do que fora do conjunto das oportunidades de corrupção.

Tabela 11 - COBERTURA TEÓRICA DOS SUBCONJUNTOS

ID	Exposição do Alvo	Atratividade do Alvo	Proximidade do Alvo	Fragilidade do Alvo	Grau Proporcional de Oportunidade
AndradeGutierrez	0,2	0,4	0,2	0,2	0,4
CamargoCorrea	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Engevix	0,6	0,0	0,8	0,8	0,8
OAS	0,6	0,6	0,6	0,4	0,8
Odebrecht	0,6	0,6	1,0	0,8	1,0
UTC	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4
Total	2,4	2,0	3,0	2,6	3,6
Cobertura de X sobre Y					
Cobertura Teórica	0,66	0,55	0,83	0,72	

FONTE: O AUTOR 2020

Estes resultados estão em linha com a Teoria das Oportunidades em vários aspectos; o valor 0,83 da cobertura teórica na condição causal *Proximidade do Alvo*, por exemplo, indica, de forma significativa, a importância da convergência do corruptor e seu alvo, no espaço e no tempo, para que situações de oportunidade de corrupção possam ocorrer. Convergir no espaço e no tempo significa, neste caso, compartilhar do mesmo ambiente empresarial, político ou privado. O valor 0,72 da cobertura teórica na condição causal *Fragilidade do Alvo*, por exemplo, indica que, antes de o corruptor assediar o alvo, com uma proposta indevida, é importante que ele perceba neste, algum sinal de fragilidade. O valor 0,66 da cobertura na condição causal *Exposição do Alvo* indica que, além da fragilidade é importante que o corruptor perceba também, a presença do alvo em seu horizonte profissional, político ou privado, ou seja, sua exposição pública. E por fim, o valor 0,55 da cobertura teórica na condição causal *Atratividade do Alvo* indica que, apesar de não ser tão relevante, ela é, ainda assim, considerada na racionalidade do corruptor.

Com base nestes resultados, pode-se afirmar que, a presença dos elementos de risco deve ser considerada condição suficiente para que situações de oportunidade de corrupção

possam ocorrer. Entretanto, os cálculos não indicam a existência de uma relação determinista entre estes elementos e oportunidades de corrupção. Portanto, teoricamente, a ocorrência das oportunidades de corrupção seria logicamente possível mesmo na ausência dos elementos de risco. Entretanto, a possibilidade lógica nem sempre está alinhada com a realidade prática, e no caso das oportunidades de corrupção, seria difícil imaginar a sua ocorrência sem a relação de exposição ou proximidade entre o corruptor e seu alvo.

Cabe ainda observar que, nas relações corruptas, os elementos de risco raramente atuam de forma isolada, e sim, sob determinadas configurações que podem variar, conforme o perfil dos atores, ou o ambiente, onde estão inseridas. A seguir, apresenta-se, não só, como estas configurações foram metodologicamente determinadas, mas também, quais delas devem ser consideradas empiricamente relevantes na ocorrência de oportunidades de corrupção.

#### 4.4- A TABELA VERDADE DOS CONJUNTOS DIFUSOS

As oportunidades de corrupção são oriundas de diferentes configurações dos elementos de risco, portanto, de *complexidade causal* (Ragin 2008, 124). A ferramenta fundamental para analisar, de forma sistemática, esta complexidade, na relação entre conjuntos, chama-se *Tabela Verdade*, cuja construção, ainda que passível de ser realizada manualmente, será aqui gerada através do *software* fsQCA 3.0 for Windows<sup>13</sup>.

A metodologia empregada na construção da Tabela Verdade dos conjuntos difusos segue as orientações do capítulo 7 - *Configurational Analysis Using Fuzzy Sets and Truth Tables* - do livro *Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond* (Ragin, 2008). Entretanto, cabe lembrar que, a metodologia QCA encontra-se em constante desenvolvimento, portanto, os procedimentos aqui empregados e apresentados estão sujeitos a aperfeiçoamentos e alterações.

A Tabela Verdade é considerada fundamental na análise de complexidade causais, pois permite observar, sistematicamente, o impacto de todas as combinações logicamente possíveis, das condições causais, sobre o resultado. Portanto, o primeiro passo na construção da Tabela Verdade é definir o número de combinações, logicamente possíveis, das condições causais. A fórmula para esta operação é  $(2^k)$ , onde, o valor 2 representa as duas situações possíveis dos valores difusos<sup>14</sup>, ou seja, acima ou abaixo do limite médio de 0,5, enquanto, o expoente K

---

<sup>13</sup> Para informações detalhadas sobre a construção da Tabela Verdade ver (Ragin 2000, 2014; RIHOUX e Ragin 2009; Schneider e Wagemann 2012).

<sup>14</sup> Nos conjuntos nítidos, o 2 representa a presença ou ausência de uma determinada condição.

indica, o número de condições causais em análise. Aplicando a fórmula para as 4 condições causais em análise obtém-se:  $2^4 = 16$  combinações logicamente possíveis, e consecutivamente, 16 linhas na Tabela Verdade de conjuntos nítidos e difusos.

Tabela 12 - CONFIGURAÇÕES LOGICAMENTE POSSÍVEIS DOS ELEMENTOS DE RISCO

	Exposicao do Alvo ( EA )	Atratividade do Alvo ( AA )	Proximidade do Alvo ( PA )	Fragilidade do Alvo ( FA )	Expressão Booleana
1	0	0	0	0	$\sim EA * \sim AA * \sim PA * \sim FA$
2	0	0	0	1	$\sim EA * \sim AA * \sim PA * FA$
3	0	0	1	0	$\sim EA * \sim AA * PA * \sim FA$
4	0	0	1	1	$\sim EA * \sim AA * PA * FA$
5	0	1	0	0	$\sim EA * AA * \sim PA * \sim FA$
6	0	1	0	1	$\sim EA * AA * \sim PA * FA$
7	0	1	1	0	$\sim EA * AA * PA * \sim FA$
8	0	1	1	1	$\sim EA * AA * PA * FA$
9	1	0	0	0	$EA * \sim AA * \sim PA * \sim FA$
10	1	0	0	1	$EA * \sim AA * \sim PA * FA$
11	1	0	1	0	$EA * \sim AA * PA * \sim FA$
12	1	0	1	1	$EA * \sim AA * PA * FA$
13	1	1	0	0	$EA * AA * \sim PA * \sim FA$
14	1	1	0	1	$EA * AA * \sim PA * FA$
15	1	1	1	0	$EA * AA * PA * \sim FA$
16	1	1	1	1	$EA * AA * PA * FA$
1 = presença; 0 = ausência					$A * B = A \text{ e } B$
					$\sim A * \sim B = (\text{Não-A}) \text{ e } (\text{Não-B})$
FONTE: O AUTOR 2020					

Na Tabela Verdade dos conjuntos nítidos (*crisp sets*) (ver Tabela 12), as 16 combinações, logicamente possíveis, dos elementos de risco estão apresentadas, numericamente, na parte central, onde, o valor 1 representa a presença do elemento de risco, e zero, sua ausência. Na coluna do lado direito, estas combinações estão expressas em linguagem booliana, onde, ( $\sim$ ), representa (não), e ( $*$ ), a junção (e). Após determinar estas combinações, o tratamento dos dados deve ocorrer em três etapas<sup>15</sup>, que serão aqui somente elencadas, ou resumidamente, apresentadas; 1- construir a Tabela Verdade dos conjuntos difusos para todas as 16 combinações, logicamente possíveis, dos elementos de risco (as expressões boolianas na Tabela 12). 2- Calcular o valor difuso de cada uma destas combinações. 3- Identificar as combinações com valores, consistentes, acima do limite intermediário dos conjuntos difusos (0,5).

A construção da Tabela Verdade é explicada, de forma clara e competente, por Ragin no capítulo em epígrafe, portanto, não será aqui detalhada. Entretanto, dois pontos importantes, merecem ser mencionados; na Tabela Verdade, cada linha representa um caso, e cada caso

<sup>15</sup> Sobre estas etapas ver também (Schneider e Wagemann 2012, 179).

ocupa uma só linha. O cálculo dos valores difusos das 16 combinações, logicamente possíveis, dos elementos de risco ocorre através da junção  $(*) = (e)$ .

A Tabela 13 apresenta todas as combinações, logicamente possíveis, dos elementos de risco, assim como, os respectivos cálculos dos valores difusos. Algumas destas combinações, não ocorrem na prática, ainda que, logicamente elas sejam possíveis, como, por exemplo, na combinação 1, que apresenta a ausência de todos os elementos de risco. Quando executado manualmente, o cálculo dos valores difusos exige a construção de tabelas adicionais para cada combinação das condições causais, onde, a negação dos valores é efetuada através da seguinte fórmula:  $(\sim M = 1 - M)$ , sendo M, o valor difuso a ser negado. Assim sendo, a negação do valor difuso 0,2 é igual a  $1 - 0,2 = 0,8$  (Ragin 2008, 36).

Tabela 13 - TABELA VERDADE DOS ELEMENTOS DE RISCO - ADAPTADA À LEITURA

ID	INÍCIO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
	$\sim EA^* \sim AA^* \sim PA^* \sim FA$	$\sim EA^* \sim AA^* \sim PA^* FA$	$\sim EA^* \sim AA^* PA^* \sim FA$	$\sim EA^* \sim AA^* PA^* FA$	$\sim EA^* AA^* \sim PA^* \sim FA$	$\sim EA^* AA^* \sim PA^* FA$	$\sim EA^* AA^* PA^* \sim FA$	$\sim EA^* AA^* PA^* FA$
AndradeGutierrez	0,6	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,2
CamargoCorrea	0,8	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Engelix	0,2	0,2	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
OAS	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Odebrecht	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,0	0,2	0,4
UTC	0,8	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

	CONTINUAÇÃO							
	9	10	11	12	13	14	15	16
	$EA^* \sim AA^* \sim PA^* \sim FA$	$EA^* \sim AA^* \sim PA^* FA$	$EA^* \sim AA^* PA^* \sim FA$	$EA^* \sim AA^* PA^* FA$	$EA^* AA^* \sim PA^* \sim FA$	$EA^* AA^* \sim PA^* FA$	$EA^* AA^* PA^* \sim FA$	$EA^* AA^* PA^* FA$
AndradeGutierrez	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
CamargoCorrea	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Engelix	0,2	0,2	0,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
OAS	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4
Odebrecht	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,0	0,2	0,6
UTC	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

	CONTINUAÇÃO							
	17							
	Grau Proporcional de Oportunidades							
AndradeGutierrez	0,4							
CamargoCorrea	0,2							
Engelix	0,8							
OAS	0,8							
Odebrecht	1,0							
UTC	0,4							

FONTE: O AUTOR 2020

O último passo para determinar as configurações empiricamente relevantes consiste em identificar, em cada combinação causal (colunas), a quantidade de valores difusos que excedem o valor 0,5. As combinações onde estes valores se encontram devem ser consideradas como relevantes ao resultado. Na Tabela 14 o resultado desta identificação encontra-se na última linha de cada coluna (ver combinações identificadas com círculos na Tabela 14). Nos dados, somente quatro combinações apresentaram valores acima do limite 0,5. As combinações 1, 12,



15 e 16. As combinações lógicas que não apresentaram valores acima do limite intermediário 0,5, são consideradas irrelevantes para análises seguintes.

Tabela 14 - TABELA VERDADE COM VALORES EMPIRICAMENTE RELEVANTES

ID	INÍCIO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
	EA*~AA*~PA*~FA	~EA*~AA*~PA*FA	~EA*~AA*PA*~FA	~EA*~AA*PA*FA	~EA*AA*~PA*~FA	~EA*AA*~PA*FA	~EA*AA*PA*~FA	~EA*AA*PA*FA
AndradeGutierrez	0,6	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,2
CamargoCorrea	0,8	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Engevix	0,2	0,2	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
OAS	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Odebrecht	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,0	0,2	0,4
UTC	0,8	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Valores > 0,5	3	0	0	0	0	0	0	0

	CONTINUAÇÃO							
	9	10	11	12	13	14	15	16
	EA*~AA*~PA*~FA	EA*~AA*~PA*FA	EA*~AA*PA*~FA	EA*~AA*PA*FA	EA*AA*~PA*~FA	EA*AA*~PA*FA	EA*AA*PA*~FA	EA*AA*PA*FA
AndradeGutierrez	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
CamargoCorrea	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Engevix	0,2	0,2	0,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
OAS	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4
Odebrecht	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,0	0,2	0,6
UTC	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Valores > 0,5	0	0	0	1	0	0	1	1

	CONTINUAÇÃO							
	17							
	Grau Proporcional de Oportunidades							
AndradeGutierrez	0,4							
CamargoCorrea	0,2							
Engevix	0,8							
OAS	0,8							
Odebrecht	1,0							
UTC	0,4							

FONTE: O AUTOR 2020

Observe-se, entretanto, que na combinação 1 da Tabela 14, representada na expressão booleana ( $\sim EA* \sim AA* \sim PA* \sim FA$ ), literalmente *Não-Exposição do Alvo* e *Não-Atratividade do Alvo* e *Não-Proximidade do Alvo* e *Não-Fragilidade do Alvo*, trata-se da ausência de todos os elementos de risco. Esta combinação, ainda que logicamente possível, na prática, não factível. Portanto, desconsiderada a combinação 1, a Tabela Verdade indica que, das 16 combinações, logicamente possíveis, dos elementos de risco, somente três devem ser consideradas empiricamente relevantes, as combinações, ou configurações, 12, 15 e 16, as quais, *respondem à questão central da tese*; quais as configurações de oportunidade que convergiram no espaço e no tempo de modo a propiciar a ocorrência dos casos de corrupção revelados na operação Lava Jato? Em detalhes estas configurações consistem nos seguintes elementos:

1-  $EA* \sim AA* PA* FA =$  *Exposição do Alvo* e *Não-Atratividade do Alvo* e *Proximidade do Alvo* e *Fragilidade do Alvo* → Oportunidade de corrupção.

2-  $EA*AA*PA*\sim FA = \text{Exposição do Alvo e Atratividade do Alvo e Proximidade do Alvo e Não-Fragilidade do Alvo} \rightarrow \text{Oportunidade de corrupção.}$

3-  $EA*AA*PA*FA = \text{Exposição do Alvo e Atratividade do Alvo e Proximidade do Alvo e Fragilidade do Alvo} \rightarrow \text{Oportunidade de corrupção}$

Dois pontos devem ser observados sobre estas 3 configurações, logicamente possíveis e empiricamente relevantes:

1- Os elementos de risco, *Proximidade do Alvo* e *Exposição do Alvo* estão presentes em todas as combinações.

2- Os elementos de risco, *Atratividade do Alvo* e *Fragilidade do Alvo* estão presentes em duas das três combinações. Portanto, a análise dos dados, com base na Teoria dos Conjuntos e QCA, demonstrou, de forma lógica e sistemática, que:

A- Configurações de oportunidade compostas de apenas três elementos, incluindo, necessariamente, *Exposição do Alvo* e *Proximidade do Alvo*, já são suficientes para propiciar a ocorrência de situações de oportunidade de corrupção, como, postuladas nesta tese.

B- Os elementos de risco, *Exposição do Alvo* e *Proximidade do Alvo* se encontram presente em todas as configurações dos elementos de risco empiricamente relevantes, portanto, representam, por assim dizer, a configuração raiz de todas as outras.

C- Os elementos de risco, *Atratividade do Alvo* e *Fragilidade do Alvo* encontram-se presentes em duas configurações, das três consideradas empiricamente relevantes, portanto, representam elementos contingentes, ainda que relevantes, dependendo das circunstâncias.

Convém, observar ainda que, as configurações acima apresentadas, são o resultado da combinação dos 4 elementos de risco tratados na Teoria das Oportunidades. A relevância empírica destes elementos, nas situações de oportunidade de corrupção, aparenta ser evidente, entretanto, não se deve descartar a possibilidade, de que, em um futuro próximo, novos elementos de risco sejam identificados e adicionados à análise. Cabe ainda enfatizar que, as configurações consideradas empiricamente relevantes, nesta tese, podem, assim não ser, em casos, ou ambientes, diferentes, visto que, dependem da relação funcional dos envolvidos. Por fim, é importante reafirmar que, as configurações aqui identificadas, são suficientes para explicar as oportunidades que propiciaram os casos de corrupção revelados na operação Lava Jato, mas não prever, futuras ocorrências.

Com o objetivo de completar a análise, conforme recomendações de Ragin (2008, 150), efetua-se a seguir, um breve exercício contra factual envolvendo variações hipotéticas das configurações empiricamente relevantes já determinadas. As configurações apresentadas neste exercício são hipotéticas e carecem de evidência empírica, ainda que, do ponto de vista lógico, possam ser concebidas como possíveis. O cerne deste exercício gira em torno da negação dos dois elementos de risco que se fizeram presentes em todas as configurações relevantes, a saber, *Exposição do Alvo* e *Proximidade do Alvo*. A questão central a ser respondida neste exercício é: quais seriam as configurações empiricamente relevantes, das situações de oportunidade de corrupção, caso fosse considerada a ausência, individual ou em conjunto, dos elementos de risco, *Exposição do Alvo* e *Proximidade do Alvo*? Para fins de análise, serão geradas duas configurações hipotéticas contendo a negação dos elementos de risco, *Exposição do Alvo* e *Proximidade do Alvo*.

Configuração original - Presença de todos os elementos de risco:

*Exposição do Alvo* e *Atratividade do Alvo* e *Proximidade do Alvo* e *Fragilidade do Alvo* → Oportunidade de corrupção.

Configuração contra factual - Variação 1 - Ausência de *Exposição do Alvo*:

*Não-Exposição do Alvo* e *Atratividade do Alvo* e *Proximidade do Alvo* e *Fragilidade do Alvo* → Oportunidade de corrupção?

Nesta configuração não há alvo exposto, ainda que, se exposto, talvez fosse considerado atrativo e frágil por determinado corruptor. Portanto, o elemento, *Proximidade do Alvo*, se torna vazio, visto que, não havendo *Exposição*, a pessoas que poderia assumir a posição de alvo, passa despercebida aos olhos do corruptor. Existir e não ser percebido, como disse Berkeley (em outro contexto), é o mesmo que não existir, e desta forma, o corruptor não tem conhecimento de quem, poderia, ou deveria, se aproximar. Assim sendo, em linha com a Teoria das Oportunidades, é possível afirmar que, na ausência da *Exposição do Alvo*, se torna improvável que haja alguma relação de proximidade entre ele e o corruptor, sem a qual, é improvável que oportunidades de corrupção possam ocorrer.

Configuração contra factual - Variação 2 - Ausência de *Proximidade do Alvo*:

*Exposição do Alvo* e *Atratividade do Alvo* e *Não-Proximidade do Alvo* e *Fragilidade do Alvo* → Oportunidade de corrupção?

Nesta configuração, há um alvo exposto, atrativo, e frágil, aos olhos de um possível corruptor, no entanto, este último, não alcança, de forma direta, nem indireta, alguma forma de

proximidade com o alvo. A proximidade do alvo, aqui, não diz respeito somente à convergência com o corruptor, no espaço e no tempo, mas também, a uma mínima relação de confiança entre ambos (Alemann 2007), pois, relações corruptas são relações sociais (Höffling 2002). Na ausência desta relação, é improvável que o corruptor possa abordar um possível alvo com qualquer proposta indevida. Portanto, em estreito alinhamento com a Teoria das Oportunidades é possível afirmar que, sem proximidade entre o corruptor e seu alvo, se torna improvável que oportunidades de corrupção possam ocorrer.

#### 4.5- EXPLICANDO AS CONFIGURAÇÕES EMPIRICAMENTE RELEVANTES

Na análise realizada anteriormente, identificou-se, com base na Tabela Verdade, dois elementos de risco, ou condições causais, que se fizeram presentes em todas as configurações empiricamente relevantes a ocorrência de oportunidades de corrupção, a saber, *Exposição do Alvo* e *Proximidade do Alvo*. Conforme Ragin (2008, 14), as relações sociais que envolvem condições causais necessitam explicação. Neste capítulo pretende-se apresentar uma possível explicação para a exposição e proximidade do alvo ao corruptor.

No Brasil, estudos sobre a relação entre empresas, políticos, e dinheiro ganharam destaque e robustez nos últimos anos. Mancuso e Horochovski (2021; 2015) oferecem um excelente balanço desta literatura. De forma geral, e talvez por razões de objetividade empírica, ou de escopo, como, por exemplo, nas pesquisas de rede, realizadas por Horochovski et al. (2016), estes estudos se concentram nas relações oficiais, ou legais, entre estes atores. Desta forma, estas relações são apresentadas de forma distante, impessoal, ou enfatizando a visão puramente pragmática, rentista, ou *quid pro quo* das empresas e seus executivos, como, se agissem sem nenhuma afinidade pessoal.

Ainda que conveniente, ou pertinente, em certas pesquisas, é importante considerar que, por detrás das empresas e políticos, existem rostos e nomes, que, de modo geral, almejam, ou necessitam de relacionamentos sociais, os quais, em última instância, envolvem relações de exposição e proximidade. Mesmo que, nestas relações, a impessoalidade possa, em certos casos, de fato ocorrer, não é prudente desconsiderar que, quando Emílio Odebrecht decidiu financiar as campanhas do amigo, e então, Presidente Lula, ou quando Marcelo Odebrecht decidiu financiar as campanhas, da então, Presidente Dilma, isto não se deu unicamente por razões institucionais, ou econômicas, mas também, por relações de amizade, exposição e proximidade, ainda que no caso de Marcelo Odebrecht, esta relação ocorria com Antônio Palocci e Guido Mantega, os interlocutores de Dilma (Odebrecht 2017). Em se tratando de

empresas de cunho capitalista, seria insensato desconsiderar a influência de interesses econômicos, no entanto, os relatos da Lava Jato apresentam também, outra narrativa, segundo a qual, é possível afirmar que, muitos destinatários de doações de campanhas, eram selecionados com base em relações de amizade, afinidade, ou proximidade, seja com determinadas empresas, ou executivos. Ao desconsiderar a narrativa das relações pessoais, muitas pesquisas deixam de enriquecer seus argumentos. Portanto, nas linhas que seguem, apresenta-se, como narrativa explicativa, uma perspectiva alternativa sobre as relações de exposição e proximidade entre os executivos e políticos; a perspectiva da *protocooperação*, também chamada de *mutualismo facultativo* (Soares 2019, 55).

O termo *protocooperação* é uma derivação do mutualismo. De forma simples, o termo significa, a relação facultativa entre duas espécies que, se beneficiam mutuamente sem causar prejuízo a nenhuma delas. Ele se difere do mutualismo, pois, neste último, prevalece uma relação de dependência entre as espécies, enquanto na *protocooperação*, esta relação é facultativa. Na natureza, exemplos de *protocooperação* podem ser observados na relação entre, crocodilos e Ave Palito (também chamada de Ave-de-Crocodilo, ou *Pluvianus Aegyptius*), ou entre, as abelhas e as flores (Soares 2019, *ibid.*).

Se considerados como espécies, funcionalmente distintas (Beato, Peixoto, e Andrade 2004, 74), ainda que, semelhantes, no acesso ao poder, pode-se inferir que, a relação entre políticos e executivos se assemelha a uma relação de *protocooperação*. Geralmente, os políticos se aproximam de executivos em busca de vantagens materiais ou pecuniárias, as quais, os executivos podem compartilhar sem sofrer danos significativos. Os empresários, no que lhes concerne, se aproximam de políticos com o objetivo de usufruir do poder e influência política que estes detêm, as quais, necessitam ser compartilhadas, a fim de que estes atores recebam ainda mais notoriedade, e influência. Pois, uma vez eleitos, os políticos ganham acesso a uma categoria de influência e poder, cuja grandeza, depende tão-somente de suas habilidades em compartilhá-la. A fonte de influência e poder que os políticos acessam é oriunda do próprio mandato, portanto, permanece teoricamente inalterada, independentemente do quanto é compartilhada em benefício dos parlamentares ou executivos. A bem dos fatos, é possível dizer que, quanto mais frequente, e habilidosamente, os parlamentares empregarem sua influência e poder político, maior acesso eles terão a elas. Aos executivos, a relação de proximidade com políticos garante acesso a preciosos recursos, cujo fluxo, pode não só assegurar a manutenção de suas empresas, como, também a abertura de novos negócios. Entretanto, ainda que ambos atores sejam fartamente beneficiados nestas relações de proximidade, nenhum deles sofre prejuízo relevante ao compartilhar o que a outra parte, tanto almeja. Portanto, no que diz

respeito às relações corruptas, em momentos distintos, tanto os executivos, como, os políticos podem tomar a iniciativa no ato de aproximação, e desta forma, podem assumir as posições de corruptor ou alvo, dependendo das circunstâncias.

As relações de protocooperação não devem ser confundidas com relações políticas de “toma lá, dá cá”, pois nestas últimas, a moeda de troca pode significar prejuízo à uma das partes, ou a terceiros, normalmente, os cofres públicos, ou a população em geral. Nas relações de protocooperação, nenhuma das partes sofre prejuízos significativos, mas faz-se necessário que as partes se exponham umas às outras. Esta exposição não deve ser entendida como ato de ostentação, mas sim, como padrão funcional de ação destes atores. Ou seja, para que os políticos possam assegurar, ou incrementar, o tamanho ou força de sua influência e poder político, eles necessitam obrigatoriamente de exposição, tanto entre seus pares, como diante dos executivos, e da sociedade em geral. É através da exposição que os políticos ouvem, ou recebem, críticas e demandas de suas bases eleitorais, ou grupos de interesse, demandas estas, que desafiam constantemente suas habilidades de articulação, influência política. Quanto maior e frequente, forem as demandas e a habilidade do político em atendê-las, maior também, a grandeza de sua influência e poder político, e por consequência, sua exposição. Quanto maior sua influência e poder político, mais atrativo ele se torna também, aos olhos de um provável corruptor.

A exposição é também, o meio, através do qual os políticos organizam suas campanhas políticas, seja em períodos de eleição ou reeleição. Nestas épocas, as necessidades de exposição e dinheiro aumentam e podem fragilizar estes atores. Fragilizar neste caso, não significa que percam acesso à influência ou ao poder político, caso já detenham mandato, mas sim, no sentido de se tornarem, mesmo que aparentemente, vulneráveis aos olhos de possíveis corruptores, pois como diz o ditado Africano, a mão que recebe, sempre está por baixo da que doa. No que diz respeito aos executivos, a exposição também é um padrão funcional de ação, pois, é através dela que eles ampliam sua rede de contatos, recebem convites, ou indicações, de novos contratos, ou ofertas de negócio.

Em seu estado natural, as relações de protocooperação não causam danos significativos aos envolvidos e o meio ambiente. Entretanto, na protocooperação entre executivos e políticos, torna-se difícil manter esta afirmação, visto que, quando esta relação propicia a ocorrência de oportunidades e manifestação da corrupção, as vítimas se tornam evidentes, ainda que, muitos corruptos não compartilhem esta compreensão. As verdadeiras vítimas da corrupção, não são, e não estão, diretamente entre os envolvidos (e isto, pode ser outra explicação plausível para a facilidade com que eles adotam a corrupção-própria), mas sim, entre as empresas estatais, os

cofres públicos, ou a população, que perde preciosos recursos, bens ou serviços. Entretanto, além dos prejuízos pecuniários, as relações corruptas afetam também as instituições democráticas, que sofrem perda de legitimidade, e a percepção da população, que perde confiança em seus eleitos. Ou seja, as relações de protocooperação que propiciam oportunidades, ou manifestação, da corrupção, afetam negativamente, a política e a população, portanto, são danosas ao meio ambiente, social e político.

As relações de protocooperação incorporam os elementos de risco que se fizeram presentes em todas as configurações de oportunidade empiricamente relevantes; necessidade de exposição e proximidade entre envolvidos. Entretanto, a simples presença destes elementos, ainda que suficiente, não garante a ocorrência de oportunidades de corrupção. Entretanto, por se tratar de relações facultativas, estas relações dificultam revelar, ou prever, a ocorrência de oportunidades e manifestação da corrupção, visto que, se situam para além das regulações normativas do Estado. Ou seja, os indivíduos são livres para cooperarem, de forma legal, uns com os outros, e isto vale também na relação entre executivos e políticos. Deste modo, qualquer intervenção do Estado nestas relações pode ser vista como, inconveniente, indesejada ou inaceitável. As instituições democráticas podem, como de fato fizeram, tentar interferir na parte tangível destas relações, como, por exemplo, proibindo que pessoas jurídicas “cooperem”, de forma pecuniária (façam doações), com políticos, no entanto, estas ações não afetam o âmago das relações de protocooperação; a necessidade de exposição e proximidade entre os interessados. Leis estão sujeitas aos limites impostos por legisladores, entretanto, relações de protocooperação dificilmente podem ser limitadas pelos trâmites da lei. As leis têm vigências e abrangências, entretanto, as relações de protocooperação podem continuar vigentes em situações não especificadas pelas leis.

Além de não serem diretamente afetadas por leis, as relações de protocooperação podem dificultar significativamente, as ações, ou operações, que procuram desvendar a manifestação da corrupção. Isto porque, quanto mais coesas são estas relações, principalmente aquelas que geram oportunidades de corrupção, e quanto mais satisfeitos estão os envolvidos, mais difícil torna-se a probabilidade de se desvendar a manifestação da corrupção. Por outro lado, quanto mais coesa for a relação de protocooperação entre políticos e executivos, maior também são as probabilidades de oportunidade, ou manifestação da corrupção. A satisfação e lealdade dos envolvidos, principalmente em relações que resultam em benefícios significativos, irá impor um silêncio quase que ritualista, sobre a relação de protocooperação, com claras intenções corruptas. Caso os envolvidos respeitem o rito, ou seja, mantenham silêncio sobre o

que viram ou ouvirem, as oportunidades e a manifestação da corrupção permanecem invisíveis aos olhos do público.

Aqui surge a importância da delação premiada como ferramenta de prevenção de oportunidades, ou manifestações, da corrupção, pois, tem potencial de afetar o âmago das relações de cooperação; a confiança entre os envolvidos. As relações de cooperação e corrupção são relações sociais, portanto, exigem um mínimo de confiança entre os envolvidos. A introdução da colaboração premiada, que nada mais é do que, a acusação velada entre os envolvidos, feriu esta confiança, quebrou o sagrado silêncio e sigilo absoluto das relações corruptas, levando executivos a falar em público, o que não deveria ser falado, e mostrar ao público, o que não deveria ser mostrado. Ao ferir a confiança dos envolvidos, a delação premiada dificultou a formação de futuras relações de cooperação, com claras intenções corruptas. Isto não significa que este tipo de relação esteja prestes a desaparecer, mas sim, que futuras relações de cooperação podem alcançar patamares ainda maiores de coesão, ou lealdade e, deste modo, tornarem-se mais difíceis de serem desvendadas com os meios atuais. Ao tornarem-se mais coesas, estas relações poderão impor o silêncio ainda mais sagrado aos envolvidos, e isto, pode resultar em três possíveis consequências; o surgimento de novas categorias de oportunidade e manifestação da corrupção, o acréscimo das dificuldades para revelar tais situações, ou ambas juntas.



## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da corrupção nos ensina, de uma forma ou outra, que as sociedades humanas pouco apreenderam dela e sobre ela. A corrupção continua a se manifestar nas sociedades politicamente organizadas da atualidade, assim como fez na antiguidade. Através dos séculos, a corrupção insiste em se manifestar na história, nas sociedades, nos seres humanos e através deles, no entanto, até os dias atuais, nas primeiras décadas do século XXI, os conhecimentos adquiridos sobre a essência, as causas, e os meios de manifestação da corrupção, não foram suficientes para aplacá-la de forma eficiente.

Apesar de ser repudiada em quase todas as sociedades contemporâneas, a corrupção continua a se manifestar, implacavelmente, ainda que, em diferentes graus, em todas elas. O combate à corrupção, continua a registrar progressos tímidos e frágeis, ao redor do planeta (Mungiu-Pippidi et al. 2011, 10), e no Brasil, a situação se mostra ainda mais crítica, pois, além de não existir, um projeto nacional e educacional, que pretenda conscientizar a população sobre sua responsabilidade moral e democrática de combater a corrupção, os legisladores e as cortes da Justiça aparentam ter apreço em afagar corruptos, principalmente, abastados e empoderados, e condenar aqueles, que, no afã de combater a corrupção, cometeram, talvez, alguns deslizes procedimentais ou ideológicos. Neste contexto, cabe citar, outra vez, o Ministro Luís Roberto Barroso (2018), que diz: “*Nós [como nação] não somos atrasados por acaso. Somos atrasados porque o atraso é bem defendido*” (Barroso 2018, 21). Esta frase, pode ser facilmente adequada aos casos de corrupção, da seguinte maneira; nós, como nação, não temos um alto índice de corrupção por acaso. Temos um alto índice de corrupção porque, aqui, a corrupção é bem defendida.

Um dos motivos apontados por Mungiu-Pippidi (2011, *ibid.*) para os tímidos avanços nas ações anticorrupção, ao redor do planeta, é o foco exacerbado em leis, cuja eficácia, são questionáveis, pois estão inseridas em ambientes onde o Estado de Direito é fraco ou deficiente. Nestes ambientes, as leis são mal aplicadas, ou aplicadas seletivamente, favorecendo corruptos que possuam recursos financeiros suficientes para recorrer, tantas vezes quanto necessário, às supremas cortes de Justiça, até que seus processos prescrevam, ou venham a caducar (literalmente, tornarem-se velhos). O foco nas leis, como ferramenta de combate à corrupção, fica evidente no protagonismo de Magistrados e Promotores, tanto na operação Mãos Limpas (*Mani Pulite*), da Itália, como na operação Lava Jato, do Brasil. Esta preponderância das leis,

faz com que o fenômeno da corrupção deixe de ser um problema social e político, para se tornar jurídico-policial. Nesta situação, a sociedade deixa de perceber sua verdadeira responsabilidade moral e democrática, assumindo assim, papel de vítima, ou mera observadora. Neste contexto, as palavras de Maria Rita Kehl, são deveras pertinentes: *“O cidadão que se imagina puro, mas admite, com amargo realismo, a corrupção, mascara sua cumplicidade e age como a vestal apaixonada que se queixa de ter sido a vítima passiva de seu sedutor”* (Kehl 2012, 294).

Ao focar na configuração das oportunidades, a presente tese procurou estimular que se lance um olhar diferenciado sobre a corrupção, mas também, sobre a responsabilidade moral e democrática, da sociedade, como corpo político, no combate ao fenômeno. Através deste olhar diferenciado, é possível observar, que, a corrupção não é somente o comportamento desviante praticado por indivíduos de má índole, mas também, aquilo que a sociedade faz, ou deixa de fazer, com respeito ao fenômeno. Além disto, a corrupção deixa de ser somente aquilo que pode ser observado empiricamente, para se tornar também, aquilo que habita na mente dos indivíduos e do corpo político. Deste modo, a corrupção se torna um fenômeno orgânico de duas dimensões, onde, as oportunidades representam o único, e conhecido, meio, para que a dimensão intangível possa fluir, naturalmente, em direção à perceptível. A corrupção como fenômeno de duas dimensões envolve, tanto o comportamento, como a disposição mental, dos indivíduos e da sociedade, a favor, ou contra, a corrupção. Isto porque, quando a sociedade permite, ou propicia, que a corrupção se manifeste em seu meio, a responsabilidade por esta manifestação é exclusivamente dela, e não de seus representantes políticos, profissionais da justiça, ou polícia. Além disto, é importante frisar, que, a corrupção não se manifesta através do vazio, no vazio, e sim, através de relações sociais entre, no mínimo, dois indivíduos de uma determinada sociedade. Entretanto, antes de se tornarem agentes de manifestação da corrupção, estes indivíduos necessitam racionaliza-la como maneira própria de pensar, ou seja, necessitam incorporar a corrupção-própria (aquela que se instala na mente dos indivíduos) através de estratégias de racionalização, as quais, também não surgem do nada, pois são, apreendidas e reforçadas na sociedade. Somente após incorporar a corrupção-própria é que os indivíduos se tornam sensíveis observadores de oportunidades de corrupção, sem as quais, o fenômeno não pode se manifestar. Portanto, as oportunidades representam o único, e conhecido, meio, através do qual, a corrupção pode transmutar de seu estado mental a seu estado de manifestação empiricamente perceptível. Na ausência de oportunidades, o fluxo orgânico da corrupção, em direção à sua manifestação, é estancado, ainda que ela, em sua dimensão intangível, não deixe de existir, pois, permanece, em estado latente, na mente dos indivíduos. Estancar a corrupção, reduzindo ou controlando as oportunidades, é, portanto, uma solução temporária e paliativa. A

fim de aplacar, de forma eficiente, a corrupção, é preciso trabalhar na mente dos indivíduos e do corpo político.

Sendo as oportunidades um elemento tão fundamental a ocorrência da corrupção, é espantoso observar que elas tenham sido desconsideradas, quase que totalmente, por tanto tempo, nas Ciências Sociais e Políticas. Entretanto, as oportunidades de corrupção não devem ser confundidas com eventos. Elas são circunstâncias que propiciam a convergência, no espaço e no tempo, do corruptor e seu alvo, em uma relação simbiótica e específica. Esta relação é específica, pois nela, a ação é unidirecional, ou seja, parte do corruptor em direção ao alvo. O alvo neste caso, diz respeito ao indivíduo, público ou privado, que o corruptor deseja corromper. A ocorrência destas situações é propiciada pelas seguintes configurações empiricamente relevante dos elementos de risco:

1-  $EA \sim AA * PA * FA$  = *Exposição do Alvo e Não-Atratividade do Alvo e Proximidade do Alvo e Fragilidade do Alvo* → Oportunidade de corrupção.

2-  $EA * AA * PA \sim FA$  = *Exposição do Alvo e Atratividade do Alvo e Proximidade do Alvo e Não-Fragilidade do Alvo* → Oportunidade de corrupção.

3-  $EA * AA * PA * FA$  = *Exposição do Alvo e Atratividade do Alvo e Proximidade do Alvo e Fragilidade do Alvo* → Oportunidade de corrupção

Estas configurações representam o resultado da tese. Através delas, é possível perceber, que, por trás das relações oficiais, e supostamente legais, entre executivos e políticos, há também, outro ambiente a ser explorado, o das oportunidades de corrupção, a qual, é propiciada através da exposição, atratividade, proximidade, e fragilidade do alvo, diante do corruptor. Ainda que as situações de oportunidade também não expliquem tudo, sem elas, as narrativas explicativas sobre corrupção e suas oportunidades, aparentam estar incompletas. Compreender as situações de oportunidade de corrupção, significa, olhar e observar de perto, os átomos das sociedades politicamente organizadas, afetando ou influenciando, uns aos outros, de modo a conceder movimento e forma ao corpo político, que, por sua vez, molda e transforma seus próprios átomos.

## REFERÊNCIAS

- Alatas, S. H. 1999. *Corruption and the Destiny of Asia*. Prentice Hall.  
<https://books.google.com.br/books?id=r9yFAAAAMAAJ>.
- Alemann, Ulrich Von. 2003. "Abgründe Politischer Theorie. Gründe Für Eine Mehrdimensionale Konzeption Der Korruption". *Sicherheit in einer neuen Weltära. Festschrift zum 65: 273-83*.
- . 2004. "The Unknown Depths of Political Theory: The Case for a Multidimensional Concept of Corruption". *Crime, Law and Social Change* 42(1): 25-34.
- . 2007. "Korruption ist Vertrauenssache: Vortrag vom 6. Dezember 2007 zur Reihe „Universität in der Stadt“ im Heinrich-Heine-Institut, Düsseldorf".
- Anand, Vikas, Blake E. Ashforth, e Joshi Mahendra. 2004. "Business as Usual: The Acceptance and Perpetuation of Corruption in Organizations". *Academy of Management Executive* 18(2): 39-53.
- Andresen, Martin A, Paul J Brantingham, e J. Bryan Kinney, orgs. 2016. *Classics in Environmental Criminology*. Burnaby, Canada; Boca Raton FL: Simon Fraser University Publications; Taylor & Francis Group.  
<https://www.taylorfrancis.com/books/9781439817803> (2 de setembro de 2018).
- Ashforth, Blake E, e Vikas Anand. 2003. "THE NORMALIZATION OF CORRUPTION IN ORGANIZATIONS". *Research in Organizational Behavior* 25: 1-52.
- Bandeira, Luíza, e BBC Brasil. 2016. "Operação Que Inspirou Lava Jato Foi Fracasso e Criou Corruptos Mais Sofisticados, Diz Pesquisador". *BBC News Brasil*.  
[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160316\\_lavajato\\_dois\\_anos\\_entrevista\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160316_lavajato_dois_anos_entrevista_lab) (16 de novembro de 2020).
- Bardhan, Pranab. 1997. "Corruption and Development: A Review of Issues". *Journal of economic literature* 35(3): 1320-46.
- Bardin, Laurence. 2011. *Análise De Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barroso, Luís Roberto. 2018. "Anotações Para O Voto Oral - Ação Direta De Inconstitucionalidade Nº 5.874".  
<https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Anotac%CC%A7o%CC%83es-para-o-voto-oral-ADI-5874-Indulto.pdf> (8 de dezembro de 2020).
- Beato, Cláudio F., Betânia Totino Peixoto, e Mônica Viegas Andrade. 2004. "Crime, oportunidade e vitimização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19(55).  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) (2 de setembro de 2018).
- Bevir, Mark, org. 2010. *Encyclopedia of Political Theory*. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.
- Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci, e Gianfranco Pasquino. 1993. *Dicionário De Política*. Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília.

- Brandt, Ricardo, e Fausto Macedo. 2016. "'Poderosos" ameaçam Lava Jato, diz procurador". *Estadão*.  
<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,poderosos-ameacam-lava-jato-diz-procurador,10000056813> (14 de novembro de 2020).
- Brantingham, Paul J., e P. J Brantingham. 2016a. "Nodes, Paths, and Edges: Considerations on the Complexity of Crime and the Physical Environment (1993)". In *Classics in Environmental Criminology*, orgs. Martin A Andresen, Paul J Brantingham, e J. Bryan Kinney. Burnaby, Canada; Boca Raton FL: Simon Fraser University Publications; Taylor & Francis Group, 273-310.  
<https://www.taylorfrancis.com/books/9781439817803> (2 de setembro de 2018).
- . 2016b. "Note on the Geometry of Crime (1981)". In *Classics in Environmental Criminology*, orgs. Martin A Andresen, Paul J Brantingham, e J. Bryan Kinney. Burnaby, Canada; Boca Raton FL: Simon Fraser University Publications; Taylor & Francis Group, 231-55.  
<https://www.taylorfrancis.com/books/9781439817803> (2 de setembro de 2018).
- Bratsis, P. 2003. "The Construction of Corruption, or Rules of Separation and Illusions of Purity in Bourgeois Societies". *Social Text* 77 21(4): 9-33.
- Brown, A. J. 2006. "What Are We Trying to Measure? Reviewing the Basics of Corruption Definition". In *Measuring Corruption*, orgs. C. J. G. Sampford, Shacklock, Arthur, Carmel Connors, e Fredrik Galtung. Hampshire: Ashgate, 57-79.
- Buchan, Bruce, e Lisa Hill. 2014. *An Intellectual History of Political Corruption*. London: Palgrave Macmillan UK.
- Byrne, D. S. 2002. *Interpreting Quantitative Data*. London; Thousand Oaks, Calif: SAGE.
- Cavalcanti, Leonardo, Renato Souza, Helena Mader, e Ana Dubeux. 2019. "Gilmar Critica Lava-Jato: 'Organização Criminosa Para Investigar Pessoas'". *Correio Braziliense*.  
[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/04/interna\\_politica,775355/gilmar-mendes-chama-lava-jato-de-organizacao-criminosa-em-entrevista.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/04/interna_politica,775355/gilmar-mendes-chama-lava-jato-de-organizacao-criminosa-em-entrevista.shtml) (14 de novembro de 2020).
- Cersosimo, Danilo, e Rupak Patitunda. 2018. *Pulso Brasil - Lava Jato*. IPSOS Public Affairs.
- Clarke, Ronald V., e Derek B. Cornish. 2016. "Modeling Offenders' Decision: A Framework for Research and Policy (1985)". In *Classics in Environmental Criminology*, orgs. Martin A Andresen, Paul J Brantingham, e J. Bryan Kinney. Burnaby, Canada; Boca Raton FL: Simon Fraser University Publications; Taylor & Francis Group, 311-40.  
<https://www.taylorfrancis.com/books/9781439817803> (2 de setembro de 2018).
- Código Penal Brasileiro. 1940. *Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940*.
- Cohen, Lawrence E., e Marcus Felson. 1979. "Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach". *American Sociological Review* 44(4): 588.

- Cohen, Lawrence E., James R. Kluegel, e Kenneth C. Land. 1981. "Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: An Exposition and Test of a Formal Theory". *American Sociological Review* 46(5): 505.
- Coleman, James William. 1998. *The criminal elite: understanding white-collar crime*. 4th ed. New York: St. Martin's Press.
- Constituição Federal*. 1988.
- Costa, Paulo Roberto Neves. 2000. "Empresários Industriais E Estado No Brasil Do Século Passado". *Revista de Sociologia e Política* Nº 15: 133-35.
- . 2007a. "Dossiê Empresariado, Economia e Política". *Revista Sociologia Política* Junho 2007: 7-8.
- . 2007b. "Empresariado, Instituições Democráticas e Reforma Política". *Revista de Sociologia e Política* Nº 28: 99-116.
- . 2012. "A Elite Empresarial e as Instituições Democráticas: Cultura Política, Confiança e Padrões de Ação Política". *Opinião Pública* 18(Nº 2): 452-69.
- Costa, Paulo Roberto Neves, e Ícaro Gabriel da Fonseca Engler. 2008. "Elite Empresarial: Recrutamento E Valores Políticos (Paraná, 1995-2005)". *Opinião Pública* 14(2): 486-514.
- Dobel, J Patrick. 1978. "The Corruption of a State". *The American Political Science Review* 72(3): 958-73.
- Elster, Jon. 1999. *Nuts and Bolts for the Social Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2007. *Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Esopo. 2012. *Fábulas De Esopo Ilustradas - Tradução e Adaptação Carlos Pinheiro*. Primeira Edição. Creative Commons by Carlos Pinheiro.
- Euben, J. Peter. 1978. "On Political Corruption". *Antioch Review* 36: 103-18.
- . 1989. "Corruption". In *Political Innovation and Conceptual Change*, orgs. Terence Ball, James Farr, e Russell L. Hanson. Cambridge: Cambridge University Press, 220-46.
- Felson, Marcus, e Ronald V. Clarke. 1998. *Opportunity Makes the Thief Practical Theory for Crime Prevention*. London: Policing and Reducing Crime Unit, Research, Development and Statistics Directorate.
- Filgueiras, Fernando. 2007. "A teoria política da corrupção". *SIMPÓSIO USP/IUPERJ*.
- Friedrich, Carl J. 2002. "Corruption Concepts in Historical Perspective". In *Political Corruption: Concepts & Contexts*, orgs. Arnold J. Heidenheimer e Michael Johnston. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers, 15-23.

- Friese, Dr Susanne. 2019. *ATLAS.Ti 8 Windows - User Manual - Updated for Program Version 8.4*. Berlim: Atlas.ti Scientific Software Development GmbH.
- Gardiner, John A. 2002. "Defining Corruption". In *Political Corruption: Concepts & Contexts*, orgs. Arnold J. Heidenheimer e Michael Johnston. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers, 25-40.
- Gollwitzer, Peter Max. 1987. "Suchen, Finden und Festigen der eigenen identität: Unstilbare Zielintentionen". In *Jenseits des Rubikon*, orgs. Heinz Heckhausen, Peter Max Gollwitzer, e Franz Emanuel Weinert. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 176-89. <http://link.springer.com/10.1007/978-3-642-71763-5> (21 de outubro de 2020).
- Hazlitt, William. 1902. *2 The Collected Works Of William Hazlitt - Volume Two*. orgs. A. R. Waller e Arnold Glover. London: J. M. Dent & CO.
- Heckhausen, Heinz. 1989. *Motivation und Handeln*. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg. <http://link.springer.com/10.1007/978-3-662-08870-8> (21 de outubro de 2020).
- Heckhausen, Heinz, Peter Max Gollwitzer, e Franz Emanuel Weinert, orgs. 1987. *Jenseits des Rubikon*. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg. <http://link.springer.com/10.1007/978-3-642-71763-5> (21 de outubro de 2020).
- Hilger, Don, e Garry Toth. 2016. "Temperature Scales and Their Inventors". *Philatelia Chimica et Physica* 37(2): 58-66.
- Hindess, Barry. 2012. "Introduction: How Should We Think About Corruption". In *Corruption: Expanding the Focus*, orgs. Manuhua Barcham, Barry Hindess, e Peter Larmour. ANU E Press, 1-24. <https://www.oapen.org/record/459875> (28 de fevereiro de 2018).
- Höffling, Christian. 2002. *Korruption als soziale Beziehung*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. <http://link.springer.com/10.1007/978-3-663-10540-4> (10 de junho de 2019).
- Horochovski, Rodrigo Rossi et al. 2016. "Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil". *Opinião Pública* 22(1): 28-55.
- Horochovski, Rodrigo Rossi, e Wagner Pralon Mancuso. 2021. "Estudando a Entre Dinheiro E Política: Uma Análise De Artigos Apresentados Em Encontros Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisas Em Ciências Sociais". *BIB* 94: 1-20.
- Houaiss, Antônio. 2008. *Houaiss Dicionário: Sinônimos e Antônimos*. 2ª. São Paulo: Publifolha.
- Huntington, Samuel P. 2002a. "Modernization and Corruption". In *Political Corruption: Concepts & Contexts*, orgs. Arnold J. Heidenheimer e Michael Johnston. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers, 253-63.
- . 2002b. "Modernization and Corruption". In *Political Corruption: Concepts & Contexts*, orgs. Arnold J. Heidenheimer e Michael Johnston. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers, 253-63.

- Kehl, Maria Rita. 2012. "Ressentimento: A Tolerância Com a Corrupção Corrompe a Sociedade Inteira". In *Corrupção: ensaios e críticas*, orgs. Leonardo Avritzer, Newton Bignotto, Juarez Guimarães, e Heloisa Maria Murgel Starling.
- Landes, David. 2000. "Culture Make Almost All the Difference". In *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*, orgs. Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington. New York: Basic Books, 2-13.
- Lei de Improbidade Administrativa. 1992.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm) (15 de novembro de 2020).
- Lipset, Seymour Martin, e Gabriel Salman Lenz. 2000. "Corruption, Culture, and Markets". In *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*, orgs. Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington. New York: Basic Books, 112-24.
- Mancuso, Wagner Pralon. 2015. "Investimento Eleitoral No Brasil: Balanço Da Literatura (2001- 2012) E Agenda De Pesquisa". *Revista de Sociologia e Política* 23(54): 155-83.
- Maquiavel, Nicolau. 1984. *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio - "Discorsi"* Tradução de Sérgio Bath. 3ª. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Masson, Cleber. 2017. Vol. 1 *Direito Penal Esquematizado: Parte Geral - Vol. 1*. 11ª ed São Paulo: Editora Método.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública - Departamento Penitenciário Nacional. 2017. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2017*. Brasília.
- Moro, Sergio F. 2004. "Considerações Sobre a Operação Mani Pulite". *Revista CEJ. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários* 26: 56-62.
- Mungiu-Pippidi, Alina et al. 2011. *Chasing Moby Dick Across Every Sea and Ocean? Contextual Choices in Fighting Corruption*. Berlim: Hertie School Of Governance. Draft report commissioned by Norad, c/o ANKOR (the Anti-corruption Project) in cooperation with the Evaluation Department ("Contextual Choices for Results in Fighting Corruption", Referende number 1001232).
- Neto, Augusto Ribeiro de Mendonça. 2014. *Termo de Colaboração nº 10 de Augusto Mendonça Neto*. São Paulo.
- Nye, J. S. 1967. "Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis". *American Political Science Review* 61(02): 417-27.
- Nye, Joseph S. 2002. "Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis". In *Political Corruption: Concepts & Contexts*, orgs. Arnold J. Heidenheimer e Michael Johnston. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers, 281-300.
- Odebrecht, Marcelo Bahia. 2017. *Depoimento Marcelo Odebrecht - Ação Penal nº 5054932-88.2016.404.7000*. Curitiba.
- Pessoa, Ricardo Ribeiro. 2015. *Termo de Colaboração nº 28 de Ricardo Pessoa*. Brasília.



- Philp, Mark. 1997. "Defining Political Corruption". *Political Studies* XLV: 436-62.
- Posner, Eric A. 2009. *The Perils of Global Legalism*. Chicago ; London: University of Chicago Press.
- Rabl, Tanja. 2008. *Private Corruption and Its Actors: Insights Into the Subjective Decision Making Processes*. Lengerich: Pabst Science Publishers.
- Ragin, Charles C. 2000. *Fuzzy-Set Social Science*. University of Chicago Press. <https://books.google.com.br/books?id=nZC2dLUH-OAC>.
- . 2006. "Set Relations in Social Research: Evaluating Their Consistency and Coverage". *Political Analysis* 14(03): 291-310.
- . 2008. *Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 2014. *The Comparative Method: Moving beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Oakland: University of California Press.
- RIHOUX, Benoît, e Charles Ragin, orgs. 2009. *51 Configurational Comparative Methods*. Los Angeles, London, New Delhi: SAGE.
- Rose-Ackerman, Susan. 1978. *Corruption: A Study in Political Economy*. New York: Academic Press.
- . 1996. "The Political Economy of Corruption - Causes and Consequences". *Viewpoint - The World Bank Note* No. 74.
- Rose-Ackerman, Susan. 2008. "Corruption and Government". *International Peacekeeping* 15(3): 328-43.
- Rose-Ackerman, Susan(Author). 1999. *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schneider, Carsten Q., e Claudius Wagemann. 2012. *Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9781139004244> (5 de março de 2018).
- Soares, Filipi Miranda. 2019. "Princípios Para a Criação De Uma Extensão De Metadados Sobre Interações Ecológicas Na Agrobiodiversidade Para O Padrão Darwin Core". Universidade Federal De Minas Gerais Escola De Ciência Da Informação Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento.
- Sykes, Gresham M., e David Matza. 1957. "Techniques of Neutralization: A Theory of Delinquency". *American Sociological Review* 22(6): 664.
- . 2018. *Técnicas De Neutralização - Tradução Leandro Ayres França e Jéssica Veleza Quevedo com comentários do Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas*. Porto Alegre: Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas. <http://canalcienciascriminais.com.br/editora>.

- Tiihonen, Seppo, org. 2003. *The History of Corruption in Central Government - L'histoire De La Corruption Au Niveau Du Pouvoir Central*. Amsterdam; Washington, DC: Tokyo: IOS Press; Ohmsha.
- Transparency International. 2009. *The Anti-Corruption Plain Language Guide*. Berlim: Transparency International.
- Vannucci, Alberto. 2009. "The Controversial Legacy of 'Mani Pulite': A Critical Analysis of Italian Corruption and Anti-Corruption Policies". *Bulletin of Italian Politics* 1(No 2): 233-64.
- Webber, M. J., e D. L. Rigby. 1996. *The Golden Age Illusion: Rethinking Postwar Capitalism*. Guilford Publications.  
<https://books.google.com.br/books?id=jf-KSxNT1FcC>.
- Wernet, Andreas. 2000. *Einführung in die Interpretationstechnik der Objektiven Hermeneutik*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

## ANEXO 1 – CORPO DE DOCUMENTOS ANALISADOS – PARTE 1

TABELA DE DOCUMENTOS ANALISADOS				
EMPRESAS	DOCUMENTO	DATA	LOCAL	INSTITUIÇÃO
<b>ANDRADE GUTIERREZ</b>				
Antônio Pedro Campello de S. D.				
1	Termo de Colaboração N. 01	11/03/2016	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Termo de Colaboração N. 02	11/03/2016	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 503651876 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Depoimento Ação Penal 503651876 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
Elton Negrão de Azevedo J.				
1	Termo de Colaboração N. 01	09/03/2016	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 503651876 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 503651876 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
Otávio Marques de Azevedo				
1	Termo de Colaboração N. 01	26/02/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento	28/07/2016	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 502217978 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Depoimento Ação Penal 502217978 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
Rogério Nora de Sá				
1	Depoimento Ação Penal 506327136 / Vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 506327136 / Vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 506327136 / Vídeo 3		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
<b>CAMARGO CORREA</b>				
Dalton dos Santos Avancini				
1	Depoimento Ação Penal 506313017	22/05/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 501233104	18/05/2015	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 506323017	22/05/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Termo de Colaboração N.	06/05/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
5	Termo de Colaboração N. 02	11/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
6	Termo de Colaboração N. 03	11/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
7	Termo de Colaboração N. 04	11/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
8	Termo de Colaboração N. 07	13/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
9	Termo de Colaboração N. 10	14/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
10	Depoimento Ação Penal 501233104 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
11	Depoimento Ação Penal 501233104 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
12	Depoimento Ação Penal 503652523 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
13	Depoimento Ação Penal 503652523 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
Eduardo Hermelino Leite				
1	Depoimento Ação Penal 508325829	04/05/2015	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Termo de Colaboração N. 01	06/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
3	Termo de Colaboração N. 06	06/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
4	Termo de Colaboração N. 14	10/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
5	Termo de Colaboração N. 19	12/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
6	Termo de Colaboração N. 20	13/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
7	Depoimento Ação Penal 501233104 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
8	Depoimento Ação Penal 501233104 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
9	Depoimento Ação Penal 508325829 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
10	Depoimento Ação Penal 508325829 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
João Ricardo Auler				
1	Depoimento Ação Penal 508325829 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
<b>ENGEVIX</b>				
Gerson de Melo Alnada				
1	Termo de Colaboração N.	24/03/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná

## ANEXO 2 – CORPO DE DOCUMENTOS ANALISADOS – PARTE 2

<b>ODEBRECHT</b>				
Alexandrino Alencar				
1	Depoimento Ação Penal 503652823	29/10/2015	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 506313017	21/06/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Termo de Colaboração N.	05/05/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Termo de Colaboração N. 13	13/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
5	Depoimento Ação Penal 506313017/ video 1	12/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
6	Depoimento Ação Penal 506313017/ video 2	14/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
7	Depoimento Ação Penal 506313017 / video 3	14/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
8	Depoimento Ação Penal 506313017/ video 4	14/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
9	Depoimento Ação Penal 506313017/ video 5	15/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
10	Depoimento Ação Penal 506313017/ video 6	14/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
11	Depoimento Ação Penal 506313017/ video 7	15/12/2016	Campinas	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
12	Depoimento Ação Penal 506313017 / video P1	01/10/2018	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
13	Depoimento Ação Penal 506313017 / video P2	02/10/2018	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
Benedicto Bargas Da Silva J.				
1	Audiência Processo AIJE 194358	02/03/2017	Rio de Janeiro	Justiça Eleitoral
2	Termo de Colaboração N.	24/02/2016	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
3	Termo de Colaboração N. 22 / video 1	14/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
4	Termo de Colaboração N. 52 / video 1	16/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
5	Termo de Colaboração N. 52 / video 2	16/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
6	Termo de Colaboração N. 52 / video 3	16/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
7	Termo de Colaboração N. 52 / video 4	16/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
8	Termo de Colaboração N. 53 / video 1	16/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
9	Depoimento Ação Penal / video 1	13/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
10	Depoimento Ação Penal / video 2	13/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
11	Depoimento Ação Penal / video 3	13/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
12	Depoimento Ação Penal / video 4	13/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
13	Depoimento Ação Penal / video 5	13/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
14	Depoimento Ação Penal / video 6	13/12/2016	Rio de Janeiro	Procuradoria da República Rio de Janeiro
Carlos Jose Fadigas de S. F.				
1	Termo de Colaboração N. 3	15/12/2016	Goiás	Procuradoria da República Goiás
2	Depoimento Ação Penal / video 1	15/12/2016	Goiás	Procuradoria da República Goiás
3	Depoimento Ação Penal / video 2	15/12/2016	Goiás	Procuradoria da República Goiás
Claudio de Melo Filho				
1	Anexo Pessoal - Delação	sd	Rio de Janeiro	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal / video 1	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal / video 2	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Depoimento Ação Penal / video 3	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
5	Depoimento Ação Penal / video 4	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
6	Depoimento Ação Penal / video 5	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
7	Depoimento Ação Penal / video 6	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
8	Depoimento Ação Penal / video 7	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
9	Depoimento Ação Penal / video 8	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
10	Depoimento Ação Penal / video 9	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
11	Depoimento Ação Penal / video 10	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
12	Depoimento Ação Penal / video 11	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
13	Depoimento Ação Penal / video 12	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
14	Depoimento Ação Penal / video 13	12/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
15	Depoimento Ação Penal / video 14	13/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
16	Depoimento Ação Penal / video 15	13/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
17	Depoimento Ação Penal / video 16	13/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
18	Depoimento Ação Penal / video 17	13/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
19	Depoimento Ação Penal / video 18	13/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
20	Depoimento Ação Penal / video 19	13/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
21	Depoimento Ação Penal / video 20	13/12/2016	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República

### ANEXO 3 – CORPO DE DOCUMENTOS ANALISADOS – PARTE 3

Emílio Alves Odebrecht				
1	Depoimento Ação Penal 505493288	13/03/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 503526315	31/10/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 506313017	05/06/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Depoimento Ação Penal 506323017	12/06/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
5	Termo de Colaboração N.	20/04/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
6	Depoimento Ação Penal / vídeo 1	sd	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
7	Depoimento Ação Penal / vídeo 2	sd	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
8	Depoimento Ação Penal / vídeo 3	sd	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
9	Depoimento Ação Penal / vídeo 4	sd	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
Marcelo Bahia Odebrecht				
1	Depoimento Ação Penal 505493288	10/04/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 503526315	09/11/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 506313017	04/09/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Interrogatório Ação Penal 503652823	30/10/2015	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
5	Depoimento TSE - Parte 1	01/03/2017	Brasília	Tribunal Superior Eleitoral
6	Depoimento TSE - Parte 2	01/03/2017	Brasília	Tribunal Superior Eleitoral
7	Depoimento TSE - Parte 3	01/03/2017	Brasília	Tribunal Superior Eleitoral
8	Termo de Colaboração N. 36 - Parte 1	05/06/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
9	Termo de Colaboração N. 36 - Parte 2	05/06/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
10	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
11	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
12	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 3		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
13	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 4		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
14	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 5		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
15	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 6		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
16	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 7		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
17	Depoimento Ação Penal 505498238 / vídeo 8		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
Márcio Faria da Silva				
1	Depoimento Ação Penal 505493288	13/03/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 503652823		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 502394246 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Depoimento Ação Penal 503652523 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
5	Depoimento Ação Penal 503652523 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
6	Depoimento Ação Penal / vídeo 1	14/12/2016	Paraíba	Procuradoria da República
UTC				
Ricardo Ribeiro Pessoa				
1	Depoimento Ação Penal 505493288	01/02/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
2	Depoimento Ação Penal 503526315	04/10/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
3	Depoimento Ação Penal 506313017	08/05/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
4	Depoimento Ação Penal 501560857	09/06/2017	Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
5	Termo de Colaboração N. 0	15/10/2015	São Paulo	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
6	Termo de Colaboração N. 1	22/09/2015	Curitiba	Superintendência Regional da Polícia Federal Paraná
7	Termo de Colaboração N. 5	26/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
8	Termo de Colaboração N. 6	26/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
9	Termo de Colaboração N. 13	27/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
10	Termo de Colaboração N. 14	27/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
11	Termo de Colaboração N. 15	27/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
12	Termo de Colaboração N. 16	27/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
13	Termo de Colaboração N. 18	27/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
14	Termo de Colaboração N. 19	28/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
15	Termo de Colaboração N. 20	28/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
16	Termo de Colaboração N. 21	28/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
17	Termo de Colaboração N. 24	28/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
18	Termo de Colaboração N. 25	28/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
19	Termo de Colaboração N. 28	29/05/2015	Brasília	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
20	Depoimento Ação Penal 503651876 / vídeo 1		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
21	Depoimento Ação Penal 503651876 / vídeo 2		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
22	Depoimento Ação Penal 503651876 / vídeo 3		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República
23	Depoimento Ação Penal 506313017		Curitiba	Ministério Público Federal / Procuradoria-Geral da República

## ANEXO 4 – EXEMPLOS DE CODIFICAÇÕES

Project: Ezequiel-Lava Jato

Report created by Ezequiel on 29/11/2019

### Quotation Report – Grouped by: Documents

(303) quotations

Local filters:

Show quotations coded with any of the codes 3.01-ProxAlvo-Almoços, 3.02-ProxAlvo-ClubeDasEmpreiteiras, 3.03-ProxAlvo-Contato, 3.04-ProxAlvo-Encontros, 3.05-ProxAlvo-Jantares, 3.06-ProxAlvo-Parentescos, 3.07-ProxAlvo-RelaçãoDeIntimidade, 3.08-ProxAlvo-RelaçãoDeProximidade, 3.09-ProxAlvo-Reuniões or 3.10-ProxAlvo-Viagens

#### 4 OtavioMarquesDeAzevedo-AndraGut-TermoCol-1

Active: 3 Quotations:

##### 4:3 OtavioMarquesDeAzevedo-AndraGut-TermoCol-1 (6:121:632-6:512:693) - D 4: OtavioMarquesDeAzevedo-AndraGut-TermoCol-1

###### Content

escritório da AG em São Paulo em torno de 20 de agosto; que Edinho e Vaccari estiveram no escritório do depoente em São Paulo, oportunidade que Edinho apresentou um pedido de 100.000,00 de reais, conforme decisão do comitê de campanha da presidente Dilma; que o depoente disse

##### 4:4 OtavioMarquesDeAzevedo-AndraGut-TermoCol-1 (3:119:186-3:511:249) - D 4: OtavioMarquesDeAzevedo-AndraGut-TermoCol-1

###### Content

AG”; que no caso da interação com o governo havia um vice-presidente institucional, o Flávio; que antes do Flávio não havia essa função, as atribuições eram da própria construtora, não da *holding*; que, contudo, teve dezenas de reuniões com governadores, o presidente Lula, etc.; que era

##### 4:5 OtavioMarquesDeAzevedo-AndraGut-TermoCol-1 (3:119:261-3:508:435) - D 4: OtavioMarquesDeAzevedo-AndraGut-TermoCol-1

###### Content

governo; que em 2008, no tocante à doação da campanha, Flávio Machado foi procurado pelo tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, sobre um assunto novo, que deixou Flávio Machado preocupado e foi por conseguinte procurar o depoente; que o assunto era o pagamento de propina de 1% sobre todas as obras federais presentes, futuras e passadas da AG, isto é, de 2003 pra frente; que não sabe se antes houve conversa nesse sentido, mesmo estando o PT desde 2003 no governo; que o Paulo Ferreira era tesoureiro do PT, não da campanha; que antes não houve conversa nesse sentido com outro partido; que houve uma reunião em maio de 2008 com o “patrão do Paulo”, que o depoente disse que chamasse, no escritório da AG em São Paulo; que tem a impressão que foi em maio, mas foi em 2008; que na reunião estavam Paulo Ferreira, Flávio Machado, João Vaccari e Berzoini; que João

## 18 GersonAlamada-Engvx-TermoCol-1

Active: 2 Quotations:

18:1 GersonAlamada-Engvx-TermoCol-1 (3:83:500-3:562:530) - D 18:  
GersonAlamada-Engvx-TermoCol-1

### Content

estar ocorrendo; QUE , acrescenta que politicos ou candidatos de varias esferas compareciam a empresa a fim de pedir recursos para campanha, sendo a maior parte desses pleitos negada;

18:3 GersonAlamada-Engvx-TermoCol-1 (5:83:277-5:565:346) - D 18:  
GersonAlamada-Engvx-TermoCol-1

### Content

com o partido dos Trabalhadores; QUE , recorda-se de ter sido promovida uma reunião por PASCOWICH em que estava presente JOAO VACCARI, oportunidade em que o mesmo disse que apreciava muito o trabalho da ENGEVIX; QUE , na oportunidade a não foi solicitado nenhum valor por parte de JOAO VACCARI, embora posteriormente PASCOWICH lhe procurou para negociar doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores; QUE , aponta que nao

## 23 JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1

Active: 10 Quotations:

23:10 José Adelmário Pinheiro Filho: Em janeiro de 2014 o presidente me cham.....  
(12:187 [12:927]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1

José Adelmário Pinheiro Filho: Em janeiro de 2014 o presidente me chamou no instituto, eu estive com ele, e ele disse “Olha, eu gostaria de ir com a minha esposa visitar o apartamento, você pode designar alguém?” e tal, eu disse “Não, absolutamente, presidente, eu vou pessoalmente”, e marcamos uma ida, foi ele, a esposa, ele foi, marcamos na Via Anchieta, ele deu o número de um portão de uma fábrica, que eu ficasse ali que ele sairia de casa e no horário combinado ele passaria, ele iria no carro dele e eu no nosso carro, e assim foi feito, nos encontramos, fomos para o Guarujá, entramos pela garagem, fomos ao apartamento; foi uma visita, excelência, de aproximadamente duas horas, acredito eu, uma hora e meia, duas horas.

**23:11 concluído eu acompanhei o casal a até à garagem e o presidente então m.....  
(12:3476 [12:3734]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

concluído eu acompanhei o casal a até à garagem e o presidente então me disse “Olha, você poderia vir conosco no carro, seu carro vai seguindo, chegando no meio do caminho você passa para o seu carro para seguir o roteiro e nós vamos para outro local”,

**23:12 José Adelmário Pinheiro Filho: Então, chegando no Instituto Lula, o Pa.....  
(14:412 [14:1291]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

José Adelmário Pinheiro Filho: Então, chegando no Instituto Lula, o Paulo Okamoto me informou que ele queria tratar comigo a questão do sítio, eu subi, ele conversou que queria fazer uma modificação na sede e tinha um problema, segundo ele um problema grave, dois lagos e tinha uma barragemzinha que tinha um problema, eu disse “Olha, presidente, nós temos que olhar”, ele disse “Olha, você podia mandar alguém no sábado lá, eu vou estar lá”, eu disse “Olha, presidente, eu vou”, e fui, eu e o Paulo Gordilho, que era o diretor de engenharia e diretor técnico da OAS Empreendimentos, e nós fomos num dia de sábado, o presidente combinou comigo, eu não sabia onde é que ficava, que no primeiro pedágio da rodovia Fernão Dias eu aguardasse ali que quando ele passasse eu seguiria o carro em que ele estava, isso foi o que aconteceu; fizemos uma visita à sede do sítio...

**23:13 José Adelmário Pinheiro Filho: Pois não. Nós vimos lá o que precisava.....  
(14:1665 [14:2433]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

José Adelmário Pinheiro Filho: Pois não. Nós vimos lá o que precisava ser feito e tinha que fazer um projeto, não tinha como mandar técnicos para ver a parte da barragem. Saímos de lá e Paulo Gordilho, então, foi produzir o que precisava ser feito e marcamos um, quando estavam prontos, eu marquei com o presidente e estivemos na residência dele em São Bernardo do Campo, num dia de sábado, eu, Paulo Gordilho, estava o presidente e a sua esposa, onde nós discutimos alguns detalhes que faltavam do triplex e os detalhes do sítio, nessa data ficou acordado que tudo aquilo que estava sendo pedido, estava atendido, que nós podíamos prosseguir no triplex com todas as reformas que tinham sido acordadas, que tinham sido solicitadas por eles, e assim foi feito.

**23:15 José Adelmário Pinheiro Filho: Não, diretamente não, é claro que nós.....  
(23:1583 [23:1916]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**



José Adelmário Pinheiro Filho: Não, diretamente não, é claro que nós tínhamos uma intenção porque eu já tinha conhecimento do que o presidente pretendia fazer quando saísse da presidência e assumisse o instituto, e nós tínhamos muito interesse em estreitar mais ainda essas relações sobretudo por causa do mercado internacional.

**23:16 Terceiro eu fui no apartamento com o presidente e com a família uma v.....  
(48:1854 [48:1938]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

Terceiro eu fui no apartamento com o presidente e com a família uma vez, duas vezes.

**23:17 Eu fui no mês de fevereiro com o presidente Lula e dona Marisa, como.....  
(48:2423 [48:2712]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

Eu fui no mês de fevereiro com o presidente Lula e dona Marisa, como já relatei aqui, no mês de agosto o presidente me disse que não poderia ir porque estava próximo de campanha política, ia ser explorado isso, foi dona Marisa e o filho deles, o Fábio, o juiz até me indagou sobre isso.

**23:18 José Adelmário Pinheiro Filho: Se eu entendi a sua pergunta, a relação.....  
(50:3061 [50:3393]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

José Adelmário Pinheiro Filho: Se eu entendi a sua pergunta, a relação com o expresidente era minha, a relação com o Paulo Okamoto era minha, alguma coisa que surgisse disso era através de mim, e eu estive com o Paulo Okamoto, estive com João Vaccari, tratando de como nós íamos formalizar isso, quem estava preocupado era eu,

**23:19 eu estive com o presidente, o presidente foi no apartamento para dizer.....  
(53:535 [53:1123]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

eu estive com o presidente, o presidente foi no apartamento para dizer o que eles queriam, porque eu não tinha ideia de quanto ia gastar, quando dona Marisa e o presidente estiveram no apartamento, e nós fizemos o projeto, nós tivemos quantificado, eu levei para o Vaccari e isso fez parte de um encontro de contas com ele, o Vaccari me disse naquela ocasião que, como se tratava de despesas de compromissos pessoais, ele iria consultar o presidente, voltou para mim e disse “Tudo ok, você pode fazer o encontro de contas”, então não tem dúvida se ele sabia ou não, claro que sabia.

**23:20 Eu tive um encontro com o presidente em junho, bom, isso tem anotado.....  
(53:1214 [53:1953]) - D 23: JoseAldemarioPinheiroFilho(LeoPinheiro)-OAS-Dep-1**

Eu tive um encontro com o presidente em junho, bom, isso tem anotado na minha agenda, são vários encontros, onde o presidente textualmente me fez a seguinte pergunta “Léo...”, eu notei que ele estava até um pouco irritado, “Léo, você fez algum pagamento ao João Vaccari no exterior?”, eu disse “Não, presidente, eu nunca fiz pagamento a essas contas que nós temos com o Vaccari no exterior”, “Como é que você está procedendo os pagamentos para o PT?” “Através do João Vaccari, estou fazendo os pagamentos através de orientação do Vaccari de caixa 2 e doações diversas que nós fizemos aos diretórios e tal”, “Você tem algum registro de alguma encontro de contas, de alguma coisa feita com o João Vaccari com você? Se tiver, destrua”,

---

## 25 AlexandrinoDeAlencar-Odb-Dep-1

**Active: 17 Quotations:**

**25:1 Rio Grande do Sul, como Bahia, como Alagoas, próprio São Paulo, então.....  
(3:640 [3:819]) - D 25: AlexandrinoDeAlencar-Odb-Dep-1**

Rio Grande do Sul, como Bahia, como Alagoas, próprio São Paulo, então eu tinha uma relação muito forte e muito constante com a comunidade política e empresarial desses estados.

**25:6 esse era o meu trabalho junto ao deputado José Janene e à Comissão de.....  
(6:1865 [6:2003]) - D 25: AlexandrinoDeAlencar-Odb-Dep-1**

esse era o meu trabalho junto ao deputado José Janene e à Comissão de Minas e Energia, para mostrar para eles da importância desse setor.

**25:9 por volta de 2005, ele me chamou e disse “Olha, Alexandrino, eu tenho.....  
(7:1047 [7:1195]) - D 25: AlexandrinoDeAlencar-Odb-Dep-1**

por volta de 2005, ele me chamou e disse “Olha, Alexandrino, eu tenho contato com o então diretor Paulo Roberto” e nós fizemos duas ou três reuniões,

Comment: by Ezequiel

| *José Janene*

**25:11 Aí o senhor conseguiu por intermédio do senhor José Janene as reuniões.....  
(8:58 [8:187]) - D 25: AlexandrinoDeAlencar-Odb-Dep-1**

Aí o senhor conseguiu por intermédio do senhor José Janene as reuniões lá com o Paulo Roberto Costa?

Interrogado:- Isso, isso.